

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VÁRZEA GRANDE
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA, URBANISMO E PAISAGISMO

CENTRO DE APOIO A MENORES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL.

BRENDA GABRIELA CALDAS MESQUITA

PROF. MSC. FREDERICO CEZAR GIUBERTI SUCENA RASGA

Várzea Grande - MT, outubro de 2019.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VÁRZEA GRANDE
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA, URBANISMO E PAISAGISMO

**CENTRO DE APOIO A MENORES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL EM PONTES E
LACERDA – MT.**

BRENDA GABRIELA CALDAS MESQUITA

Monografia apresentada junto ao curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário de Várzea Grande - MT, como requisito para obtenção do título de Graduado.

PROF. MSC. FREDERICO CEZAR GIUBERTI SUCENA RASGA

Várzea Grande - MT, outubro de 2019.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VÁRZEA GRANDE
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA, URBANISMO E PAISAGISMO

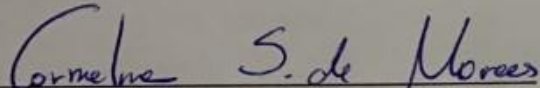
FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: CENTRO DE APOIO A MENORES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL EM PONTES E LACERDA - MT

Aluna: Brenda Gabriela Caldas Mesquita

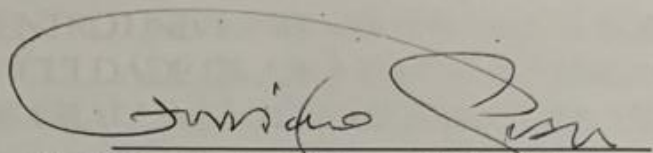
ORIENTADOR: PROF. ESP. FREDERICO CEZAR GIUBERTI SUCENA RASGA

Aprovado em 9 de dezembro de 2019.

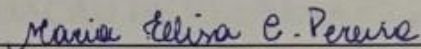


Prof. Msc. Carmelina Suquerê de Moraes
Coordenadora do curso de Arquitetura e Urbanismo

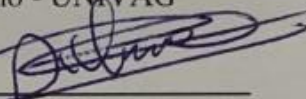
Comissão Examinadora:



Prof. Msc. Frederico Cezar Giuberti Sucena Rasga
Centro Universitário de Várzea Grande - UNIVAG
Orientador



Prof. Ma. Maria Elisa Campos Pereira
Centro Universitário de Várzea Grande - UNIVAG
Examinador Interno - UNIVAG



Prof. Esp. Darlei da Costa Ribeiro
Centro Universitário de Várzea Grande - UNIVAG
Examinador Interno - UNIVAG

DEDICATÓRIA

Dedico a todas crianças e adolescentes, que por algum motivo adverso da vida necessitaram ser acolhidos, adquirindo uma nova chance de lutar pelo futuro.

Aos educadores e mãe sociais que lidam diariamente com os problemas de crianças e adolescentes, acolhendo, proporcionando afeto e apoio para construção de um novo futuro digno.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por essa oportunidade, sempre guiando e capacitando para torna um sonho em realidade. Aos meus familiares por acreditar, apoia e me incentivar nesta jornada de cinco anos. Em especial, meu orientador Frederico Sucena, pelo apoio, por acreditar na minha capacidade durante a elaboração desse projeto, por compartilhar conhecimentos e me guiar durante toda a trajetória desse projeto.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	6
LISTA DE TABELAS	13
RESUMO	14
1 INTRODUÇÃO	15
1.1 PROBLEMÁTICA.....	16
1.2 JUSTIFICATIVA.....	17
1.3 OBJETIVOS	18
1.4 ESTRUTURA DA MONOGRAFIA	19
1.5 PÚBLICO ALVO	20
1.6 BREVE HISTORICO SOBRE AS POLITICAS DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA NO BRASIL	21
1.6.1 DESENVOLVIMENTO HISTORICO DOS OFARNATOS AOS ABRIGOS ATUAIS.	24
1.7 MAIOR IDADE	26
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	27
2.1 DESABRIGAMENTO	29
2.2 CONCEITOS	30
2.3 AMBIENTES INSTUCIONALIZADOS NO BRASIL	37
2.4 ABRIGOS INSTUCIONAIS EM PONTES E LACERDA - MT	38
2.5 FUNÇÕES E USO	39
2.6 BENEFÍCIOS SOCIAIS.....	40

2.7	BENEFÍCIOS AMBIENTAIS	40
3	ASPECTOS NORMATIVOS	45
3.1	NO ÂMBITO INTERNACIONAL	45
3.2	NO ÂMBITO NACIONAL.....	46
3.3	NO ÂMBITO LOCAL	47
3.3.1	LEI Nº. 5.892/91. Código estadual de proteção à infância e a juventude e da outras providencias.	48
3.3.2	LEI Nº. 8.742 CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	48
4	ASPECTOS SOCIOLÓGICOS	49
4.1	QUALIDADE DE VIDA.....	50
4.2	INOVAÇÃO SOBRE A TEMÁTICA	51
5	ASPECTOS TÉCNICOS	52
5.1	PROJETOS DE REFERENCIA	52
5.1.1	PROJETO 01 - Moradias dos alunos da Fundação Bradesco.	52
5.1.2	PROJETO 02 – Centro Infantil UTS Blackfriars.....	59
5.1.3	PROJETO 03 - A Casa de Acolhimento para Crianças do Futuro.	63
5.1.4	MATRIZ DE ANÁLISE	68
6	ASPECTOS METODOLÓGICOS	70
6.1.	UMA PROPOSTA PROJETUAL	70
6.1.1	O OBJETO	71
6.1.2	CONCEITO ESTRUTURANTE.....	71
6.1.3	REGIÃO ESCOLHIDA	72
6.1.4	ESTUDO DO ENTORNO.....	73
6.1.5	JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TERRENO	74
6.1.6	PRINCIPAIS EQUIPAMENTOS NO ENTORNO DO TERRENO	74
6.2.	ESTUDO DAS CONDICIONANTES FISICO-ESPACIAIS	75

6.2.1 SETORES DE INTERVENÇÃO	75
6.2.2 TOPOGRAFIA	76
6.2.3 INSOLAÇÃO	77
6.2.4 CLIMA 78	
6.2.5 VEGETAÇÃO	78
6.3. PARTIDO ARQUITETÔNICO.....	78
6.3.1 PARTIDO ARQUITETÔNICO DA IMPLANTAÇÃO.....	78
6.3.2 PARTIDO ARQUITETÔNICO DAS EDIFICAÇÕES.....	81
6.4. PROGRAMA DE NECESSIDADES	81
6.5. ORGANOGRAMA E FLUXOGRAMA	84
6.6. SETORIZAÇÃO	86
6.7. QUADRO PRÉ-DIMENSIONAMENTO.....	87
6.8. ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO INCIDENTE	92
6.8.1 CÁLCULOS ÍNDICES URBANÍSTICOS.....	93
6.8.2 Cálculos de estacionamento	94
7 ENSAIOS TÉCNICOS	94
7.1 COMPOSIÇÃO ESPACIAL	94
7.2 VOLUMETRIA/ LEGIBILIDADE	94
7.3 FUNCIONALIDADE	94
7.4 CONFORTO AMBIENTAL.....	95
7.5 ACESSIBILIDADE	95
8 COMUNICAÇÃO VISUAL	95
8.1 COMPOSIÇÃO DOS AMBIENTES.....	95
8.1.1 SETOR ADMINISTRATIVO/ SAÚDE.....	95
8.1.2 SETOR PEDAGÓGICO.....	99
8.1.3 SETOR PROFISSIONALIZANTE.....	102
8.1.4 SETOR SERVIÇO/ RESTAURANTE	106

8.1.5 UNIDADES HABITACIONAIS INFANTIL	110
8.1.6 UNIDADES HABITACIONAIS MASCULINA/ FEMININA	112
8.1.7 UNIDADES HABITACIONAL - REPÚBLICA/ CUIDADORES	116
8.1.8 ESPAÇO DE REFLEXÃO	119
8.1.9 ÁREA DE LAZER	123
8.1.9 GUARITA	126
8.1.10 SETOR DE VIVÊNCIA	128
8.2 CIRCULAÇÃO EXTERNA.....	131
8.3 CIRCULAÇÃO INTERNA	131
8.4 COMPOSIÇÃO PAISAGÍSTICA	131
9 TÉCNICAS E MATERIAIS CONSTRUTIVOS.....	134
9.1 BRISES 134	
9.2 ASFALTO BORRACHA.....	135
9.3 PISO DRENANTE INTERTRAVADO.....	136
10 DEFINIÇÃO DE TIPOLOGIAS	137
11 PROPOSTA FINAL.....	140
12 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	141
13 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	142
13.1 REFERÊNCIAS CITADAS.....	142
13.2 REFERÊNCIAS CONSULTADAS.....	143
APÊNDICES	149

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Meninas Índias eram educadas pelas Freiras.	20
Figura 2: Asilo de Órfãos, Associação Protetora da Infância Desvalida	21
Figura 3: Ilustração do abandono na roda de exposto - Séc. 19	24
Figura 4: Roda de exposto instala na Santa Casa de Misericórdia	25
Figura 5: Número de crianças disponível para adoção no CNA	36
Figura 6: Casa Lar – Pontes e Lacerda	37
Figura 7: Lar de apoio a Crianças (LAC)	37
Figura 8: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	41
Figura 9: Exterior da edificação	51
Figura 10: Pátios Internos da edificação	51
Figura 11: Pátios Internos da edificação	52
Figura 12: Pátios Internos da edificação	52
Figura 13: Pátios Externo da edificação	53
Figura 14: Pátios Internos da edificação	53
Figura 15: Planta – Térreo.	54
Figura 16: Planta – Superior.	55
Figura 17: Planta Baixa do modelo padrão.	56

Figura 18: Planta de Situação.	57
Figura 19: Interior da edificação.	58
Figura 20: Interior da edificação.	58
Figura 21: Layout da edificação.	59
Figura 22: Fachada da edificação.	60
Figura 23: Interior da edificação.	61
Figura 24: Fachada da edificação.	61
Figura 25: Fachada frontal da Edificação.	62
Figura 26: Exterior da edificação.	62
Figura 27: Planta Baixa – Térreo.	63
Figura 28: Planta Baixa – 1 Pavimento.	64
Figura 29: Esquema Casa de Acolhimento para Crianças do Futuro.	65
Figura 30: Esquema Casa de Acolhimento para Crianças do Futuro.	65
Figura 31: Esquema Casa de Acolhimento para Crianças do Futuro.	66
Figura 32: Esquema Casa de Acolhimento para Crianças do Futuro.	66
Figura 33: Mapa do Brasil/Mato Grosso/ Pontes e Lacerda.	71
Figura 34: Localização do terreno.	72
Figura 35: Equipamento no entorno do terreno.	74

Figura 36: Desníveis existentes no terreno	75
Figura 37: Insolação e ventos dominantes no terreno	76
Figura 38: Vista Aérea da aldeia Ipatse, no Parque Indígena do Xingu	78
Figura 39: Programa de necessidades	81
Figura 40: Organograma/ Fluxograma	84
Figura 41: Setorização	85
Figura 42: Pré-dimensionamento.....	86
Figura 43: Setor ADM/ Saúde	95
Figura 44: Layout - Setor ADM/ Saúde	96
Figura 45: Corte AA - Setor ADM/ /saúde	97
Figura 46: Corte BB - Setor ADM/ /saúde	97
Figura 47: Setor Pedagógico.....	98
Figura 48: Layout - Setor Pedagógico	99
Figura 49: Corte AA - Setor Pedagógico.....	100
Figura 50: Corte BB - Setor Pedagógico	100
Figura 51: Setor Profissionalizante	101
Figura 52: Laboratório de informática.....	102
Figura 53: Laboratório de informática.....	102

Figura 54: Layout - Setor Profissionalizante	103
Figura 55: Corte AA - Setor Profissionalizante	104
Figura 56: Corte BB - Setor Profissionalizante	104
Figura 57: Setor Serviço/ Restaurante	105
Figura 58: Refeitório.....	106
Figura 59: Refeitório....	106
Figura 60: Refeitório.....	106
Figura 61: Layout - Setor de Serviço/ Restaurante	107
Figura 62: Corte AA- Setor de Serviço/ Restaurante	108
Figura 63: Corte BB- Setor de Serviço/ Restaurante	108
Figura 64: Unidade Habitacional Infantil.....	109
Figura 65: Layout - Unidade Habitacional – até 07 anos	110
Figura 66: Layout - Unidade Habitacional - até 10 anos.....	110
Figura 67: Corte AA - Unidade Habitacional Infantil	111
Figura 68: Corte BB- Unidade Habitacional Infantil.....	111
Figura 69: Unidade Habitacional Masculina/ Feminina	112
Figura 70: Suíte.....	113
Figura 71: espaço de Estudo – Suíte.....	113

Figura 72: Cozinha.....	113
Figura 73: Sala de estar	113
Figura 74: Layout – Unidade Habitacional	114
Figura 75: Corte AA - Unidade Habitacional	115
Figura 76: Corte BB - Unidade Habitacional	115
Figura 77: Unidade Habitacional República/ Cuidadores	116
Figura 78: Layout - Unidade Habitacional República/ Cuidadores.....	117
Figura 79: Corte AA - Unidade Habitacional República/ Cuidadores.....	118
Figura 80: Corte BB – Unidade habitacional república/ cuidadores.....	118
Figura 81: Espaço de reflexão.....	119
Figura 82: Fachada Sul - Espaço de Reflexão	120
Figura 83: Interior - Espaço de Reflexão	120
Figura 84: Layout - Espaço de Reflexão	121
Figura 85: Corte AA - Espaço de Reflexão.....	122
Figura 86: Corte BB - Espaço de Reflexão.....	122
Figura 87: Área de Lazer	123
Figura 88: Interior - Área de Lazer	123

Figura 89: Layout - Área de Lazer.....	124
Figura 90: Corte AA - Área de Lazer.....	124
Figura 91: Corte BB - Área de Lazer	124
Figura 92: Guarita - Acesso pedestres.....	125
Figura 93: Guarita - Acesso de veículos.....	125
Figura 94: Layout – Guarita.....	126
Figura 95: Corte AA – Guarita	126
Figura 95: Corte BB – Guarita.....	126
Figura 97: Setor de Vivência.....	127
Figura 98: Setor de Vivência.....	127
Figura 99: Setor de Vivência	128
Figura 100: Setor de Vivência.....	128
Figura 101: Setor de Vivência	129
Figura 102: Demonstração do funcionamento do brise horizontal fixo.....	133
Figura 103: Asfalto Borracha	134
Figura 104: Piso drenante Inter travado.....	135
Figura 105: Espaço de Reflexão	136
Figura 106: Setor de Serviço/ Restaurante	136

Figura 107: Setor ADM/ Saúde.....	..136
Figura 108: Setor Profissionalizante.....	..136
Figura 109: Área de Lazer.....	..137
Figura 110: Unidades Habitacional.....	..137
Figura 113: Setor de Vivência.....	..138
Figura 114: Proposta Final.....	..140

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Síntese análise comparativa dos Projetos Referenciais.....	68
Tabela 2: Espécie Arbórea utilizadas no projeto	127

RESUMO

MESQUITA, B. G. C. **Centro de apoio a menores em situação de vulnerabilidade social em Pontes e Lacerda – MT.** 2019. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Centro Universitário de Várzea Grande, Várzea Grande – MT, 2019.

O objetivo principal desta pesquisa é desenvolver uma proposta de um Abrigo Institucional para acolher para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social na cidade de Pontes e Lacerda – MT. Através de um estudo in loco, foram analisadas as principais necessidades para proporcionar uma condição de vida digna para os jovens que por algum motivo adverso da vida, necessitaram dos serviços de acolhimento sob medida protetiva.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, as crianças e adolescentes em vulnerabilidade são consideradas com uma parte frágil da sociedade, dessa forma, considera-se a Arquitetura e Urbanismo, um método para garantir a qualidade de vida, proporcionando uma vida digna, diminuindo os possíveis impactos a serem gerados nos futuros desses jovens e proporcionando educação, saúde, afeto, lazer e profissionalização para aqueles prestes a completar maior idade.

Palavras-Chave: Vulnerabilidade Social, menores, inclusão social.

1 INTRODUÇÃO

Os abrigos institucionais são das principais alternativa para proteção das crianças e adolescentes, toda sua estrutura é voltada para a proteção dos jovens em vulnerabilidade social, protegendo sua integridade física e psicológica, todo trabalho desenvolvido dentro desses abrigos é para reintegração dos jovens a sua família de origem ou, último caso, fazer a inserção desse jovem em programas de adoção, para se integrar a uma família substituta.

Atualmente a grande quantidade de crianças e adolescentes “abandonadas” ou que por algum outro motivo necessita do serviço de acolhimento é extremamente preocupante e está ligado diretamente no desenvolvimento de cada indivíduo e indiretamente na sociedade. Existem diversos motivos pelo quais crianças e adolescentes necessitam dos serviços das Instituições de acolhimento, muitas vezes pelo abandono, maus tratos, exclusão social, falta de condições básica para sobrevivências, entre outros. Perante desses fatos observamos a dificuldade encontradas pelos jovens em seu âmbito familiar. Diante desses acontecimentos as crianças e adolescentes passam a utilizar dos serviços de acolhimento institucional por tempo indeterminado.

Sendo assim, este trabalho de diplomação que contempla as áreas de Arquitetura e Urbanismo, tem como proposta o desenvolvimento de uma Instituição para acolher crianças e adolescentes de 0 a 18 anos, que se encontram em situação de vulnerabilidade social na cidade de Pontes e Lacerda – MT. Essas instituições consistem em moradia provisória para crianças e adolescentes, que se encontram sob medida preventiva.

O desenvolvimento desse projeto visa contribuir para o desenvolvimento físico e mental, proporcionando qualidade de vida e inclusão social. Auxiliando um crescimento saudável para essas crianças e adolescentes, fazendo a integração entre os jovens, familiares e a comunidade. Atualmente no município, o Espaço existente para essa finalidade, não atende as necessidades das crianças e adolescentes.

1.1 PROBLEMÁTICA

Diversas instituições de acolhimento para menores em situação de vulnerabilidade social, normalmente estão locadas em casas alugadas, grandes espaços institucionais ou em edifícios destinadas a outras funções, dessa forma a edificação é adaptada para o uso dessa instituição, dificultando a configuração ideal dos ambientes, para contribuir com a garantia dos direitos e dar suporte no crescimento social e pessoal dos jovens.

Atualmente facilmente podemos observar a grande quantidade de crianças e adolescentes que sofrem com a vulnerabilidade social, jovens estão sujeitos ao preconceito, exclusão social, abandono, falta de moradia digna e entre outros. Devido a grande quantidade de crianças e adolescentes em vulnerabilidade social surge a necessidade da implantação de um local para garantir o desenvolvimento de crianças e adolescentes e contribuindo para o futuro dos jovens. Os abrigos lidam com diversas dificuldades diariamente, dificuldades como a estrutura precária, recursos financeiros, administrativos, falta de profissionais capacitados para ofertar carinho e contribuir com o futuro e necessidades das crianças e adolescentes.

Para minimização desses problemas foram delimitadas as diretrizes de trabalho, indagando a problematização para realização deste projeto, desde as pesquisas até o projeto final e procurando soluções para os diversos problemas da temática. Dessa forma para a realização desse projeto procuramos responder e obter soluções para os seguintes problemas:

- Em que medida a classe social e a desigualdade contribui para o abandono infantil?
- Qual impacto é causado na vida de crianças e adolescentes abandonados?
- Quais os riscos as crianças e adolescentes abandonadas podem sofrerem?

1.2 JUSTIFICATIVA

Este tema aborda a vulnerabilidade social, com intuito de minimizar os impactos na vida de crianças e adolescentes, contribuindo para a sociedade, ajudando a proporcionar qualidade de vida, respeito, dignidade, dando assistência e a apoio a crianças e jovens de 0 a 18 anos que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Podemos observar através funcionalidade dos ambientes a importância e contribuição da arquitetura para a qualidade de vida.

Diante da nossa realidade e devido a quantidade de desafios das condições de vida em que se encontram crianças e adolescentes atualmente, onde tiveram seus direitos violados, risco de exclusão social, abandono familiar, falta de acesso a requisitos básicos como educação, saúde e alimentação. A implantação do abrigo institucional é de extrema importância, para a minimizar fatores que terão grande impactos no desenvolvimento social dos jovens.

Levando em conta os possíveis problemas no desenvolvimento social de crianças e a adolescentes, as instituições de apoio têm como objetivo auxiliar crianças e adolescentes que por algum motivo tiveram seus direitos violados, proporcionando âmbito familiar, educação, lazer, saúde, alimentação, direito à moradia, segurança, além de ajudar a reverem seus valores de cidadania e convivência em comunidade. Os fatores socioeconômicos são de fundamental importância no desenvolvimento e na autonomia de crianças e adolescentes, diversos fatores como a falta de afeto, cuidado, segurança e problemas no âmbito familiar leva esses jovens a terem comportamento infratores.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) prevê direitos básicos para crianças e adolescentes, tais como dignidade, respeito e convivência familiar. Mesmo assim, apenas na cidade de São Paulo 77.290 crianças e adolescentes estão em situação de abuso, negligência e exploração. [...] (Alves, 2017).

O município de Pontes e Lacerda, atualmente conta com dois serviços de acolhimento. O Lar de Apoio a Crianças (LAC), uma entidade filantrópica destinada para crianças de 0 a 12 anos e a Casa Lar, um órgão governamental destinado aos jovens de 13 a 18 anos. Segundo a assistente social responsável pelos abrigos institucionais de Pontes e Lacerda – MT (pesquisa in loco, julho de 2019), neste período havia cerca 08 crianças no Lar de Apoio a Crianças (LAC) e 10 Jovens na Casa Lar, aguardando o Juiz decidir se os mesmos voltariam para seu leito familiar ou seria destinado a adoção.

Os locais que atualmente abriga o Lar de apoio a Crianças (LAC) e a Casa Lar do município de Pontes e Lacerda, não possuem condições básicas de estrutura para atender essa função, pois trata – se de uma residência pequena, precária nas condições térmicas e sem recursos para desenvolver as atividades necessárias para suprir as necessidades das crianças e adolescentes.

1.3 OBJETIVOS

Esta pesquisa tem como objetivo geral a elaboração de um projeto arquitetônico de uma edificação destinada a uma Instituição de acolhimento para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, na cidade de Pontes e Lacerda – MT.

Os objetivos específicos são:

- Investigar e analisar a origem da vulnerabilidade social das crianças e adolescentes.
- Investigar sobre o público alvo, na cidade de Pontes e Lacerda – MT.

- Analisar surgimento do Estatuto da Criança e do adolescente (ECA).

1.4 ESTRUTURA DA MONOGRAFIA

Este trabalho foi estruturado em duas etapas. A primeira sendo a parte teórica, onde foi feita uma revisão bibliográfica abordando a fundamentação teórica dos abrigos institucionais. Na segunda etapa a elaboração de um projeto a partir das conclusões obtidas na primeira etapa.

O capítulo 1, fundamenta uma análise técnica e histórica do funcionamento dos abrigos desde os tempos remotos, fazendo uma análise dos motivos que levam uma pessoa ao desabrigo e qual o papel dos abrigos institucionais para a sociedade.

O capítulo 2, analisa as modalidades de abrigos institucionais existentes e sua funcionalidade, analisando as modalidades existentes no Brasil e no Município de Pontes e Lacerda, destacando o papel de alguns órgãos e funcionários responsáveis pela organização do local.

O capítulo 3, faz uma análise das legislações responsáveis pela proteção integral dos direitos humanos da infância e juventude, dessa forma embasando nas legislações utilizadas para a elaboração de projeto.

O capítulo 4, está ligado aos aspectos sociais, que beneficiaram os usuários e a sociedade e buscando inovações na temática para melhoria da qualidade de vida de todos.

O capítulo 5, fundamenta as técnicas destacadas para serem utilizadas nos projetos, apresentando projetos de referências onde essas técnicas foram aplicadas anteriormente, embasando técnicas construtivas e parâmetros de projeto. Com auxílio de uma Matriz de Análise Comparativa, destaca-se os aspectos mais relevantes entre os projetos utilizados como referência.

O capítulo 6, fundamenta estudos para a definição de partido arquitetônico e estudos para melhor elaboração do pré-dimensionamento e programa de necessidades, embasando os condicionantes do espaço físico, como a insolação, clima, vegetação e topografia.

1.5 PÚBLICO ALVO

Este trabalho tem como objetivos atender o público de 0 a 21 anos, inseridas no programa de Proteção Básica através do Centros de Referência de Assistente social (CRAS) e programa de Proteção Especial através do Centros de Referência Especializado de Assistente social (CREAS), no municio de Pontes e Lacerda. Além da preocupação com as crianças e adolescente com um destino incerto, tem um destaque para aqueles que estão prestes a maior idade, sem nenhum destino e profissão. Para redução desses problemas, esse trabalho tem com interesse oferecer moradia, ajudar nas necessidades básicas e ajudar com a profissionalização desses jovens que estão prestes a completar a maior idade.

A Proteção Social Básica é o conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social estruturados para prevenir situações de vulnerabilidade e risco social, buscando a inserção de famílias e indivíduos na rede socioassistencial e em outras políticas setoriais, visando ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e a superação dessas situações. (BRASIL)¹

A Proteção Social Especial organiza, no âmbito do Suas, a oferta de serviços, programas e projetos de caráter especializado, destinado a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, com violação de direitos. Tem o objetivo de contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, o fortalecimento de potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de risco pessoal e social, por violação de direitos. (BRASIL)²

¹ Disponível em: <<http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/mds-para-voce/carta-de-servicos/gestor/assistencia-social/basica>> Acesso em: 12 out, 2019.

² Disponível em: <<http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/mds-para-voce/carta-de-servicos/gestor/assistencia-social/protecao-social-especial>> Acesso em: 07 ago, 2019.

1.6 BREVE HISTORICO SOBRE AS POLITICAS DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA NO BRASIL

A infância e a adolescência tem sido foco de políticas e ações do Estado desde os tempos remotos. No período colonial, entre 1500 até 1822, o Brasil era estruturado pela economia e política da metrópole portuguesa. A determinação para que as crianças viessem da metrópole era através da burocracia, ou seja, dos comandantes das cortes e da Igreja Católica. Segundo Faleiros (2004, p.2). Os padres jesuítas cuidavam das crianças indígenas e batizavam e colocava para trabalhar, existiam dois tipos de abrigos, Casa de recolhimento e Casa para meninos e meninas indígenas. No período em que a Dinamarca comanda a economia com a exportação de madeira, ouro, açúcar e produtos agrícolas, os índios eram considerados objetos econômicos.

Figura 01: Meninas Índias eram educadas pelas Freiras.



Fonte: <http://www.pensarprimata.com.br>

Naquela época era comum se deparar com crianças advindas do relacionamento entre os senhores e escravas ou índias, essas crianças contrariavam a moral do casamento e devido a isso eram abandonadas. A pobreza era outro fator que elevava a grande quantidade de crianças abandonadas naquele período. Devido essas situações o vice-rei, em 1726 propôs duas medidas: a coleta de esmolas na comunidade, para ajudar as crianças com os custos de da internação. Em 1871 foi criado um asilo de meninos desvalidos, já as meninas desde de 1740 eram acolhidas pela Santa Casa. No final do século XIX o Brasil já possuiu asilos para órfãos, escolas industriais e escolas agrícolas.

Figura 8: Asilo de Órfãos, Associação Protetora da Infância Desvalida



Fonte: <http://www.novomilenio.inf.br>

No período da Proclamação da República em 1889, eles renunciavam a abolição da escravidão. No fim do século a preocupação com a mortalidade infantil foram elevadas pelos médicos e após isso a ordem social foi priorizada, a meta era corrigir os desvios monetários que aconteciam nas Casas Correcionais e nos Orfanatos preparatório para o trabalho. Após essa preocupação de parte da sociedade, surgiu a “Escola Correcional” em 15 de novembro de 1903, e somente vinte anos depois foi autorizado a criação do juizado de menores. Foi em 1924 que aconteceu a criação do Conselho de Assistência e Proteção aos Menores e Abrigo de Menores. Em 1927 iniciava mais uma etapa de proteção aos menores, onde toda a legislação de proteção a menores foi consolidada no Código de Menores, esse condigo tinha como objetivos preservar menores e delinquentes.

No governo de Getúlio Vargas, em 1942, foi criado o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), esse serviço estava ligado ao Ministério da justiça, que tinha a função de um sistema penitenciário para menores, o seu foco era corrigir e reprimir os menores. Ainda no governo de Getúlio foi criado a Legião Brasileira de Assistência (LBA), que apoiava os integrantes da II Guerra Mundial e seus familiares. Em 1964 a Lei 4.513 a Política Nacional de Bem-Estar do Menor – PNBEM foi criada, e regiam que se as famílias não pudessem cuidas das crianças, as mesmas passavam a ser de poder do estado. Em 1980 iniciou-se a Democracia, e em 1986 ouve a criação da Comissão Nacional Criança e Constituinte e logo a FUNABEM deixa a previdência social e passa a ser do Ministério interior, sendo responsável pelas áreas sociais e pelo desenvolvimento. Em 1988 aconteceu a contemplação da proteção integral para Crianças e Adolescentes, através da Constituição Federal “Cidadã”.

[...] Até o final da década de 1980 estas eram denominadas de “internatos de menores” ou “orfanatos” e funcionavam nos moldes de asilos, embora as crianças, em sua quase totalidade, tivessem famílias. Isto ocorreu a despeito do fato de que, desde os anos de 1900, a internação de crianças aparece principalmente na literatura jurídica como o “último recurso” a ser adotado.

Por isso, consideramos que se instituiu no Brasil uma verdadeira “cultura da institucionalização”. (RIZZINI e RIZZINI, 2004, p.14).³

Com a aprovação do (ECA) Lei 8.069 de 1900, ouve a extinção da FUNABEM. O Eca (Brasil, 1990), um conjunto de direito civis, sociais, econômicos e culturais de promoção e proteção, assegurando os direitos humanos de crianças e adolescentes, até os dias atuais. “A política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente será garantida pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, pelos Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente, pelo Fundo Estadual da Infância e Adolescência, pelos Fundos Municipais da Criança e do Adolescente e pelos Conselhos Tutelares”. (PERCÍLIA, Eliene. 2019.)⁴

1.6.1 DESENVOLVIMENTO HISTORICO DOS OFARNATOS AOS ABRIGOS ATUAIS.

O abandono infantil é um fato que ocorre desde os tempos remotos, mais somente na idade começou a ser tratada como uma questão de seriedade. Por causa dos inúmeros problemas enfrentados naquela época, as famílias começaram a abandonar seus filhos, muitas vezes chegavam a ponto de cometer o suicídio infantil, isso fez com que a igreja e as monarquias passarem a se preocupar e oferecer assistência para as crianças. Segundo Rizzini & Rizzini (2004) No período Colonial surgiu a Rodas Expostos, eram uma modalidade de atendimento a crianças abandonadas que ficavam nas Casas de Misericórdia, essa modalidade evitava que as crianças ficassem na rua, pois essas crianças eram consideradas pelos “ricos” um problema para seus negócios.

A roda dos enjeitados ou expostos ficavam instalados nos muros da Casas de Misericórdia e conventos, se tratava de uma abertura, sob uma roda cilíndrica, a mãe girava a roda cilíndrica, voltando a abertura para si, coloca a criança e rodava a roda para abertura ficar voltada

³ Disponível em: < http://acolhimentoemrede.org.br/site/wp-content/uploads/2015/04/ebook_institucionalizacao_de_crianças_no_brasil.pdf> Acesso em: 07 ago, 2019.

⁴ Disponível em: < <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/eca.htm>> Acesso em: 09 out, 2019.

ao interior. A roda de exposto chegou ao Brasil junto da colonização. Instalada em solo nacional após uma grande quantidade de crianças abandonadas na rua em Salvador – BA. Segundo Freitas (2003, p.51), a roda de exposto foi utilizada no Brasil por um longo período, que foi de 1726 a 1950, sendo o Brasil o último país a abolir tal prática”. Enquanto o sistema ainda era utilizado no Brasil, na Europa já estava sendo descartado, pelo fato da superlotação dos abrigos e por acharem que o sistema influenciava e facilitava o abandono das crianças. A superlotação se dava porque naquela local ficava abrigado crianças, mendigos, doentes e loucos.

Figura 9: Ilustração do abandono na roda de exposto - Séc. 19



Fonte: <https://www.gazetadopovo.com.br>, 2019

Figura 10: Roda de exposto instalada na Santa Casa de Misericórdia -Portugal



Fonte: <https://www.tripadvisor.com.br>, 2016

A prática do abandono também gerava despesas para a Santa Casa de Misericórdia. Segundo Freitas (2003) a população contribuía com algumas doações, para ajudar com os custos. Apesar de difícil e triste, essa era uma das únicas formas de sobrevivência, pois naquela época era um assunto sem muita prioridade e pouco discutidos. E somente em 1979, a Organização das Nações Unidas (ONU), fez desse assunto um destaque. Com reconhecimento dos direitos humanos de crianças e adolescentes e a Criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, resultando em uma nova forma de acolhimento, proporcionando carinho, afeto, além das condições básicas de sobrevivência.

Art. 227º. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, a saúde, a alimentação, a educação, ao lazer, a profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1998).⁵

1.7 MAIOR IDADE

Com a chegada da maior idade, o adolescente não pode mais permanecer no abrigo, e com isso ele pode se sentir perdido, pois está transitando da instituição para a sociedade, gerando insegurança. Segundo Figueiredo, Sader e Caldeira (1987), é comum os jovens entrarem em crise ao se aproximar da maior idade e conseqüentemente, ter que deixar o abrigo, sem preparo, apoio, ficando vulneráveis ao tráfico e crime. Por esse motivo espera-se que os abrigos institucionais preparem o jovem para o futuro oferecendo uma formação profissional. Encaminhando o jovem para uma república onde receberá incentivos, qualificação profissional e incentivos para o futuro, dessa forma deixando o jovem preparado para enfrentar a sua nova etapa de vida.

⁵ Disponível em: < https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_06.06.2017/art_227_.asp > Acesso em: 09 out, 2019.

Portanto, é esperado que as instituições de acolhimento se preparem para esse momento de desligamento, contemplando o fortalecimento da autonomia, a profissionalização a educação, bem como estabelecendo um processo de desligamento gradativo do jovem. (SILVA, 2010, p.55).

Se até os 18 anos o jovem não teve possibilidade de ser inserido em uma família, seja a sua própria ou substituta, e, se não está pronto para se tornar independente, é importante que seja estimulado a viver em uma república para conquistar sua autonomia e emancipação, além de construir uma rede de relações pessoal e social mais diversificada. Uma programação para a independência e para a inserção no mundo do trabalho deve ser intensa.

É importante que a ideia do trabalho esteja ligada à autorrealização, a poder fazer o que gosta, a expressar o próprio potencial. O trabalho pode e deve ser visto como libertador, embora exija esforço e dedicação, e como contribuição à comunidade, fugindo da conotação escravagista e de exploração. (NECA, 2010, p.37)⁶

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Do ponto de vista legal, antes da aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, a criança não era reconhecida como um cidadão pleno, não possuía seus próprios direitos, era considerado um sujeito incapaz e incompleto e suas necessidades deveriam ser expressas pela voz de um adulto. (ORIONTE & SOUSA, 2005).

Em 1990, houve a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), legislação que visa “a proteção integral à criança e ao adolescente. ” (Art. 1º). Trata de questões referentes aos direitos da criança e do adolescente desde antes do nascimento, como

⁶Disponível em: < <https://www.neca.org.br/wp-content/uploads/novos%20rumos%20do%20acolhimento.pdf> > Acesso em: 09 out, 2019.

acompanhamento pré e perinatal, à convivência familiar e social, incluindo o direito ao lazer, à educação, à liberdade, ao respeito e à dignidade, chegando até as questões referentes ao abandono e àqueles que cometeram algum tipo de ato infracional. (OLIVEIRA, 2008).

Atualmente podemos observar claramente a necessidade de apoio para crianças e adolescentes em vulnerabilidade social no nosso país. Dessa forma as necessidades básicas dos seres humanos são imprescindíveis para um bom desenvolvimento humano, diante desse fato pode-se observar a importância dos Abrigos institucionais na vida de crianças e adolescentes em vulnerabilidade social. Entretanto, este trabalho tem intuito de analisar os locais destinados a abrigos institucionais para crianças e adolescentes em vulnerabilidade social, levando em conta as necessidades dos jovens, analisar as razões que levam esses jovens a necessitar dos serviços dos abrigos institucionais e o impacto gerado na vida desses jovens.

ORIONTE & SOUSA, destaca que a maioria das crianças e adolescentes institucionalizadas, possuem seus pais adotivos ou biológicos vivos e por algum motivo ou circunstância variáveis, encontram sem condições financeira, moral, física ou psíquica, para conviver com essas crianças e adolescentes. De acordo com os prontuários de internação os principais fatores que impendem a permanência da criança no seu âmbito familiar são: Alcoolismo, uso de drogas, violência física e sexual, miséria, doença e ausência de um dos pais ou ambos por cumprimento de pena em instituições penitenciárias, na maioria dos casos, por tráfico ou homicídio. Alguns jovens possuem irmão ou familiares internados na mesma instituição, o que aumenta, o desamparo e sofrimento.

Dessa forma, é clara a necessidade a contribuição das políticas públicas para auxiliar na proteção integral de crianças e adolescentes em vulnerabilidade social e ajudar na implantação de Abrigos institucionais, para acolher, cuidar e dar segurança aos jovens desamparados.

2.1 DESABRIGAMENTO

Segundo o Instituto Fazendo História, atualmente existe cerca de 40 mil crianças e adolescente em situação de acolhimento, de ambos os sexos, acolhidos em diferente modalidade de acolhimento: Abrigo Institucional, Casa Lar, Famílias Acolhedoras e Republicas. Cada um com suas diferentes formas de acolhimento, para atender as necessidades de crianças e adolescentes. Para decidir o melhor local, para destinar as crianças e adolescente, é realizado uma análise do âmbito familiar, histórico familiar, tempo, idade e sempre respeitar os vínculos parentescos, onde, primos e irmão devem sempre ficar juntos.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), somente 12,6% das instituições de abrigos possuem instalações adaptadas para portadores de deficiência, dessa forma a falta de adaptação nas instituições se torna mais um obstáculo para as crianças e adolescentes. O governo federal apoia a participação das crianças e adolescentes nas atividades da comunidade, sempre estar presente nas festas culturais, esportivas e lazer, independentemente de ser pública ou privada, pois dessa forma auxilia no desenvolvimento social dos menores.

[...] Garantidas restrições essenciais a sua segurança, crianças e adolescentes devem circular pela comunidade de modo semelhante àqueles de sua mesma faixa etária – caminhando, usando o transporte público ou bicicletas – contando com a companhia de cuidadores/educadores ou outros responsáveis quando o seu grau de desenvolvimento ou a situação assim exigir. No convívio com a comunidade deve ser oportunizado que crianças e adolescentes possam tanto receber seus colegas nas dependências do serviço como participar, por exemplo, de festas de aniversário de colegas da escola. Em síntese, no convívio comunitário devem ser proporcionadas também experiências individualizadas. (BRASIL, 2008, p. 14)⁷

⁷ Disponível em: < <http://www.mppr.mp.br/arquivos/File/OrientacoesTecnicasServicosdeAcolhimento0206.pdf> > Acesso em: 09 out, 2019.

Segundo Ungarett (2010) oportunidade de conviver com a comunidade, é uma forma de ajudar as crianças e adolescentes a conhecer a si mesmo, e aprender a se relacionar com outras pessoas. A oportunidade de se expressar no ambiente, principalmente quando se trata do seu quarto, deixando sua marca pessoal no ambiente, promove o sentimento de afetividade, traz sentido de lar acolhedor. Os educadores observam as crianças, aquilo que se sintam o mais próximo do afeto familiar, como quando, se satisfazem em ajudar a cuidar da casa e organizar, porque elas percebem que o espaço é delas também.

As crianças e adolescentes devem ter a oportunidade de realizar pequenas mudanças nos espaços privativos, fazer escolhas e de participar da organização do ambiente de acolhimento, segundo seu grau de desenvolvimento e capacidades. Assim, de modo gradativo e estritamente com função pedagógica, devem participar da organização da rotina diária do abrigo e assumir responsabilidade pelo cuidado com seus objetos pessoais, com seu autocuidado e cumprimento de compromissos (escola, atividades na comunidade, trabalho, etc. (BRASIL, 2008, p.22).⁸

2.2 CONCEITOS

Abrigos – orfanatos, educandários e casas-lares – são instituições responsáveis por zelar pela integridade física e emocional de crianças e adolescentes que tiveram seus direitos desatendidos ou violados, seja por uma situação de abandono social, seja pelo risco social a que foram expostos pela negligência de seus responsáveis. Em sentido estrito, “abrigo” é uma medida de “proteção especial” prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente e definida como “provisória e excepcional” (ECA, art. 101, parágrafo único). Aqueles que, em casos extremos, necessitam permanecer afastados de suas famílias até que

⁸ Disponível em: < <http://www.mppr.mp.br/arquivos/File/OrientacoesTecnicasServicosdeAcolhimento0206.pdf> > Acesso em: 09 out, 2019.

as condições adequadas de convivência se restabeleçam deve encontrar nas instituições de abrigo um espaço de cuidado e proteção (SILVA; AQUINO, 2005: p. 01).⁹

Segundo Figueira (2002), O Espaço de proteção jamais substituirá a família, mas oferece proteção, carinho e ajuda a rever seus valores sociais. No abrigo provisório o tempo de permanência deve ser o mínimo possível, mas isso não se torna uma meta do abrigo, pois seu objetivo é ajudar a família se fortalecer para que ela possa se reintegrar à criança e adolescente, evitando a necessidade da integração a uma família substituta. No abrigo Excepcional o acolhimento deve ser encarado como uma opção para último caso, com objetivo de reintegrar a criança e o adolescente a família biológica ou substituta e aprenda a lidar com cotidiano no seu âmbito familiar. (FIGUEIRA, 2002).

2.2.1 ABRIGOS INSTITUCIONAIS

Definição: Serviço que oferece acolhimento provisório para crianças e adolescentes, afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva de abrigo, em função de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade, encaminhamento para família substituta. (Lar da Criança Feliz) ¹⁰

A Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009, apresenta diretrizes para garantir o convívio da criança com sua família.

⁹ Disponível em: < <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo8-direitosepoliticaspUBLICAS/pdf/acolhimentoinstitucionaldecriancaseadolescentes-oabrigoronaldoaraujo.pdf>> Acesso em: 08 nov, 2019.

¹⁰ Disponível em: < larcriancafeliz.org.br/index.php/o-acolhimento> Acesso em: 17 ago, 2019.

Art.101. § 1º O acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade. (Brasil, 2009) ¹¹

O local deve ter características de uma residencial, sua arquitetura deve ser semelhante as residências locais do seu entorno, deixando o local mais acolhedor, dando oportunidade de ambientes personalizados para pequenos grupos, convívio familiar e comunitário. Neste local o ideal que tenha atendimentos exclusivo. Atendimento especializado somente quando o caso for justificado e não prejudicar a relação das outras crianças e adolescentes abrigadas. Garantindo sempre acolhimento para crianças e adolescentes que necessite do serviço. O local possui uma coordenação e profissionais capacitados para atender todas as crianças e adolescentes, o local pode abrigar até 20 pessoas, entre 0 a 18 anos.

2.2.2 CASA LAR

O Serviço de Acolhimento provisório oferecido em unidades residenciais, nas quais pelo menos uma pessoa ou casal trabalha como educador/cuidador residente – em uma casa que não é a sua – prestando cuidados a um grupo de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva de abrigo (ECA, Art. 101), em função de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade, encaminhamento para família substituta. (PEREIRA, Juliana; MELO, Ana. Brasil, 2009, p. 69).¹²

¹¹ Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm> Acesso em: 23 ago, 2019.

¹² Disponível em: < http://www.mds.gov.br/cnas/noticias/orientacoes_tecnicas_final.pdf> Acesso em: 23 ago, 2019.

Considerado entre as instituições de abrigo a mais semelhante de um ambiente familiar, é extremamente importante o vínculo do educador, criado e as crianças e adolescentes. Local visa a integração do(a) abrigado(a) com a família e comunidade. Possui um potencial máximo de 10 pessoas, entre 0 a 18 anos.

2.2.3 FAMÍLIA ACOLHEDORA

Serviço que organiza o acolhimento, em residências de famílias acolhedoras cadastradas, de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva (ECA, Art. 101), em função de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade, encaminhamento para adoção. Propicia o atendimento em ambiente familiar, garantindo atenção individualizada e convivência comunitária, permitindo a continuidade da socialização da criança/adolescente. (PEREIRA, Juliana; MELO, Ana. Brasil, 2009, p. 82).¹³

É um local provisório, até que receba uma decisão sobre o futuro da criança e adolescente. Possui um potencial máximo de 10 pessoas, entre 0 a 18 anos.

Trata-se de um serviço de acolhimento provisório, até que seja viabilizada uma solução de caráter permanente para a criança ou adolescente – reintegração familiar ou, excepcionalmente, adoção. É uma modalidade de acolhimento diferenciada, que não se enquadra no conceito de abrigo em entidade, nem no de colocação em família substituta, no sentido estrito, porém

¹³ Disponível em: < http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-acolhimento.pdf> Acesso em: 23 ago, 2019.

podendo ser entendido como regime de colocação familiar preconizado no artigo 90 do Estatuto da Criança e do Adolescente. (Brasília, 2008, p.50)¹⁴

2.2.4 REPÚBLICA

Republica está destinada a jovens de 18 a 21 anos, que não possuem outro lugar para morar e nem condições financeiras. Quando chega a maior idade jovens sem emprego, moradia, profissão e muitas vezes sem estudo, se encontram sem saída e necessitam do acolhimento das republicas.

Modalidade de atendimento que oferece apoio e moradia subsidiada a grupos de jovens em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados, em desligamento de serviços de acolhimento para crianças e adolescentes. Com a estrutura de uma residência privada, deve receber supervisão técnica e localizar-se em áreas residenciais da cidade, seguindo o padrão sócio-econômico da comunidade onde estiverem inseridas, sem distanciar-se excessivamente, do ponto de vista sócio-econômico, da comunidade de origem dos usuários. A república é um estágio na construção da autonomia pessoal e uma forma de desenvolver possibilidades de auto-gestão, auto-sustentação e independência, preparando os usuários para o alcance de autonomia e autosustentação. Possui tempo de permanência limitado, podendo ser reavaliado e prorrogado em função do projeto individual formulado em conjunto com o profissional de referência. (Brasil, 2008, p.57)¹⁵

¹⁴ Disponível em: < <http://www.mppr.mp.br/arquivos/File/OrientacoesTecnicasServicosdeAcolhimento0206.pdf>> Acesso em: 23 ago, 2019.

¹⁵ Disponível em: < <http://www.mppr.mp.br/arquivos/File/OrientacoesTecnicasServicosdeAcolhimento0206.pdf>> Acesso em: 23 ago, 2019.

2.2.5 VULNERABILIDADE SOCIAL

Segundo Bruseke (2006), A vulnerabilidade social possui diversos conceitos e está ligada a diversos fatores e desvantagens sociais, local de moradia e condições de vida da família e obstáculos enfrentados por eles. Sendo assim a vulnerabilidade pode ser ocasionada pela carência econômica e afetiva. Se trata de um conjunto de fatores em diversas ocasiões, ocasionando a fragilidade e deixando o ser humano mais suscetível e suscetível a risco e contingências

[...] Vulnerabilidade social sintetiza a ideia de uma maior exposição e sensibilidade de um indivíduo ou de um grupo aos problemas enfrentados na sociedade e reflete uma nova maneira de olhar e de entender os comportamentos de pessoas e grupos específicos e sua relação e dificuldades de acesso a serviços sociais como saúde, escola e justiça. (Adorno, p.62).¹⁶

De acordo com Abramovay (2002), a violência social articulada a jovens, sendo vítimas ou agentes, está diretamente ligada a condição de vulnerabilidade dos indivíduos.

2.2.6 ASSISTÊNCIA SOCIAL

Esse serviço é de um direito do cidadão brasileiro, assegurado pela Constituição Federal, com intuito de garantir todas as necessidades básicas. O assistente social tem como objetivo fortalecimento das crianças no seu âmbito familiar. Tem o objetivo de garantir proteção e igualdade aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

¹⁶ Disponível em: < https://ojs.unesp.br/index.php/revista_proex/article/viewFile/868/1096 > Acesso em: 08 ago, 2019.

A Lei nº 8.742/93, de 7 de dezembro de 1993, apresenta diretrizes dos direitos em relação à Assistência Social para todos.

Art. 1º. A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

LEI Nº 8.742/93 Art. 2º A assistência social tem por objetivos:

I - A proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:

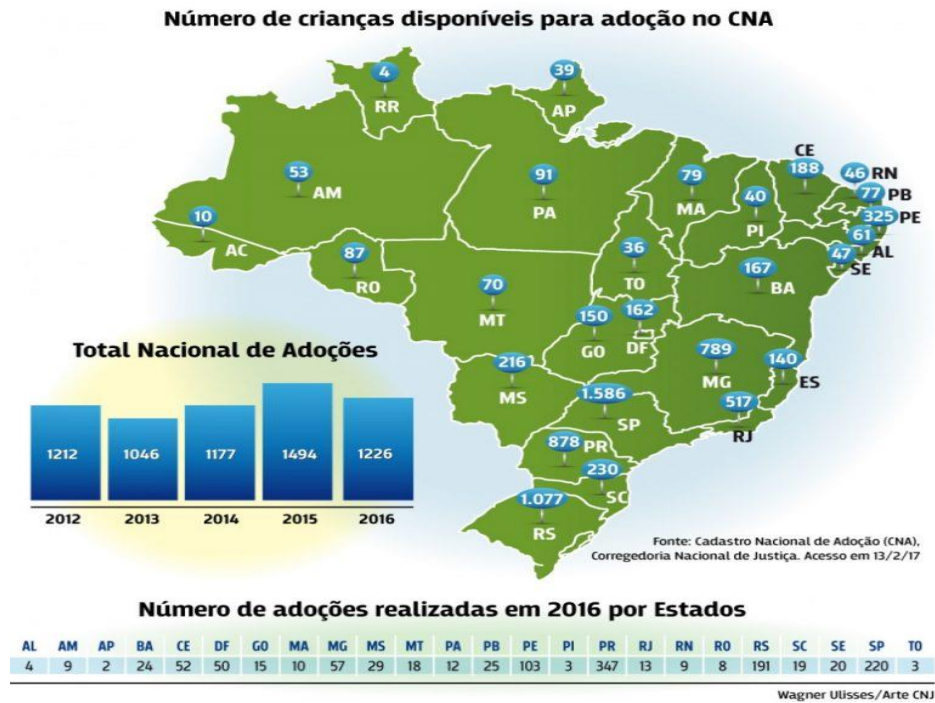
- a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes;
- c) a promoção da integração ao mercado de trabalho
- d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e
- e) a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família; (Brasília, 1993)¹⁷

¹⁷ Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.html > Acesso em: 08 ago, 2019.

2.3 AMBIENTES INSTITUCIONALIZADOS NO BRASIL

De acordo com uma pesquisa realizada pelo Conselho Nacional da Justiça, no Brasil existem cerca de 47 mil crianças e adolescente vivem em abrigo, mas somente 8.420 crianças estão cadastradas no Cadastro Nacional de Adoção, ou seja, somente 17% dessas crianças terá oportunidade de reintegrar a uma família substituta.

Figura 11: Número de crianças disponível para adoção no CNA



Fonte: <http://www.justificando.com>

2.4 ABRIGOS INSTITUCIONAIS EM PONTES E LACERDA - MT

Através de uma entrevista realizada com a assistente social, responsável pela organização da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial do município de Pontes e Lacerda, percebemos a necessidade de uma melhora nos abrigos institucionais do município, para garantir a qualidade de vida aos jovens.

O município possui dois serviços de proteção integral aos jovens, sendo eles o Lar de Apoio a Crianças (LAC), que atende criança de 0 a 11 anos, e a Casa Lar que oferece apoio para jovens de 12 a 18 anos, onde proporcionam alimentação, moradia, cuidados com a saúde, para aqueles que foram abandonados, situação de pobreza, maus tratos, situação de trabalho infantil, discriminação afetiva, racial, ou deficiência, direitos violados, entre outros.

Figura 12: Casa Lar – Pontes e Lacerda



Fonte: Acervo Pessoal

Figura 13: Lar de apoio a Crianças (LAC) - Pontes e Lacerda



Fonte: Acervo Pessoal

2.5 FUNÇÕES E USO

O abrigo é uma instituição destinada a crianças e adolescentes em vulnerabilidade social, com intuito de ajudar a combater a vulnerabilidade social, no qual eles se abrigam e são cuidados por funcionários que são monitores, educadores e responsável por suprir a necessidade básica como alimentação, higiene, saúde, educação, afeto e organizar a rotina dessas crianças e adolescentes. As instituições como a casa lar pode abrigar cerca de 20 pessoas, mais se houver necessidade tem disponibilidade para maior quantidade de pessoas. Em algumas instituições os quartos são coletivos e pode abrigar até 10 pessoas. Ela tem como objetivo abrigar e zelar pelos direitos dos jovens, suprimindo suas necessidades básicas como a educação, saúde, lazer e afeto com sua família substituta ou “família social”, essa família geralmente é o casal ou a “mãe social” destinada a cuidar dessas crianças e adolescentes. A distinção entre os dois é que a casa lar está mais semelhante ao âmbito familiar, proporcionando um maior contato afetivo.

Segundo Rocha (2003), os abrigos é uma instituição destinada a acolher crianças de zero a vinte e um anos de idade, em situação de vulnerabilidade social de ambos os sexos e raça, no abrigo recebem uma “família substituta”, que irá ajudar nas suas condições básicas, neste local os jovens recebem cuidados com a saúde, educação, alimentação, moradia, lazer, educação complementar, entre outros. Um estudo afirma que 55.2% dos abrigados ficam cerca de 7 meses no local. Dessa forma o quadro nacional viola o Estatuto da Criança e do Adolescentes e a medida de abrigamento torna – se longa e em alguns casos permanente, pois muitos indivíduos permanecem institucionalizados por toda a infância e adolescência.

Dessa forma, as instituições tem como intuito contribuir com ambiente físico e afetivo, dando oportunidade as crianças e adolescentes e assegurando seus direitos. Exercendo ao máximo o cumprimento das leis, com dignidade e afetividade até que uma medida jurídica determine a reintegração no seu âmbito familiar ou na família substituta.

2.6 BENEFÍCIOS SOCIAIS

Os abrigos institucionais proporcionam a crianças e adolescentes diversos benefícios como à segurança, cuidados com a alimentação, cuidados com a saúde, educação, educação complementar, contribuindo para formação ética e social, desenvolvimento físico e mental, suporte para a família das crianças e adolescentes, além disso, todos os profissionais desse local tem o intuito de se referenciar como família dos envolvidos, melhorando o convívio e qualidade de vida dos jovens. Dessa forma beneficiando a sociedade de modo geral.

Para proporcionar os benefícios a sociedade o projeto tem intuito de oferecer um ambiente seguro, confortável, incluindo educação, esportes, lazer e formação profissional para uma melhor inclusão social e preparo para enfrentar o futuro com a chegada da maior idade e evitando a inclusão no crime.

2.7 BENEFÍCIOS AMBIENTAIS

As diretrizes de sustentabilidade são de extrema importância no bem-estar, alcançando níveis satisfatórios de projeto para abrigar e satisfazer as necessidades e lazes de crianças e adolescentes. Além de proporcionar qualidade de vida, podemos observar claramente a preservação do meio ambiente, economia, maior satisfação dos usuários, auxiliar na interação das crianças e adolescentes, junto ao meio ambiente, evitando possíveis danos futuros e contribuindo para a educação. Quando o ambiente corresponde as necessidades dos usuários, a resposta será efeitos positivos no desenvolvimento social.

Com uso de alguns materiais e técnicas construtivas adequadas é possível garantir a melhor relação ecológica entre o terreno, edifício e usuário, garantindo eficiência, redução da utilização da energia elétrica e interação entre espaços com interno com o ambiente externo. O

contato da natureza nos proporciona o bem-estar, dessa o contato com ambientes externos, exercícios ao ar livre e o Pilates irá ajudar no seu desenvolvimento social.

Além da sustentabilidade, a funcionalidade dos ambientes pode interferir na harmonia dos usuários, os quartos devem ser um local para união dos abrigados, mas também deve ser um local de privacidade para cada usuário. Dessa forma quando o ambiente corresponde as necessidades dos usuários, a resposta será efeitos positivos no desenvolvimento social.

Os estímulos ambientais são selecionados conforme o sentido dos pensamentos que povoam a mente do usuário. Esta funciona de acordo com esquemas, diferenciando e classificando os estímulos que mais chamam atenção. A abdução é um dos mecanismos utilizados para entender os eventos e as ações novas e inusitadas (OKAMOTO, 2002, p.107).¹⁸

Art. 227 É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Brasil).¹⁹

A falta da família dificulta o desenvolvimento social, contribuindo para a existência de obstáculos para a adaptação das crianças e adolescentes nos abrigos institucionais e limitando as habilidades para enfrentar o mundo externo. Dessa forma a funcionalidade dos espaços pode auxiliar na minimização desses problemas gerados pela falta afeto familiar.

¹⁸ OKAMOTO, Jun. PERCEPÇÃO AMBIENTAL E COMPORTAMENTO: VISÃO HOLÍSTICA DA PERCEPÇÃO AMBIENTAL NA ARQUITETURA E NA COMUNICAÇÃO. São Paulo: Ed. Mackenzie, 1999.

¹⁹ Disponível em: http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_07.05.2015/art_227_.asp> Acesso em: 01 ago, 2019.

Figura 14: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)



Fonte: <http://www.itamaraty.gov.br>

Além dos benefícios gerados pelo meio ambiente e sustentabilidade, o projeto contempla em seu desenvolvimento diversos dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ODS. Como por exemplo:

- Objetivo 1) **Erradicação da pobreza**: *Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.* O projeto de abrigo contribuirá para a diminuição dos impactos gerados pela pobreza, na vida de crianças e adolescente e seus familiares.

- Objetivo 2) **Fome zero:** *Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável. Alimento para crianças e adolescentes, durante todo o atendimento nos abrigos institucionais.*
- Objetivo 3) **Boa saúde e bem-Estar:** *Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades. Um dos principais objetivos do abrigo é o cuidado com a saúde e alimentação dos jovens, garantindo qualidade nas condições de vida.*
- Objetivo 4) **Educação de qualidade:** *Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. Além da saúde e alimentação, a educação é de extrema importância para o desenvolvimento das crianças e adolescentes.*
- Objetivo 5) **Igualdade de gênero:** *Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. O Local é desenvolvido para auxiliar desenvolvimento social e psicológico sem disseminação de gêneros.*
- Objetivo 6) **Água limpa e saneamento:** *Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos. Garantia de água limpa e saneamento na instituição.*
- Objetivo 7) **Energia acessível e limpa:** *Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos. Além de água limpa e saneamento a energia é um fator de prioridade do local.*
- Objetivo 8) **Emprego digno e crescimento Econômico:** *Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos. A implantação do abrigo institucional, carece de profissionais capacitados, dessa forma gerando oportunidade de emprego e reduzindo a quantidade de menores abandonados, vulneráveis ao crime.*

- Objetivo 9) **Indústria, inovação e infraestrutura:** □ Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação. *A utilização de luz solar nos edifícios, ajuda no consumo energético e promove melhorias para saúde, assim como a grande quantidade de vegetação ao longo da implantação.*
- Objetivo 10) **Redução da desigualdade:** □ Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles. *O abrigo auxilia na redução de desigualdades e contribui para o desenvolvimento social e pessoal dos jovens.*
- Objetivo 11) **Cidades e comunidades sustentáveis:** □ Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
- Objetivo 12) **Consumo e produção responsável:** □ Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis
- Objetivo 13) **Combate as alterações climáticas:** □ Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos
- Objetivo 14) **Vida de baixo d'água:** □ Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável
- Objetivo 15) **Vida sobre a terra:** □ Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável

Objetivo 16) **Paz, justiça e instituições fortes:** □ Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

3 ASPECTOS NORMATIVOS

As legislações citadas neste trabalho têm o objetivo de assegurar os direitos e a proteção das crianças e adolescente. Proporcionando aos jovens um local para se abrigar, se desenvolver socialmente, atendendo necessidades básicas, com respeito e segurança.

A legislação do estado democrático se origina de processos construídos pelo legislativo, no decorrer de uma sucessão de atos, fatos e decisões políticas, econômicas e sociais, esse conjunto de leis com valor jurídico, nos planos nacionais e internacional, tem como o objetivo assegurar a estabilidade governamental e segurança jurídica das relações sociais dos cidadãos. (Câmara dos Deputados, 2019).

3.1 NO ÂMBITO INTERNACIONAL

Alguns casos, vai além do poder do Estado, portanto, nesse caso a responsabilidade repassada a Órgãos Internacionais, tais como, Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), uma organização criada com intuito de realização a cooperação internacional e de garantir os direitos de cada criança e adolescentes, dando prioridades naqueles mais vulneráveis, com foco em vítimas extremas de violência. Em todo território encontra - se crianças e adolescentes em condições excepcionalmente difíceis necessitando dos cuidados especiais do poder.

3.2 NO ÂMBITO NACIONAL

As legislações nacionais possuem grande poder, pois são específicas de um determinado Estado, dessa forma é aplicada de acordo com prioridade dos casos concretos. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é uma referencial mundial, que assegura os direitos das crianças e adolescentes.

Dessa forma, a Lei nº 8.069/1990 regulamenta os abrigos institucionais, determinando os usuários deste local e determinando diretrizes a serem obedecidas por esses abrigos institucionais.

Segundo o Eca (1990) Crianças e adolescentes tem o direito de serem criados e educados pela sua família biológica ou em caso extremo pela família substituta, garantindo seus direitos humanos, possuindo contato com a sociedade e interação familiar, ter um ambiente adequado para o desenvolvimento físico e psicológico.

A LEI Nº 13.431, DE 4 DE ABRIL DE 2017, garante os direitos das crianças e adolescentes que foram vítimas ou testemunhas da violência.

Art. 5 A aplicação desta Lei, sem prejuízo dos princípios estabelecidos nas demais normas nacionais e internacionais de proteção dos direitos da criança e do adolescente, terá como base, entre outros, os direitos e garantias fundamentais da criança e do adolescente a:

[...] IV - ser protegido contra qualquer tipo de discriminação, independentemente de classe, sexo, raça, etnia, renda, cultura, nível educacional, idade, religião, nacionalidade, procedência regional, regularidade migratória, deficiência ou qualquer outra condição sua, de seus pais ou de seus representantes legais; (Brasil, 2017).²⁰ .

²⁰ Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13431.htm> Acesso em: 07 out, 2019.

A Lei Orgânica da assistência social (LOAS) é de extrema importância no desenvolvimento do projeto, com foco principal na proteção e acompanhamento dos menores institucionalizados.

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Art. 2º A assistência social tem por objetivos:

- I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- V - a garantia de 1 (um) salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família. (BRASIL, 1993)²¹

3.3 NO ÂMBITO LOCAL

Os órgãos públicos têm por obrigação executar aquilo que está descrito na lei, pois crianças e adolescente possuem seus direitos perante a lei. Os órgãos responsáveis devem descartar qualquer tipo de desigualdade social ou fatores que limite a liberdade dos jovens, sempre priorizando o desenvolvimento das crianças e adolescentes.

²¹ Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm > Acesso em: 02 out, 2019.

O papel do estado é de extrema importância no desenvolvimento de criança e adolescentes em vulnerabilidade social, pois ele determinará se haverá a reintegração da criança ou adolescente com sua família biológica ou irá se integrar a uma família substituta. O papel da família biológica ou substituta é fundamental para o desenvolvimento humano, pois é no seio de sua família que o ser humano se sente protegido.

3.3.1 LEI Nº. 5.892/91. CÓDIGO ESTADUAL DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA E A JUVENTUDE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

De acordo com o Art. 3º do Estatuto da Criança e do Adolescente, (Lei nº 5.982, de 11 de Dezembro de 1991):

[...] **Art. 13º** Toda criança ou adolescente têm direito a ser criado e educado no seio da sua família e excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária em ambiente livre da presença de promiscuidade, de maus-tratos e do aliciamento à prostituição e às drogas. (Cuiabá, 1991.).²²

3.3.2 LEI Nº. 8.742 CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Dessa forma essa a Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 é responsável pela criação do Conselho Estadual de Assistência Social e Fundo Estadual de Assistência Social e das outras providências.

²² Disponível em: < <http://app1.sefaz.mt.gov.br/Sistema/Legislacao/legislacaotribut.nsf/07fa81bed2760c6b84256710004d3940/275a28a299c0bd9f84257af60060b541?OpenDocument> > Acesso em: 09 out, 2019.

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é política de seguridade social não contributiva, que prevê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações da iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas da população.

Art. 2º São consideradas entidades e organizações de assistência social as que prestam, sem fins lucrativos, serviços, atendimento, assessoramento e defesa dos direitos dos beneficiários da assistência social, tendo por atividade principal uma ou mais das seguintes ações:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - o amparo às crianças e adolescentes em situação de risco pessoal ou social;

III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e promoção de sua integração à vida comunitária;

V - a promoção de projetos de enfrentamento da pobreza. (JUNIOR; Jutahy; FRANCO, Itamar. Brasília, 1993).²³

4 ASPECTOS SOCIOLÓGICOS

O abrigo tem o papel de acolher crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, de ambos os sexos, raça, cuida da saúde, educação, alimentação, moradia e faz temporariamente o papel de família substituta. Pensando nisso é necessário que o abrigo cuide da essência cultural de cada um, oferecendo as necessidades básicas, sempre seguindo as determinações do Estatuto da criança e do adolescente, proporcionando qualidade de vida a cada um dos jovens e contribuindo na formação social. Até que o juiz decida se a menor volta para o âmbito familiar ou é destinado a adoção. Como apoio para aqueles que está preste a completar a maior idade será disponibilizado as republicas, contribuindo com formações profissional e social.

²³ Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8742compilado.htm > Acesso em: 09 out, 2019.

Os ambientes devem ser criados como estratégias de minimizar os problemas psicológicos, fazendo com que os abrigos tenham identidade de um lar, repleto de estímulos e com características afetivas, para que possa ajudar a reconstruir conceitos e emoções nascidas no cotidiano. (Eyng, 2008).

4.1 QUALIDADE DE VIDA

O termo qualidade de vida está relacionado à vários aspectos de bem-estar do indivíduo, como, físico, psicológico, social, cultural, expectativas, padrões e preocupações com sua vida pessoal, trabalho, família, amigos e outros. É encontrar equilíbrio nas atividades diárias, no âmbito familiar, amoroso, financeiros, diminuir fatores que prejudica a saúde emocional e física do ser humano.

A elaboração desse projeto tem com um dos principais objetivos proporcionar qualidade de vida a esses jovens. Para contribuir com a qualidade de vida, os abrigos disponibilizam de profissionais para atender e cuidar de todas necessidades dos jovens, tomando cuidado com o primeiro contato, onde, são chamados pelo nome, é transmitido conforto e afeto através de palavras e gestos, garantindo segurança, cuidados com a saúde, educação e alimentação. Oferecendo também atividades de auxílio no desenvolvimento psicossocial das crianças e adolescentes.

Quando as crianças e adolescentes dão entrada nos abrigos é realizado um plano personalizado de atendimento, onde, realizam um processo de avaliação da saúde física e mental, educação formal (inserção escolar, serie e dificuldades apresentadas.), cultura e lazer (experiências, focos, relações familiares afetivas e sociais.), e aspecto jurídico da situação do jovem. Para construir esse plano é necessário psicólogo, assistente social, pedagogo e educadores que irá cuidar dos jovens no dia a dia. Após a construção desse plano a atenção é redobrada em fatores mais precários analisados durante a construção do plano, dessa forma, contribuindo para oferecer melhor qualidade de

vida aos jovens. A qualidade de vida dos jovens em situação de vulnerabilidade social, está associado a um futuro melhor, através do acolhimento e afetividade encontrada no abrigo.

4.2 INOVAÇÃO SOBRE A TEMÁTICA

Os abrigos institucionais, oferecem a crianças e adolescentes um local de moradia por tempo indeterminado, alimentação, educação, cuidados com a saúde, etc., entretanto os serviços proporcionados as crianças e adolescentes, não são suficientes para amenizar os traumas advindos dos problemas familiares. Para auxiliar nesse problema, o abrigo institucional para crianças e adolescentes irá proporcionar um ambiente inovador para auxiliar no desenvolvimento físico e social dos jovens.

A proposta de inovação de projeto escolhida foi o Pilates, pelo fato de ajudar tanto fisicamente quanto emocionalmente. Além dos benefícios físicos, também proporciona efeitos positivos ao nosso cérebro, de uma forma que não haja o desgaste, nem a monotonia. Os movimentos do Pilates são considerados movimentos suaves e dessa forma ajuda a fortificar o corpo, e também uma nova maneira de relacionar com o mundo. A prática da atividade, faz uma interação entre corpo e a mente, ajudando no desenvolvimento físico e social e proporcionando grandes influências na saúde da criança e adolescentes.

Através do Pilates pode se obter diversos benefícios como o aumento da concentração reduzindo o déficit de atenção, melhora da coordenação motora, melhora da cognição, melhora na habilidade motora evitando possíveis déficits motores através de atividades do dia a dia com auxílio de alguns equipamentos, melhora da postura, maior equilíbrio, maior interação social, redução de stress, melhora na circulação sanguínea, melhora do sono, promove o crescimento físico, ajuda a criança a ser mais disciplinada, entre outros.

5 ASPECTOS TÉCNICOS

A utilização de algumas técnicas construtivas, ajudam na melhoria da qualidade e conforto do ambiente, deixando o local mais agradável e proporcionais melhoria na saúde dos usuários.

O uso da iluminação natural pode trazer diversos benefícios e melhorias na qualidade de vida, proporcionando grandes benefícios para a saúde dos usuários e reduzindo o consumo de energia elétrica. A interação dos jardins com os ambientes internos deixa o local mais agradável e proporciona calma no local. A utilização da sustentabilidade na arquitetura contribui para redução da produção de resíduos e ajudando no bem-estar.

5.1 PROJETOS DE REFERENCIA

5.1.1 PROJETO 01 - Moradias dos alunos da Fundação Bradesco.

Um dos projetos de referência escolhido foi o “Moradias dos alunos da Fundação Bradesco”, fica localizado na fazenda Canuanã, no município de Formoso do Araguaia – TO. O projeto começou a ser executado em 2013 e só foi concluído em 2016, possui uma área construída de 25.000,0 m², os arquitetos responsáveis pelo projeto foram Rosenbaun e Aleph Zero, o paisagista foi Raul Pereira Arquitetos Associados e esse projeto prevê abrigar 540 pessoas.

Figura 15: Exterior da edificação



Fonte: Casa Cor, 2018

Figura 17: Pátios Internos da edificação



Fonte: Archidaily, 2017

Figura 16: Pátios Internos da edificação



Fonte: Arco Projeto Designer, 2018

Figura 18: Pátios Internos da edificação



Fonte: Archidaily, 2017

Este projeto tem como foco principal mostra que a escola pode ser mais do que um local de aprendizado e para isso foi necessário a realização de uma reforma no local, com objetivo de deixar o local com características e significado de um lar, após isso foram construídos dois complexos considerados como “duas vilas” uma para meninas e outra para meninos, incentivando o resgate da cultura local, utilização de novas técnicas construtivas de cultura e beleza indígena, para o melhor desenvolvimento das crianças naquele local. (Archdaily, 2017).

Figura 19: Pátios Externo da edificação



Fonte: Archdaily, 2017

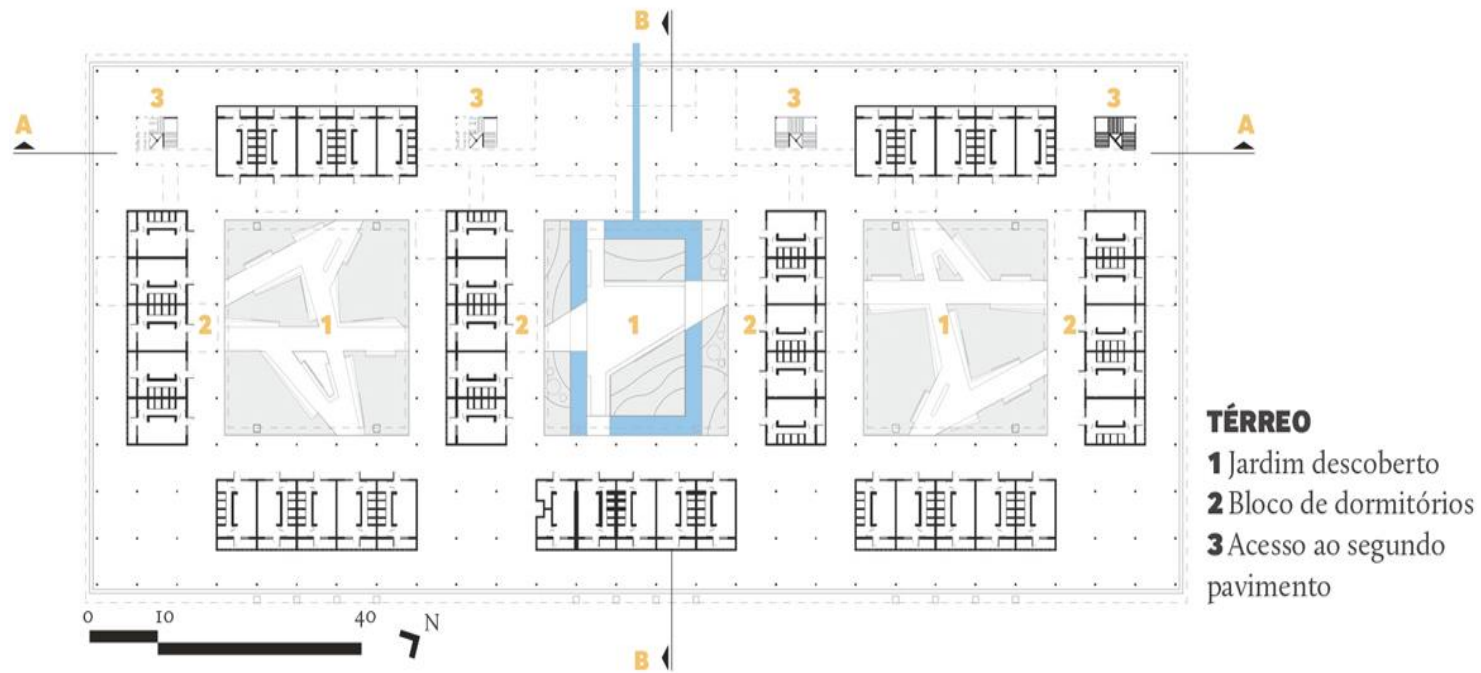
Figura 20: Pátios Internos da edificação



Fonte: Archdaily, 2017

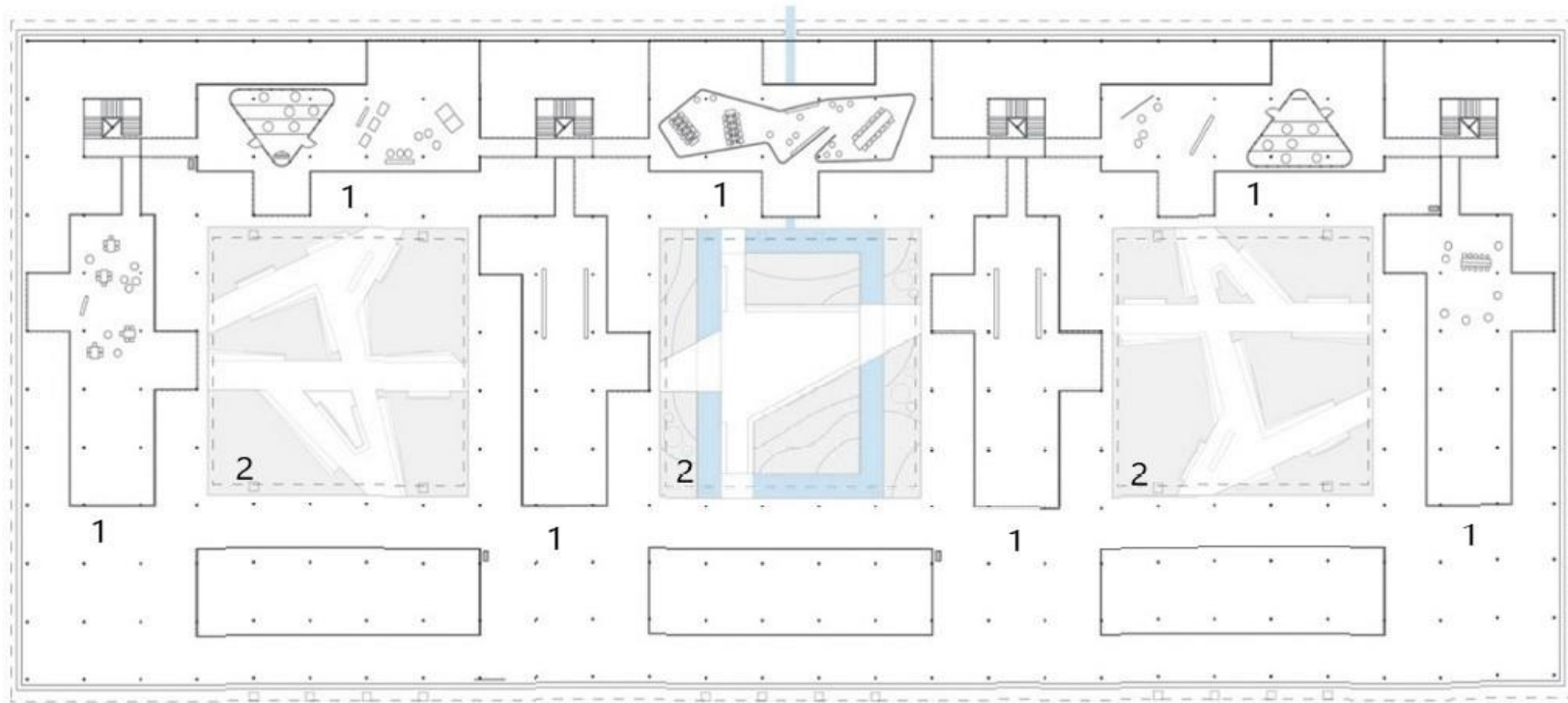
O principal motivo de escolha foi a grande utilização de iluminação e ventilação natural, a separação das crianças são feita por sexo, através de dois complexos idênticos, esses complexos ficam em torno de pátios sombreados e é nesses pátios que acontece a interação das crianças, o telhado escolhido foi o telhado de dossel, o motivo da escolha é para promover o alívio do clima tropical e os materiais utilizados são da arquitetura vernacular e edificação possui bastantes aberturas nas extremidades para ajudar na ventilação cruzada.

Figura 21: Planta – Térreo.



Fonte: Arco Projeto Designer, 2018

Figura 22: Planta – Superior.

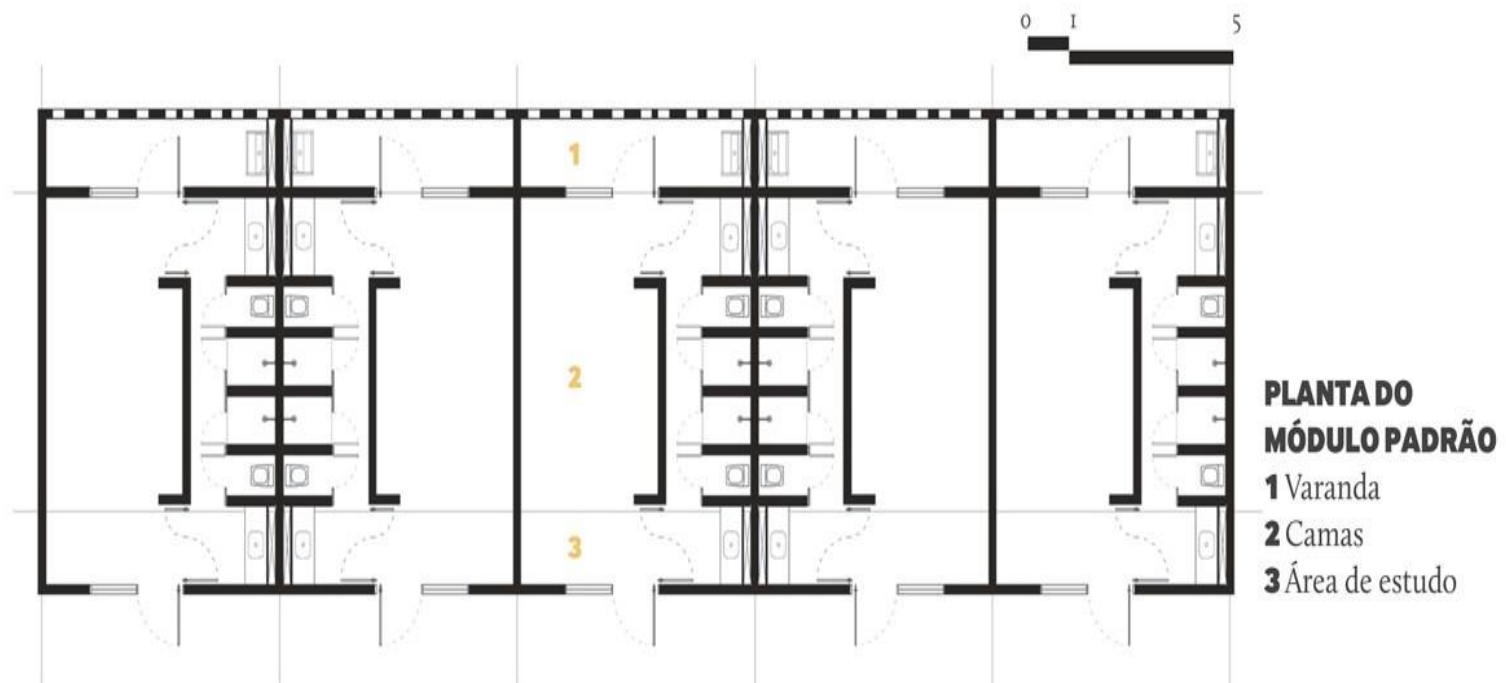


SUPERIOR 1- Áreas de uso coletivo 2- Jardim descoberto

Fonte: Arco Projeto Designer, 2018

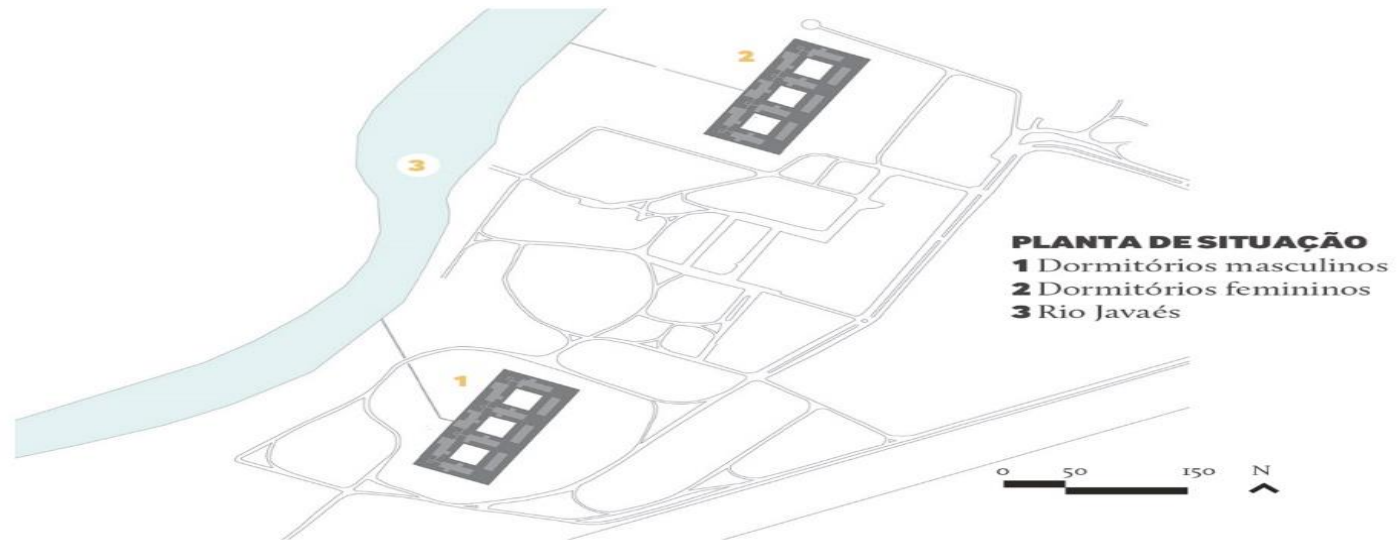
No Térreo fica situado os quartos e jardins descobertos, no pavimento superior estão situadas as áreas de usos coletivos que são utilizadas para fazer a interação entre os usuários, essas áreas estão interligadas através passarela. Os blocos feminino e masculino possuem o mesmo layout e no local também possui o layout destinado a PNE.

Figura 23: Planta Baixa do modelo padrão.



Fonte: Arco Projeto Designer, 2018

Figura 24: Planta de Situação.



Fonte: Arco Projeto Designer, 2018

Os dormitórios possuem abrigos para 3 pessoas, área de estudo e varandas. Os dormitórios ficam situados ao redor de três jardins descoberto, o projeto possui dois complexos idênticos, sendo um para abrigar meninas e o outros destinado a meninos, dessa forma fica mais fácil atender as necessidades específicas de ambos os sexos. Próximo aos blocos fica situado o Rio Javaés.

5.1.2 PROJETO 02 – Centro Infantil UTS Blackfriars.

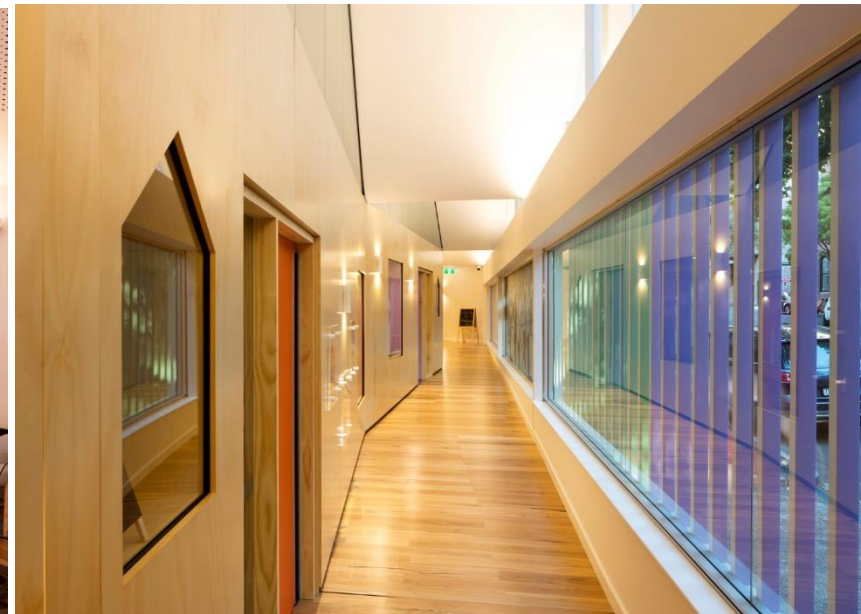
O segundo projeto escolhido foi “Centro Infantil UTS Blackfriars”, fica localizado em Sidney - Austrália, o projeto é de 2018, possui uma área de 1.650,0 m², o terreno possui uma área de 2080m², os arquitetos responsáveis pelo projeto foram DJRD, Lacoste, Stevenson e arquitetos associados.

Figura 25: Interior da edificação.



Fonte: Archidaily, 2018

Figura 26: Interior da edificação.

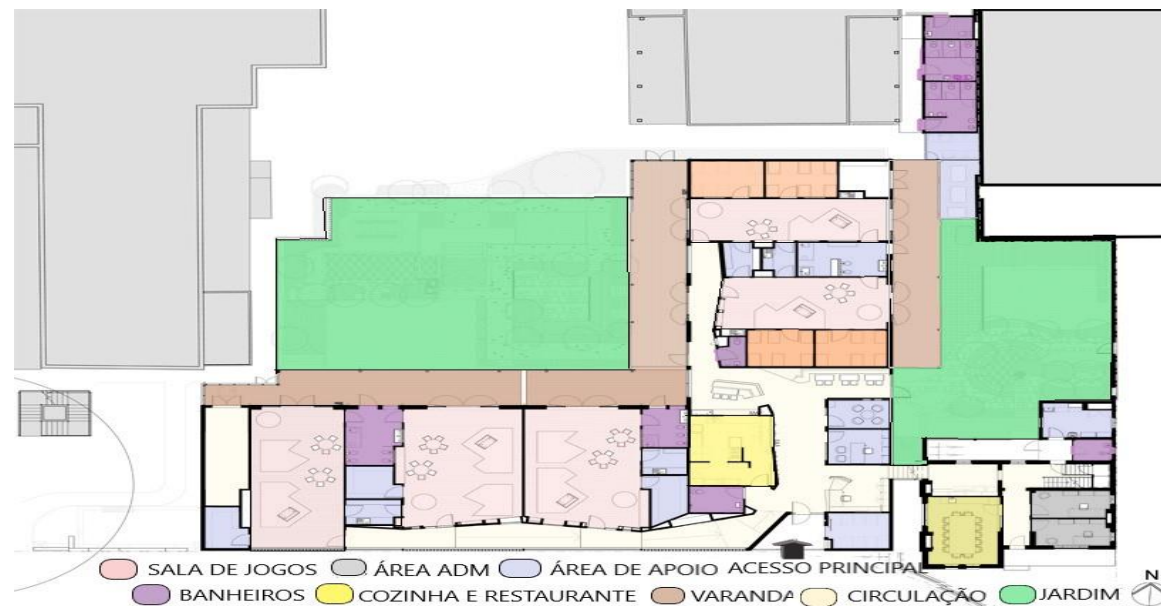


Fonte: Archidaily, 2018

Essa creche abriga crianças de zero a cinco anos, diferentemente do público alvo proposto para este Trabalho de diplomação, porem a sua leitura arquitetônica é um dos principais motivos de escolha, pois possui o intuito de passar as crianças e adolescentes segurança e significados de um “Lar”.

O local representa “ingênuas moradias” por parte das crianças, claramente cada sala desse local tem formato de uma casa que pode ser desenhado por uma criança, formato simples e cobertura duas águas. Dessa forma este local transmite características e significado de um lar. Suas esquadrias também são representações de pequenas casas ao longo de uma rua, com diferentes inclinações e escalas formando dessa forma uma paisagem animada. (Archdaily, 2018).

Figura 27: Layout da edificação.



Fonte: Archdaily, 2018

Seu interior foi projetado de forma que facilite a circulação das crianças, essas circulações são feitas através das salas de jogos, esse modelo de distribuição dos ambientes garante harmonia para as crianças e contribui no aprendizado e a interação espontânea dos usuários. O interior é revestido de painéis verticais de madeiras com esquadrias de pequenas casas, as salas de jogos têm acesso a áreas ao ar livre, para garantir que os espaços internos e externos estão perfeitamente conectados e oferecendo variedade de atividades às crianças e aos professores, essas salas possuem divisória de madeira com maior espessuras, contribuindo para os momentos de leitura e o uso dos tapetes e estofados em tecido em todo o centro também contribuem para acústica e suavidade do local. (Archdaily, 2018).

Figura 28: Fachada da edificação.



Fonte: Archdaily, 2018

Na fachada há bastante utilização de vidro transparente e vidro com um painel de madeira grafitado, facilitando o uso da iluminação natural no interior da edificação, sua fachada possui formato de vários telhados duas águas com diferentes caimentos e inclinação. Os painéis de madeira vertical presente na fachada têm a função de brise, evitando a incidência solar diretamente no interior do edifício, a parte extrema do telhado é revestida com uma lâmina translúcida que se ilumina através da iluminação do interior do edifício.

Sua fachada foi projetada para recobrir os edifícios patrimoniais. Criando um efeito lúdico de reflexões entre o novo edifício e os edifícios dos patrimônios. (Archdaily, 2018).

Figura 29: Interior da edificação.



Fonte: Archdaily, 2018

Figura 30: Fachada da edificação



Fonte: Archdaily, 2018

5.1.3 PROJETO 03 - A Casa de Acolhimento para Crianças do Futuro.

O terceiro projeto escolhido foi “A casa de Acolhimento para Crianças do futuro”, fica localizado em Kerteminde – Dinamarca. O projeto é de 2014, possui uma área de 1.500,0 m², o escritório CEBRA foi responsável pela arquitetura do local.

Figura 31: Fachada frontal da Edificação.



Fonte: Archidaily, 2015

Figura 32: Exterior da edificação.



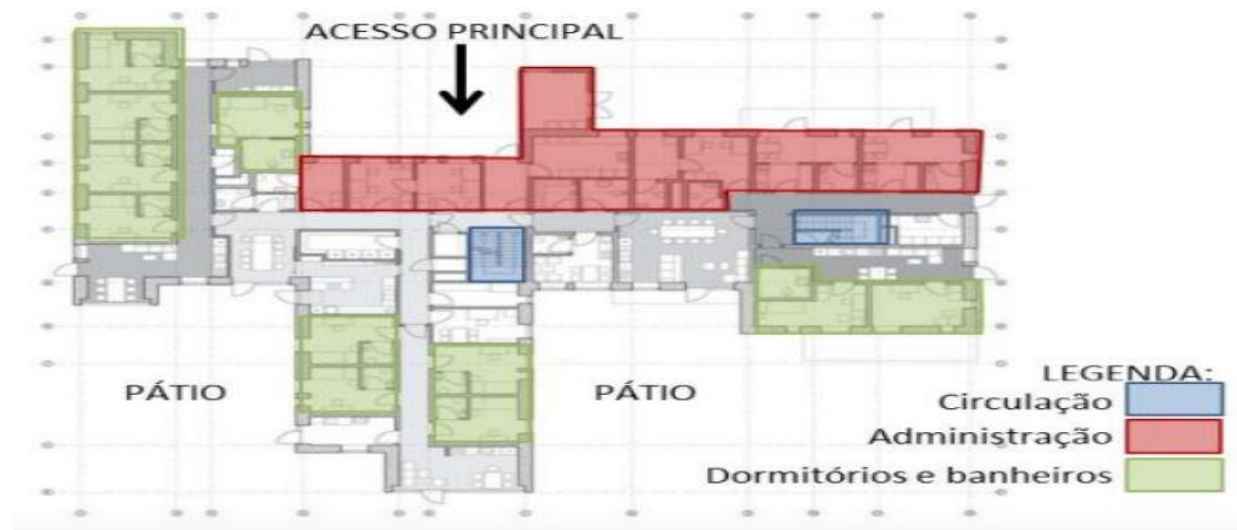
Fonte: Archidaily, 2015

Esse projeto é destinado a crianças e adolescentes que passam por problemas de saúde mental, diferente do público alvo proposto para este Trabalho de diplomação, porém a sua leitura arquitetônica é um dos principais motivos de escolha, pois busca através da arquitetura

oferecer um local seguro, contribuir para o desenvolvimento humano, respeitar as necessidades e o espaço de cada usuário e transmitir características de um local acolhedor.

O local foi projetado de forma para facilitar a interação dos grupos social, sem desrespeitar ou tirar a privacidade individual de cada morador. Seu formato simples, com telhado duas águas tem o intuito de remeter aos moradores o aconchego e segurança de um “lar”. Através dessa forma simples com elementos básicos de uma forma nova e lúdica, o local tem flexibilidade para se adaptar a identidade de cada morador. Sua geometria sofre variações já que os sótãos crescem de dentro para fora, com volumes irregulares. Os sótãos são considerados como “espaços de bonificação” pois, os moradores têm oportunidades de decorá-los da maneira que mais lhe agrada, registrando sua marca no local. (Archdaily, 2015).

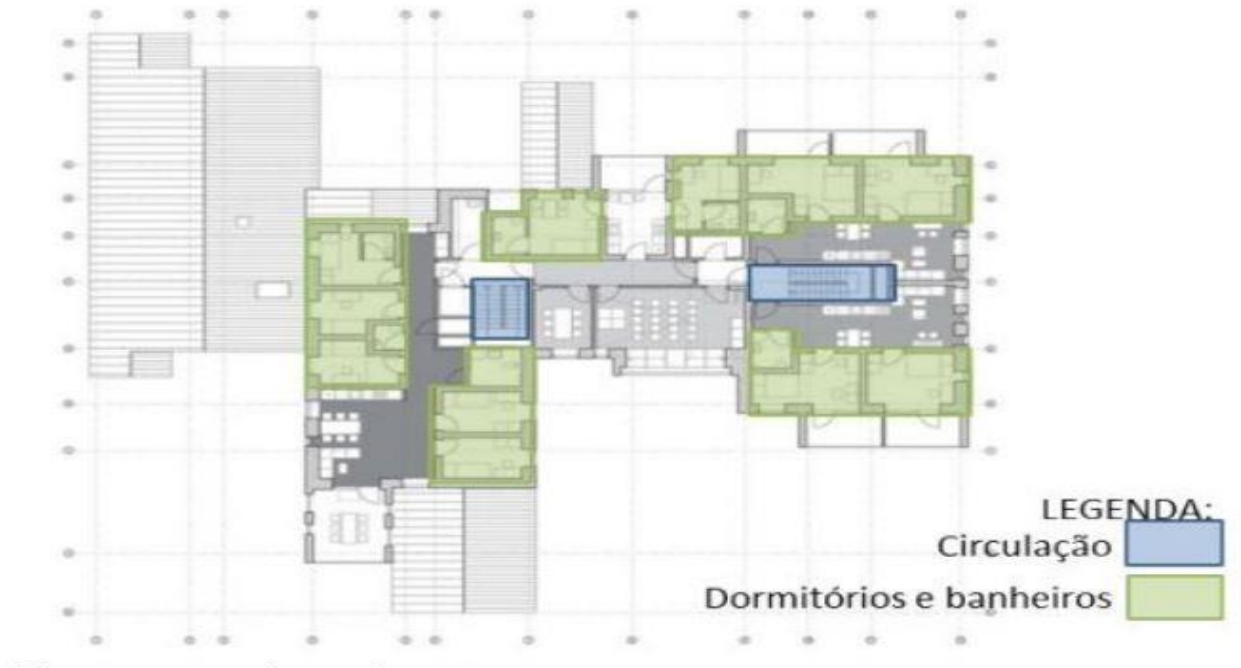
Figura 33: Planta Baixa – Térreo



Fonte: Casa Lar Para Meninas, 2016

No sótão e no térreo ficam situados as áreas institucionais, dormitórios e ara dos funcionários, essa forma de locação dos ambientes auxilia os cuidadores e reduz a sensação de estar em uma instituição.

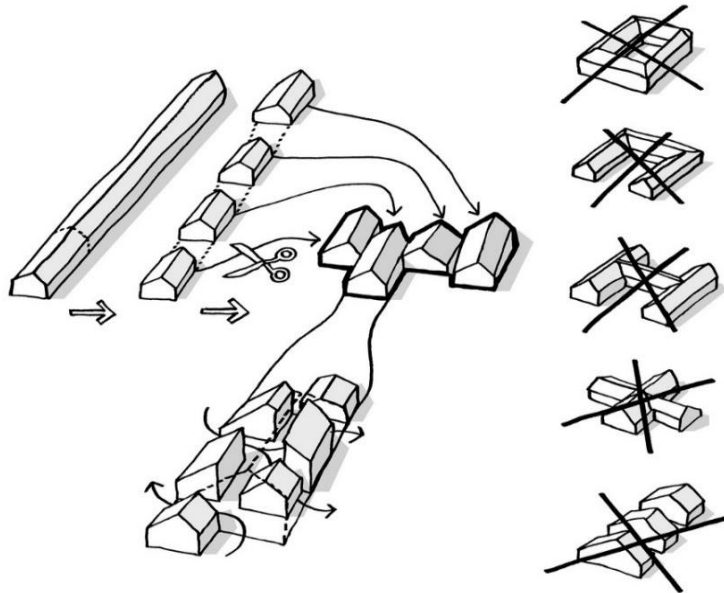
Figura 34: Planta Baixa – 1 Pavimento.



Fonte: Casa Lar Para Meninas, 2016

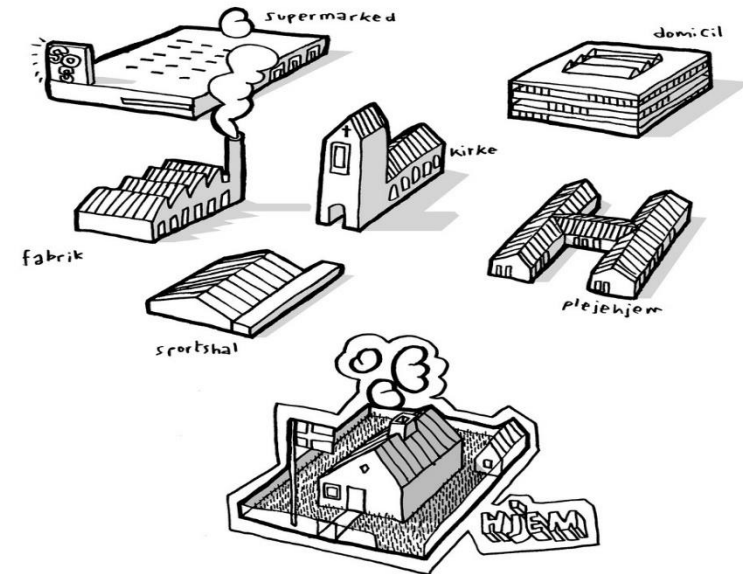
No primeiro pavimento fica localizado outros dormitórios. A distância das circulações é pequena, para que dessa forma os responsáveis consiga estar sempre o mais próximo de todos.

Figura 35: Esquema Casa de Acolhimento para Crianças do Futuro.



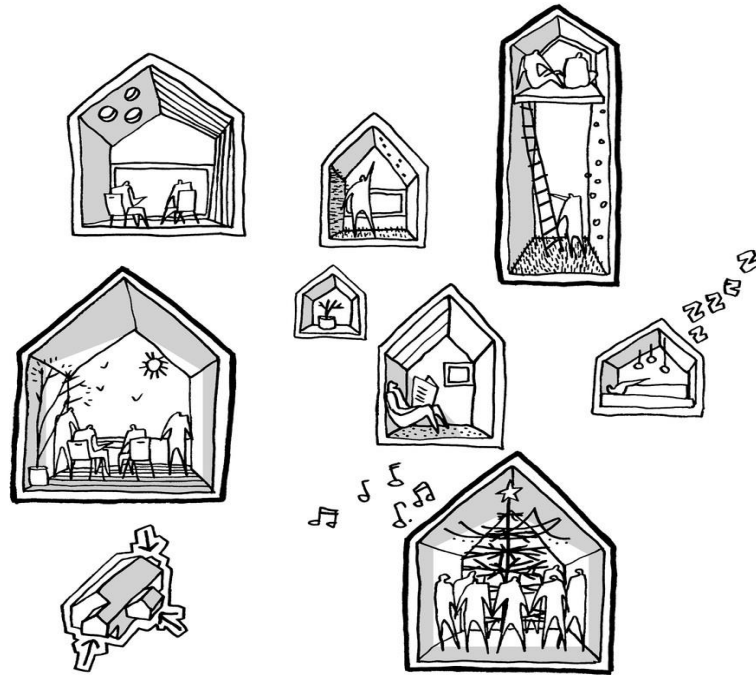
Fonte: Archidaily, 2015

Figura 36: Esquema Casa de Acolhimento para Crianças do Futuro



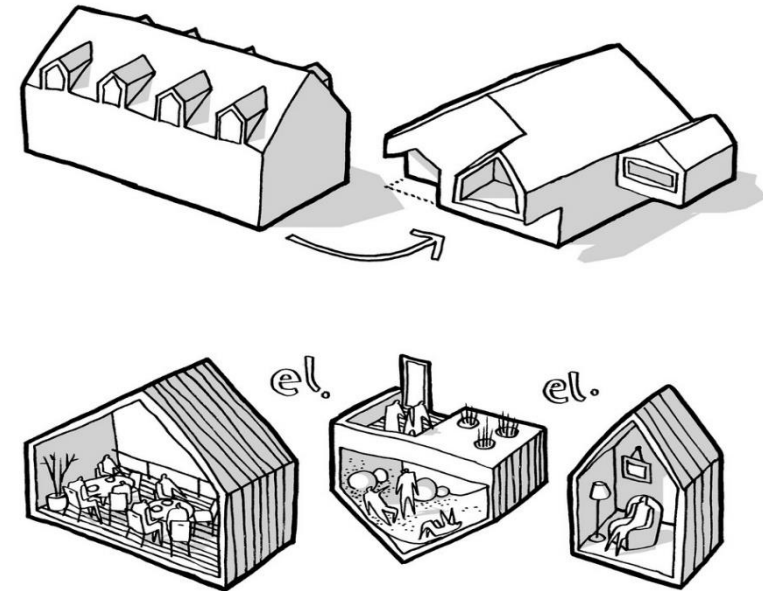
Fonte: Archidaily, 2015

Figura 37: Esquema Casa de Acolhimento para Crianças do Futuro.



Fonte: Archidaily, 2015

Figura 38: Esquema Casa de Acolhimento para Crianças do Futuro.



Fonte: Archidaily, 2015

O volume da edificação acontece a partir da união de quatro edifício residencial acoplados pelas laterais, dessa forma evitando o surgimento de grandes corredores e saindo das características dos orfanatos e criando um jogo de volumes bem resolvido e diferenciado. (Casa lar para meninas, 2016).

A disposição dos ambientes utilizada nesse projeto, lhe deixou com característica autônoma, pois dessa forma permite diferentes grupo nas áreas residenciais e essas áreas são separadas por grupo de idade, com essa separação os abrigados possuem mais oportunidade de ficar sozinho ou em pequenos grupos sociais.

Através dos esquemas acima podemos observar a flexibilidade dos sótãos para diferentes perfis de abrigados, variação de pé direito em cada parte do edifício e soluções criadas para não se desfazer da volumetria simples que remete a um lar.

As unidades destinadas para crianças são retraídas e orientadas para o jardim com acessos diretos a áreas de jogos. Na unidade central está situada a entrada principal da edificação, ligada diretamente ao estacionamento, gerando uma visão geral de quem entra e sai do edifício. As unidades destinadas aos adolescentes estão orientadas para a rua, influenciando a usar a cidade e participar de atividades sociais em igualdades com seus colegas.

5.1.4 MATRIZ DE ANÁLISE

Tabela 01 – Síntese análise comparativa dos Projetos Referenciais

ATRIBUTO	VARIÁVEIS	PROJETOS REFERENCIAIS		
		PROJETO 01	PROJETO 02	PROJETO 03
ESTRUTURA FÍSICA	Situação Atual	Conservado	Conservado	Conservado
	Localização	Formoso do Araguaia – TO	Sidney - Australia	Kerteminde – Dinamarca
	Metragem (m²)	25.000,0 m ²	1.650,0 m ²	1.500,0 m ²
	Partido Arquitetônico	Moradias para alunos da escola de Formoso – TO. Com intuito de aplicar técnicas indígenas e resgatar a cultura.	Creche destinada a crianças de 0 a 5 anos.	Centro de atenção 24 horas, destinado a crianças e adolescentes com problemas de saúde mental
	Ambientes Projetados	Dormitório, banheiros, áreas de apoio, entre outros.	Sala de jogos, dormitórios, banheiros, área administrativas, entre outros.	Dormitórios, banheiros, cozinha, área de apoio, entre outros.

	Materiais construtivos	Estrutura em MLC, Madeira, piso de concreto e telhado de dossel	Concreto, revestimento de madeira, vidro, telha metálica, piso de madeira e ferro.	Concreto, persianas, vidro, revestimento de madeira, tijolo aparente e telha de barro.
	Sistema Construtivo	Pré-moldado	Pré-moldado	Madeira.
	Condicionantes ambientais	Iluminação natural, pátios internos com jardim.	Captação de luz natural e jardins.	Iluminação.
	Sistema energético	-	-	-
	Instalações complementares	Sanitária, elétrica e estrutural	Sanitária, elétrica, estrutural, luminotécnico, paisagístico e climatização.	Sanitária, elétrica, estrutural, luminotécnico, paisagístico e climatização.
	Entorno	Rio Javaés	Edifícios Patrimoniais, comercio e áreas residencial	Área Residencial

- Para melhor entendimento sobre o dia a dia, necessidades, funcionamento, direitos e deveres nas instituições de abrigo para crianças e adolescentes em vulnerabilidade social, foi escolhido três projetos com tema semelhante ao tema deste trabalho de diplomação, os projetos escolhidos foram Moradias dos alunos da Fundação Bradesco, Centro Infantil UTS Blackfriars e A Casa de Acolhimento para Crianças do Futuro. As características semelhantes do projeto de referência e o tema deste trabalho, auxilia no entendimento e desenvolvimento das diretrizes necessárias para contribuir com a elaboração de um local adequado e confortável para as crianças e adolescentes.
- Após a análise do projeto será destacado os pontos mais relevantes de cada projeto, para melhor análise de cada um foi criado uma ficha técnica avaliando suas diretrizes, destacando os materiais construtivos e técnicas utilizadas no projeto, que poderá contribuir com a qualidade e conforto do usuário.

- **Apontamentos relevantes dos projetos de referência**
- Após uma análise em 3 projetos de referência foram escolhidos alguns aspectos relevantes, para serem aplicados neste trabalho de diplomação. O primeiro aspecto é a utilização de Jardim Interno para auxiliar no bem-estar dos usuários já que a cidade escolhida possui um clima predominante quente e auxiliar na interação social dos usuários. O segundo aspecto é a utilização da ventilação e iluminação natural, que será obtida através de grandes aberturas, contribuindo para eficiência energética e na redução da utilização da energia elétrica, proporcionando benefícios ao ambiente, usuários e diminuindo impactos ambientais. O terceiro é referente ao conforto térmico do ambiente, onde será utilizado diferentes caimentos e inclinação do telhado e brises nas aberturas para contribuir com o conforto térmico do edifício, impedindo a incidência solar direta no ambiente e contribuindo para qualidade e conforto do ambiente.

6 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para elaboração desse projeto, foram realizadas pesquisas bibliográficas em artigos publicados, para auxiliar no entendimento do tema, pois se trata de um tema frágil, além disso realizado um embasamento nas normativas que regem a temática, contribuindo para a qualidade do projeto.

6.1. UMA PROPOSTA PROJETUAL

Para a implantação da proposta do Abrigo para crianças e adolescentes em vulnerabilidade social, é necessário analisar a região escolhida, entorno do terreno, clima, topografia, vegetação, característica da vizinhança, entre outros. Após o estudo do local a ser implantado,

é feito um estudo para saber as reais necessidades das crianças e adolescentes. Através do estudo realizado e das normativas que regem o tema é elaborado um plano de necessidade, pré-dimensionamento e setorização dos ambientes para melhor atender as necessidades das crianças e adolescentes.

6.1.1 O OBJETO

Inicialmente, analisa –se a necessidade da implantação da Abrigo para crianças e adolescentes em vulnerabilidade social, na cidade de Pontes e Lacerda – MT. A fim de dar uma maior qualidade de vida e dignidade aos jovens, pois através de uma visita ao local, concluímos que o locais destinados a essa função não se encontram de acordo com as normativas pertinentes do tema proposto.

6.1.2 CONCEITO ESTRUTURANTE

A estruturação do projeto no local se dá pelo fato de ser uma área calma, com presença de segurança no entorno. Dessa forma as crianças e adolescentes presente no local poderá ter uma maior oportunidade de interagir com a comunidade, para que os mesmos não se sintam excluídos das sociedades. O projeto dispõe de espaços de lazer, que poderão auxiliar na integração da sociedade ao abrigo. A implantação das edificações está relacionada a arquitetura indígena, onde, os edifícios são voltados para uma praça, nesta praça a há presença de quadras de futebol, playground, espelho d’água, área de lazer e piscina, tornando o espaço mais atrativo e com intuito de fazer a interação de todos presentes no abrigo independentemente da idade e comunidade

O principal conceito adotado para realização deste projeto está relacionado a parte estética dos edifícios, onde em as fachadas possuem um formato de uma casa duas aguas que pode ser desenhado por uma criança, dessa forma, deixando os edifícios mais próximos a um “Lar”.

Além disso as fachadas também possuem vidros para facilitar o uso da iluminação natural, na maioria dos ambientes. O interior das unidades habitacionais e disposição dos ambientes foram pensados de forma mais funcional, para garantir bons momentos a todos presente no local.

6.1.3 REGIÃO ESCOLHIDA

Para o estudo e elaboração do projeto, foi escolhido o município de Pontes e Lacerda – MT, localizado a 450km de Cuiabá – MT, possui uma área de 8.423 km² e cerca de 45.436 habitantes. (IBGE, 2019.)

Figura 39: Mapa do Brasil/Mato Grosso/ Pontes e Lacerda



Fonte: Geografando, 2015

6.1.4 ESTUDO DO ENTORNO

O terreno escolhido fica localizado, em uma área residencial do Município de Pontes e Lacerda – MT no bairro São Jose, próximo a Br 174, entre as vias: Avenida Marechal Rondon, sendo uma via de tráfego mais intenso e principal avenida do município, Avenida Antônio Magio, Rua Benedito Francisco da Silva e Avenida Ayrton Senna. O terreno possui cerca de 30.430,00 m², sendo um amplo espaço para implantação do abrigo e permitir a melhor distribuição dos setores, para melhor atender as necessidades do abrigo. O sistema viário circundante ao terreno está ligado a vias locais com PGM 18 m e PGM 12 m, localizado próximo a vias coletoras e artérias, para melhor fluxo, a localização do terreno é de fácil acesso.

Figura 40: Localização do terreno



Fonte: Google Maps, 2019

6.1.5 JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TERRENO

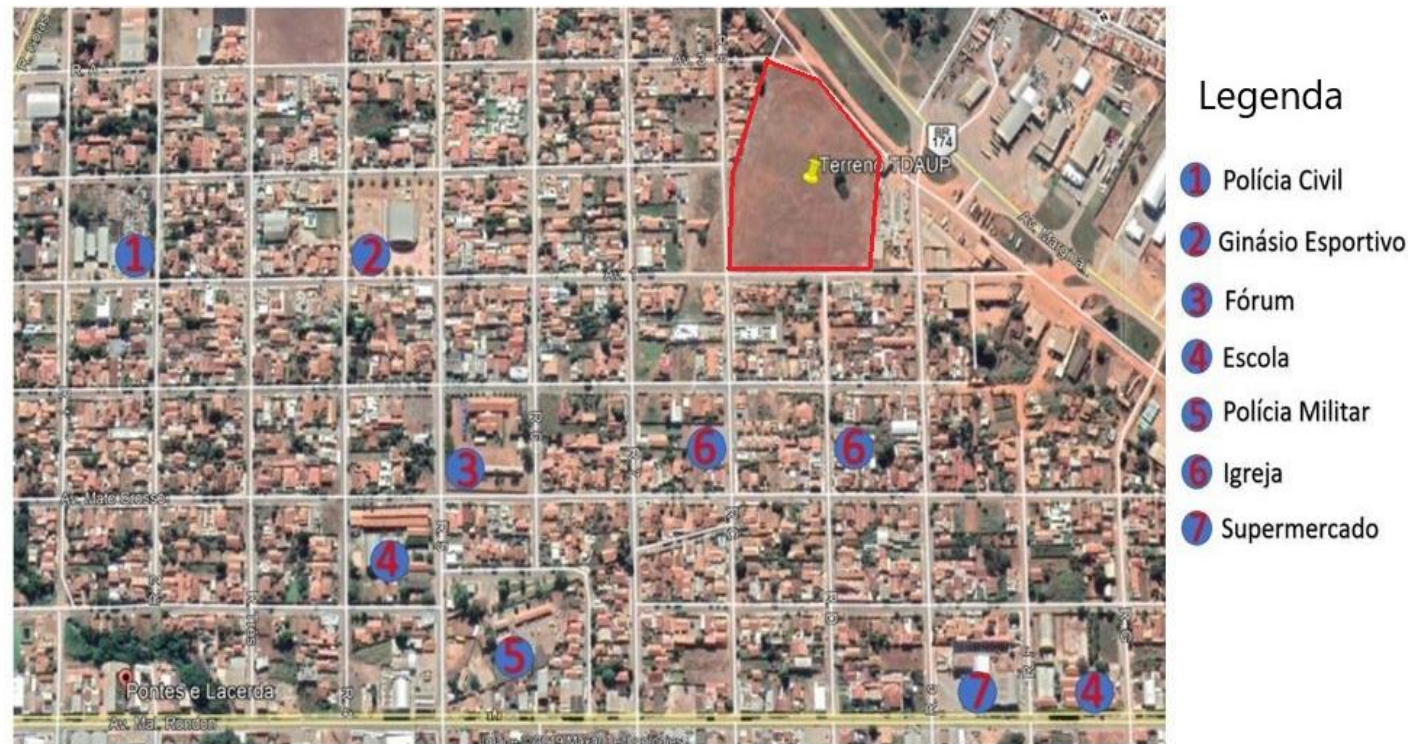
A escolha do terreno se dá pela área total de 30.430,00 m², localização de fácil acesso, facilitando o atendimento da população e inclusão nas atividades da comunidade e infraestrutura básico presente no local como rede de água e esgoto, coleta de lixo, supermercados, ginásios, escola, posto policial, etc. De acordo com a estrutura da região facilita o cotidiano e se faz um local mais seguro através da presença da polícia na redondeza.

O acesso é feito pela Avenida Ayrton Senna, de forma a facilitar o acesso devido ao seu fluxo. O terreno possui um amplo espaço com poucos desníveis topográfico ao longo do seu perímetro, facilitando a implantação do Abrigo no local de forma mais econômica e acessível e sem intervenções ao meio ambiente.

6.1.6 PRINCIPAIS EQUIPAMENTOS NO ENTORNO DO TERRENO

Os principais equipamentos encontrados no entorno do terreno foram: Policia Civil, Ginásio Esportivo, Fórum, Escolas, Policia Militar, Igreja e Supermercado. Sendo assim cada um desses com sua devida importância, para contribuir com a implantação do abrigo na região.

Figura 41: Equipamento no entorno do terreno



Fonte: Google Maps, 2019

6.2. ESTUDO DAS CONDICIONANTES FISICO-ESPACIAIS

6.2.1 SETORES DE INTERVENÇÃO

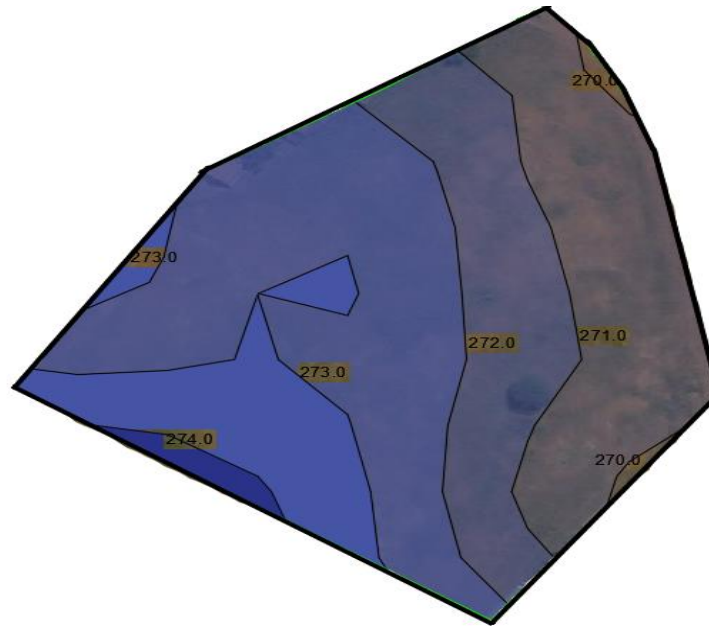
O terreno escolhido possui cerca de 30.430,00 m², a área total do terreno será ocupada pela implantação do Abrigo, cerca de 3 mil m² será destinado as edificações, dessa forma a maior parte do terreno será destinado a áreas de lazer, praças, hortas, e entre outros. As edificações

e áreas de lazeres possui bastante presença de vegetação no entorno, para maior contato das crianças com a natureza e melhora climática do local.

6.2.2 TOPOGRAFIA

O terreno escolhido possui início na curva de nível 274.0, finalizando na extremidade oposta no nível 270.0, sendo assim uma diferença de 4 metros de desnível ao longo da grande dimensão do terreno, fazendo com que as diferenças entre os níveis se tornem suaves

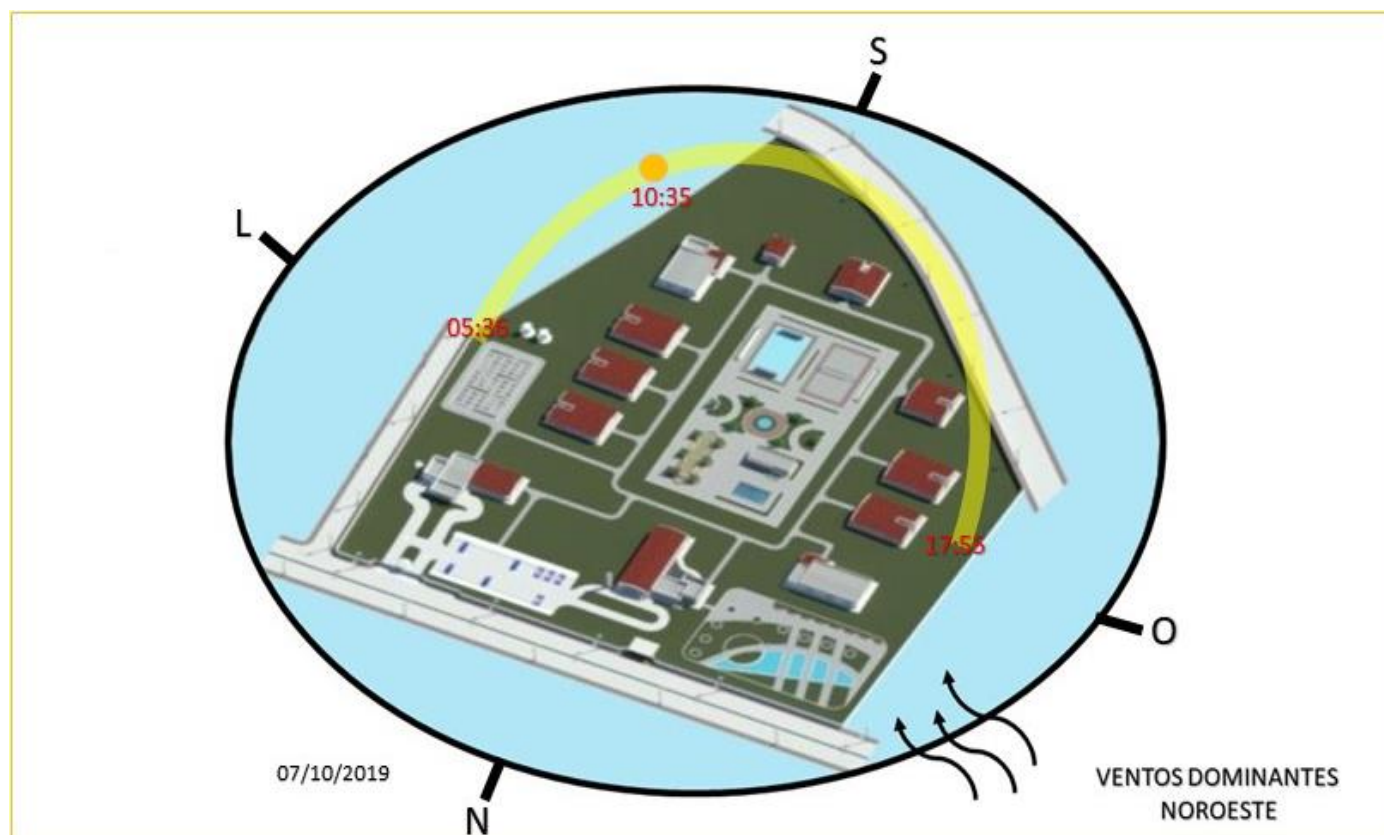
Figura 42: Desníveis existentes no terreno



Fonte: Google Maps, 2019

6.2.3 INSOLAÇÃO

Figura 43: Insolação e ventos dominantes no terreno



Fonte: Acervo Pessoal, 2019

Para garantia de uma boa eficiência energética e conforto para os usuários, foi realizado um estudo dos ventos dominantes e solar que irá incidir sobre os edifícios. Após esse estudo uma estratégia é aplicada para que determinados ambientes recebem o sol de acordo com a necessidade para garantir a maior qualidade energética do edifício, tornando-o um ambiente mais agradável.

6.2.4 CLIMA

O município de Pontes e Lacerda, possui um clima tropical úmido, durante todo o ano o clima é predominantemente quente, as temperaturas variam de 18 °C a 36°C, raramente o clima fica inferior a 14 °C e superior a 40°C. O verão se torna a estação mais quente e mais chuvosa no município.

Devido, o calor ser predominantes o ano inteiro é necessário a presença de bastante arborização ao longo do terreno, para amenizar o calor e criar sombras e ajudar reduzir incidências solar direto no ambiente.

6.2.5 VEGETAÇÃO

No local não há presença de vegetação arbórea nativa, apenas vegetação rasteira. Dessa forma, foi proposto a locação de diversas espécies nativas de porte médio e pequeno no local, para melhoria climática local e questões estéticas.

6.3. PARTIDO ARQUITETÔNICO

6.3.1 PARTIDO ARQUITETÔNICO DA IMPLANTAÇÃO

Para elaboração do projeto, utilizou se algumas raízes regionais, com princípios voltado para o resgate da arquitetura indígena, utilizando os parâmetro e costumes indígenas, dessa forma os edifícios foram dispostos de forma semelhante à forma utilizada nas aldeias. Logo, os usuários poderão ter maior integração entre eles, os edifícios são voltados para áreas de lazeres, local destinado a utilização das crianças e adolescentes independentemente da idade.

Figura 44: Vista Aérea da aldeia Ipatse, no Parque Indígena do Xingu



Fonte: Cultura Estádio, 2007

De acordo com a cultura indígena, se uma pessoa estiver infeliz ou desamparada, não há motivos para outras pessoas ficarem felizes, diante disso todas as crianças e adolescentes tem direito da felicidade, estar bem com o próximo, em conjunto com a sociedade e não devem se sentirem menosprezadas por estarão sob medida protetiva.

Um antropólogo visitou um povoado africano. Ele quis conhecer a sua cultura e averiguar quais eram os seus valores fundamentais. Assim que lhe ocorreu uma brincadeira para as crianças. Ele colocou um cesto de frutas perto de uma árvore. E disse o seguinte às crianças:

– A primeira que chegar à árvore ficará com o cesto de frutas.

Mas, quando o homem deu o sinal para que começasse a corrida em direção ao cesto, aconteceu algo inusitado: as crianças deram as mãos umas às outras e começaram a correr juntas. Ao chegarem ao mesmo tempo todos desfrutaram do prêmio. Eles se sentaram e repartiram as frutas.

O antropólogo lhes perguntou por que tinham feito isso, quando somente um poderia ter ficado com todo o cesto. Uma das crianças respondeu:

– ‘Ubuntu’. Como um de nós poderia ficar feliz se o resto estivesse triste? “Sou quem sou porque somos todos nós”. (MEDINA, Vilma, 2016).²⁴

²⁴ Disponível em: <<https://br.guiainfantil.com/materias/educacao/valores/ubuntu-lenda-africana-sobre-a-cooperacao/>> Acesso em: 09 out, 2019.

6.3.2 PARTIDO ARQUITETÔNICO DAS EDIFICAÇÕES

O partido adotado para as edificações, assim como o partido adotado para implantação segue com o resgate dos princípios da arquitetura indígena, onde todas as edificações são unidas através de circulações, presença da simplicidade nas fachadas e bastante utilização da madeira. A simplicidade das fachadas juntamente com a estética das fachadas, com telhado duas águas, remetendo a fachada de uma casa que pode ser desenhada por uma criança, deixa o ambiente mais acolhedor e afetivos, tornando – se um dos principais motivos de escolha do partido arquitetônico. A utilização do vidro na maioria das fachadas é outro fator importante para a eficiência energética.

Esse projeto possui caráter simples, pois tem o objetivo de deixar os usuários o mais à vontade e confortável possível, os ambientes são projetados de forma funcional, as áreas de vivencia possuem poder atrativos para realização a interação entre crianças e adolescente, de ambas idades. Os ambientes de serviço e unidades habitacionais possuem uso restrito, somente para os moradores e funcionários. As áreas de lazer proporcionam oportunidade de interação com a comunidade e os setores pedagógico e profissionalizante proporcionam oportunidade de aprendizado em grupos.

6.4. PROGRAMA DE NECESSIDADES

Para criação do programa de necessidades, foi necessário realizar uma visita ao abrigo institucional e casa lar do município de Pontes e Lacerda e realizar uma reunião com a assistente social do município, responsável pelas unidades de acolhimento institucional. Além da visita aos locais e conversa com a assistente social, a utilização do manual de organização dos espaços físicos e a orientação pedagógicas para educação infanto juvenil do Ministério da Educação é de extrema importância na elaboração desse programa.

Figura 45: Programa de necessidades

ADMINISTRATIVO	RECEPÇÃO	SERVIÇO	DML
	COORDENAÇÃO		LAVANDERIA
	SECRETARIA		REFEITÓRIO
	ADMINISTRAÇÃO		COZINHA
	REUNIÕES		DEPÓSITO DE ALIMENTOS
	ALMOXERIFADO		HIGIENIZAÇÃO
	DIREÇÃO		CARGA/DESCARGA
	FINANCEIRO		EMBARQUE/DESEMBARQUE
	COPA		DEPÓSITO DE LIXO
	SANITÁRIO FEMININO		CENTRAL DE GÁS
	SANITÁRIO MASCULINO		SANITÁRIO FEMININO
	SANITÁRIO PCD		SANITÁRIO MASCULINO
			SANITÁRIO PCD
PEDAGÓGICO	SALA DE PILATES	PROFISSIONALIZANTE	INFORMATICA
	BIBLIOTECA		COZINHA EXPERIMENTAL
	MÚSICA		SALA DE AULA (MULTIUSO)
	SALA DE PINTURA		SALA DE AULA(MULTIUSO)
	ARTESANATO/BORDADO/CROCHE		SALA DE AULA(MULTIUSO)
	SANITÁRIO FEMININO		SALA DE AULA(MULTIUSO)
	SANITÁRIO MASCULINO		SANITÁRIO FEMININO
	SANITÁRIO PCD		SANITÁRIO MASCULINO
	SANITÁRIO PCD		

SAÚDE	ASSISTENTE SOCIAL	VIVÊNCIA	PISCINA
	PSICÓLOGO		QUADRA
	CURATIVOS		ÁREA DE LAZER
	INALAÇÃO		JARDIM
	DEPÓSITO		HORTA
	SANITÁRIO FEMININO		PRAÇA
	SANITÁRIO MASCULINO		PLAYGROUND
	SANITÁRIO PCD		
HABITAÇÃO INFANTIL	SUÍTE (3 camas)	HABITAÇÃO INFANTIL	SUÍTE (3 camas)
	WC UNIVERSAL		WC UNIVERSAL
	SALA DE ESTAR		SALA DE ESTAR
	CLOSET		CLOSET
0 a 07 anos	COZINHA	08 a 09 anos	COZINHA
	VARANDA		VARANDA
HABITAÇÃO FEMININA	SUÍTE (3 camas)	HABITAÇÃO MASCULINA	SUÍTE (3 camas)
	WC UNIVERSAL		WC UNIVERSAL
	SALA DE ESTAR		SALA DE ESTAR
11 a 17 anos	CLOSET	11 a 17 anos	CLOSET
	COZINHA		COZINHA
	VARANDA		VARANDA

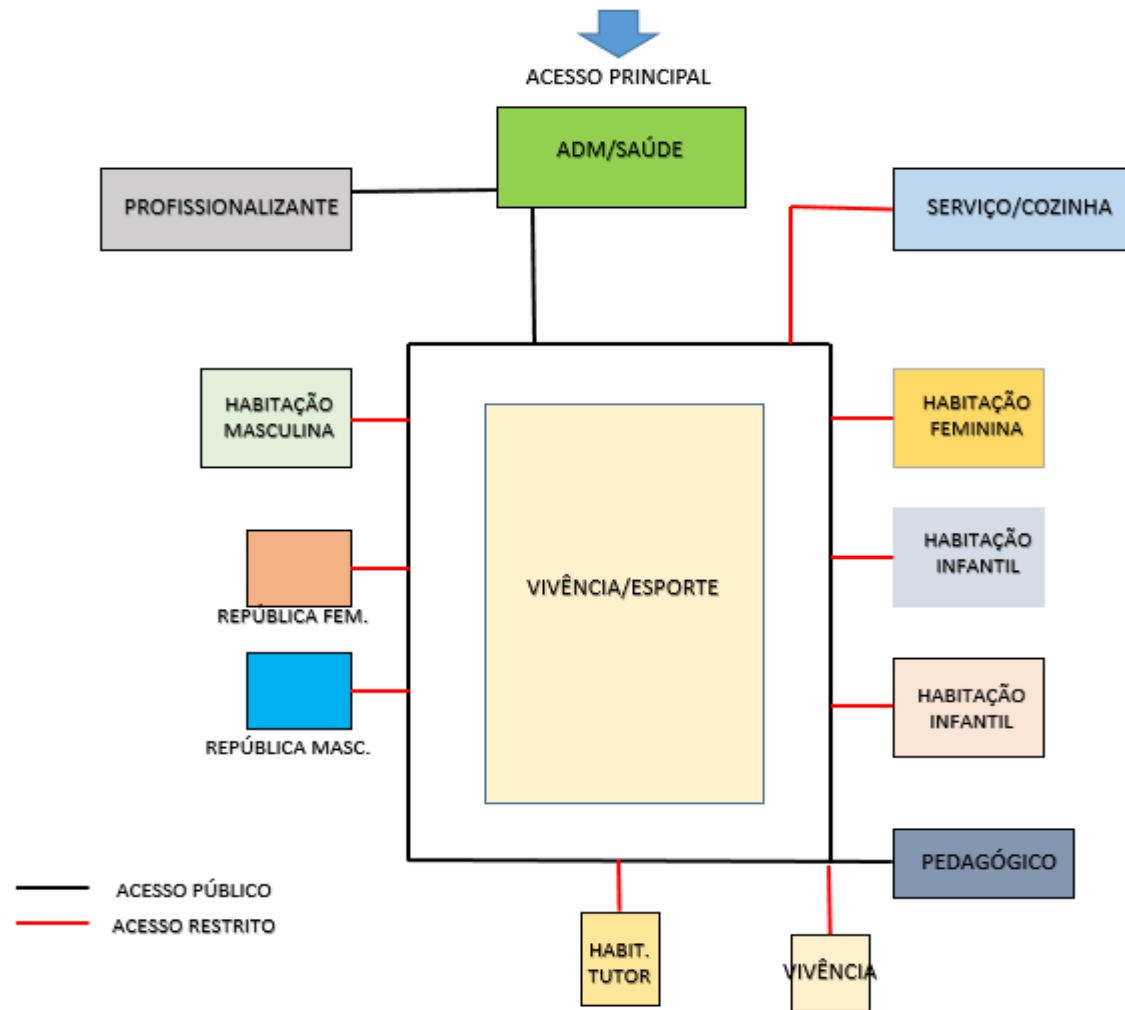
REPÚBLICA FEMININA	SUÍTE (3 camas)	REPÚBLICA MASCULINA	SUÍTE (3 camas)
	WC UNIVERSAL		WC UNIVERSAL
	SALA DE ESTAR		SALA DE ESTAR
	CLOSET		CLOSET
18 a 21 anos	COZINHA	18 a 21 anos	COZINHA
	VARANDA		VARANDA
HABITAÇÃO TUTOR		SUÍTE (3 camas)	
		WC UNIVERSAL	
		SALA DE ESTAR	
		CLOSET	
		COZINHA	
		VARANDA	

Fonte: Acervo Próprio, 2019

6.5. ORGANOGRAMA E FLUXOGRAMA

Após a criação do programa de necessidade, um estudo foi realizado para locar da melhor forma os fluxos e a organização dos setores, dividindo os setores em circulação pública e áreas restritas.

Figura 46: Organograma/ Fluxograma



Fonte: Acervo Próprio, 2019

6.6. SETORIZAÇÃO

A setorização do Abrigo é feita para o melhor entendimento dos fluxos entre os ambientes. Neste caso pensado sempre, para a maior facilidade de locomoção das pessoas e maior contato com a natureza, disposto em toda a implantação do Abrigo.

Figura 47: Setorização



Fonte: Acervo Próprio, 2019

6.7. QUADRO PRÉ-DIMENSIONAMENTO

Após estudo sobre os abrigos e análise realizados em Pontes e Lacerda, é realizado um pré-dimensionamento dos ambientes para melhor atender a função de cada ambiente.

Figura 48: Pré-dimensionamento

PLANO DE NECESSIDADES					
SETOR	AMBEINTE	QUANTIDADES	USUÁRIOS	ÁREA (m ²)	TOTAL (m ²)
ADMINISTRATIVO	RECEPÇÃO	1	2	37,05	37,05
	COORDENAÇÃO	1	2	16	16
	SECRETARIA	1	3	16	16
	ADMINISTRAÇÃO	1	2	12,6	12,6
	REUNIÕES	1	10	12,6	12,6
	ALMOXERIFADO	1	1	10,8	10,8
	DIREÇÃO	1	2	18,6	18,6
	FINANCEIRO	1	2	10,8	10,8
	DML	1	2	5,4	5,4
	COPA	1	5	10	10
	SANITÁRIO FEMININO	1	2	7,7	7,7
	SANITÁRIO MASCULINO	1	2	7,7	7,7
	SANITÁRIO PCD	1	1	4,49	4,49
				TOTAL =	169,74

SETOR	AMBEINTE	QUANTIDADES	USUÁRIOS	ÁREA (m ²)	TOTAL (m ²)
SERVIÇO/ RESTAURANTE	DML	1	1	8,28	8,28
	LAVANDERIA	1	1	18,32	18,32
	REFEITÓRIO	1	24	90,51	90,51
	COZINHA	1	3	37,47	37,47
	DEPÓSITO DE ALIMENTOS	1	1	10,58	10,58
	HIGIENIZAÇÃO	1	1	11,81	11,81
	CARGA/DESCARGA	1	1 VAGA	-	-
	EMBARQUE/DESEMBARQUE	1	1 VAGA	-	-
	DEPÓSITO DE LIXO			2,5	2,5
	CENTRAL DE GÁS	1	-	2,5	2,5
	SANITÁRIO FEMININO	1	2	7,7	7,7
	SANITÁRIO MASCULINO	1	2	7,7	7,7
	SANITÁRIO PCD	1	1	4,49	4,49
TOTAL					201,86
SETOR	AMBEINTE	QUANTIDADES	USUÁRIOS	ÁREA (m ²)	TOTAL (m ²)
PEDAGÓGICO	SALA DE PILATES	1	10	25	25
	BIBLIOTECA	1	10	42,53	42,53
	MÚSICA	1	10	30	30
	SALA DE PINTURA	1	10	17,5	17,5
	ARTESANATO/BORDADO/CROCHE	1	10	25	25
	SANITÁRIO FEMININO	1	2	12	12
	SANITÁRIO MASCULINO	1	2	12	12
	SANITÁRIO PCD	1	1	5	5
TOTAL					169,03

SETOR	AMBEINTE	QUANTIDADES	USUÁRIOS	ÁREA (m ²)	TOTAL (m ²)
PROFISSIONALIZANTE	INFORMATICA	1	12	33,47	33,47
	COZINHA EXPERIMENTAL	1	8	24	24
	SALA DE AULA (MULTIUSO)	1	20	28,62	28,62
	SALA DE AULA(MULTIUSO)	1	6	27	27
	SALA DE AULA(MULTIUSO)	1	16	28,62	28,62
	SALA DE AULA(MULTIUSO)	1	9	20,06	20,06
	SANITÁRIO FEMININO	1	2	7,7	7,7
	SANITÁRIO MASCULINO	1	2	7,7	7,7
	SANITÁRIO PCD	1	1	4,5	4,5
TOTAL					181,67
	AMBEINTE	QUANTIDADES	USUÁRIOS	ÁREA (m ²)	TOTAL (m ²)
SAÚDE	ASSISTENTE SOCIAL	1	2	19	19
	PSICÓLOGO	1	2	14,25	14,25
	CURATIVOS	1	2	16,63	16,63
	INALAÇÃO	1	1	11,88	11,88
	DEPÓSITO	1	1	7,95	7,95
	SANITÁRIO FEMININO	1	2	7,7	7,7
	SANITÁRIO MASCULINO	1	2	7,7	7,7
	SANITÁRIO PCD	1	1	4,5	4,5
TOTAL					89,61

SETOR	AMBEINTE	QUANTIDADES	USUÁRIOS	ÁREA (m ²)	TOTAL (m ²)
VIVÊNCIA	PISCINA	1	6	67,1	67,1
	QUADRA	2	24	248,5	248,5
	ÁREA DE LAZER	1	12	70,62	70,62
	JARDIM	-	60	-	-
	HORTA	1	24	473,5	473,5
	PRAÇA	1	40	1875,5	1875,5
	ESPACO DE REFLEXÃO	1	6	35,24	35,24
	PLAYGROUND	1	15	97,3	97,3
TOTAL					2867,76
SETOR	AMBEINTE	QUANTIDADES	USUÁRIOS	ÁREA (m ²)	TOTAL (m ²)
HABITAÇÃO INFANTIL	SUÍTE (3 camas)	2	3	29,8	59,6
	WC UNIVERSAL	1	1	10	20
	SALA DE ESTAR	1	6	40,38	40,38
	CLOSET	2	1	8	16
0 a 07 anos	COZINHA	1	6	23,23	23,23
	VARANDA	1	6	46,6	46,6
TOTAL					205,81
SETOR	AMBEINTE	QUANTIDADES	USUÁRIOS	ÁREA (m ²)	TOTAL (m ²)
HABITAÇÃO INFANTIL	SUÍTE (3 camas)	2	3	29,8	59,6
	WC UNIVERSAL	1	2	10	20
	SALA DE ESTAR	1	6	40,38	40,38
	CLOSET	2	1	8	16
08 a 09 anos	COZINHA	1	6	23,23	23,23
	VARANDA	1	6	46,6	46,6
TOTAL					205,81

SETOR	AMBEINTE	QUANTIDADES	USUÁRIOS	ÁREA (m ²)	TOTAL (m ²)
HABITAÇÃO FEMININA	SUÍTE (3 camas)	2	3	29,8	59,6
	WC UNIVERSAL	1	2	10	20
	SALA DE ESTAR	1	6	40,38	40,38
11 a 17 anos	CLOSET	2	1	8	16
	COZINHA	1	6	23,23	23,23
	VARANDA	1	6	46,6	46,6
TOTAL					205,81
SETOR	AMBEINTE	QUANTIDADES	USUÁRIOS	ÁREA (m ²)	TOTAL (m ²)
HABITAÇÃO MASCULINA	SUÍTE (3 camas)	2	3	29,8	59,6
	WC UNIVERSAL	1	2	10	20
	SALA DE ESTAR	1	6	40,38	40,38
	CLOSET	2	1	8	16
11 a 17 anos	COZINHA	1	6	23,23	23,23
	VARANDA	1	6	46,6	46,6
TOTAL					205,81
SETOR	AMBEINTE	QUANTIDADES	USUÁRIOS	ÁREA (m ²)	TOTAL (m ²)
REPÚBLICA FEMININA	SUÍTE (3 camas)	1	3	33,11	33,11
	WC UNIVERSAL	1	1	10	10
	SALA DE ESTAR	1	3	19,83	19,83
	CLOSET	1	1	8	8
18 a 21 anos	COZINHA	1	3	26,45	26,45
	VARANDA	1	3	46,6	46,6
TOTAL					143,99

SETOR	AMBEINTE	QUANTIDADES	USUÁRIOS	ÁREA (m ²)	TOTAL (m ²)
REPÚBLICA MASCULINA	SUÍTE (3 camas)	1	3	33,11	33,11
	WC UNIVERSAL	1	1	10	10
	SALA DE ESTAR	1	3	19,83	19,83
	CLOSET	1	1	8	8
18 a 21 anos	COZINHA	1	3	26,45	26,45
	VARANDA	1	3	46,6	46,6
TOTAL					143,99
SETOR	AMBEINTE	QUANTIDADES	USUÁRIOS	ÁREA (m ²)	TOTAL (m ²)
HABITAÇÃO TUTOR	SUÍTE (3 camas)	1	3	33,11	33,11
	WC UNIVERSAL	1	1	10	10
	SALA DE ESTAR	1	3	19,83	19,83
	CLOSET	1	1	8	8
	COZINHA	1	3	26,45	26,45
	VARANDA	1	3	46,6	46,6
TOTAL					143,99
TOTAL					4934,88

Fonte: Acervo Próprio, 2019

6.8. ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO INCIDENTE

De acordo com a LEI COMPLEMENTAR N.º. 042/2006, o terreno escolhido se enquadra na ZONA DE ESTRUTURAÇÃO E ADENSAMENTO 2 (ZEA-2).

Possui infraestrutura básica executada na maior parte do território abrangido, com espaços a serem ocupados e possibilidade de adensamento com ocupação sustentável, atendendo aos seguintes critérios:

- a) Nesta zona a ocupação deve ser estimulada permitindo-se a diversificação de usos e observando-se a minimização dos impactos, induzir a consolidação de centros de comércio e serviços visando à auto suficiência dessas áreas de planejamento, bem como sendo permitida indústrias leves e terciárias (não nocivas e não perigosas);
- b) Recomendadas para implantação de habitações de interesse social, receptora de populações oriundas dos processos de reassentamento das ZEIS;
- c) Priorização na complementação da infra-estrutura básica e dos equipamentos comunitários. (Pontes e Lacerda, 2006)²⁵

6.8.1 CÁLCULOS ÍNDICES URBANÍSTICOS

Área do terreno 30.400,00

Taxa de ocupação: 80 % (Área do terreno x Taxa de ocupação)

$$30.400,00 \times 0,80 = 24.320,00\text{m}^2$$

Área Permeável: 20 % (Área do terreno x Área Permeável)

$$30.400,00 \times 0,20 = 6.080,00$$

Taxa de ocupação do projeto

4.922,66 m² (16,5%) **Coefficiente de aproveitamento (0,165)**

Permeabilidade do projeto

10.309,97 (34%) **Coefficiente de permeabilidade (0,34)**

²⁵ Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/mt/p/pontes-e-lacerda/lei-complementar/2006/5/42/lei-complementar-n-42-2006-institui-o-plano-diretor-de-pontes-e-lacerda-estabelece-diretrizes-para-o-desenvolvimento-da-cidade-e-da-outras-providencias-relativas-ao-planejamento-e-a-gestao-do-territorio-do-municipio-nos-termos-da-lei-federal-10257-2001-estatuto-da-cidade-2006-10-11-versao-original>> Acesso em: 08 out, 2019.

6.8.2 Cálculos de estacionamento

Área Computável = 100

$2.731,90\text{m}^2 / 100 = 28$ vagas

7 ENSAIOS TÉCNICOS

7.1 COMPOSIÇÃO ESPACIAL

A implantação esta implantada de forma central no terreno, dessa forma, ocupando boa parte do terreno, diversos blocos são ligados interligados a parte central do terreno, de forma espacial, cada bloco abriga um setor do programa de necessidade, disposto da melhor maneira para melhor atender os usuários.

7.2 VOLUMETRIA/ LEGIBILIDADE

Os edifícios possuem diferentes formas e volumes, possui diferentes inclinações de telhado e tipos de telha. As diferentes formas e alturas dos volumes são para a melhora da qualidade do ambiente em relação a iluminação, ventilação e estética.

7.3 FUNCIONALIDADE

Todos os setores são interligados, através de circulações e cada setor possui diferentes setores para atender melhor sua funcionalidade.

7.4 CONFORTO AMBIENTAL

Em quase todas as fachadas blocos, foram utilizados o vidro, o mesmo contribuirá com a inserção de luz natural nos ambientes internos, além da contribuição estética, aumenta a qualidade do ambiente, ajuda na saúde dos usuários, deixa os ambientes agradáveis e ajuda acalmar as crianças e adolescentes que enfrentam diversos problemas, advindos do âmbito familiar.

7.5 ACESSIBILIDADE

O projeto se encontra na tipologia horizontal, sendo totalmente acessível e seguindo a NBR 9050, dessa forma garantindo segurança a todos os usuários.

8 COMUNICAÇÃO VISUAL

8.1 COMPOSIÇÃO DOS AMBIENTES

Após a elaboração do programa de necessidade, ficou definido que para melhor atendimento do programa, seria necessário separar os ambientes em setores, dessa forma facilitando a funcionalidade de cada um.

8.1.1 SETOR ADMINISTRATIVO/ SAÚDE

Para o melhor funcionamento e organização do abrigo institucional, o setor administrativo possui diversos ambiente, como: Recepção, coordenação, secretaria, sala de reuniões, administração, financeiro, almoxarifado, copa, direção e banheiros.

Anexo ao setor administrativo, está o setor de saúde, para dar apoio e garantir qualidade de vida as crianças e adolescentes, este setor possui assistente social, psicólogo, curativos, inalação, depósitos e banheiros. O setor proporcionar tratamento a crianças e adolescentes tanto para quando irão dar entrada no abrigo institucional, quando para os ocorridos após estarem abrigadas.

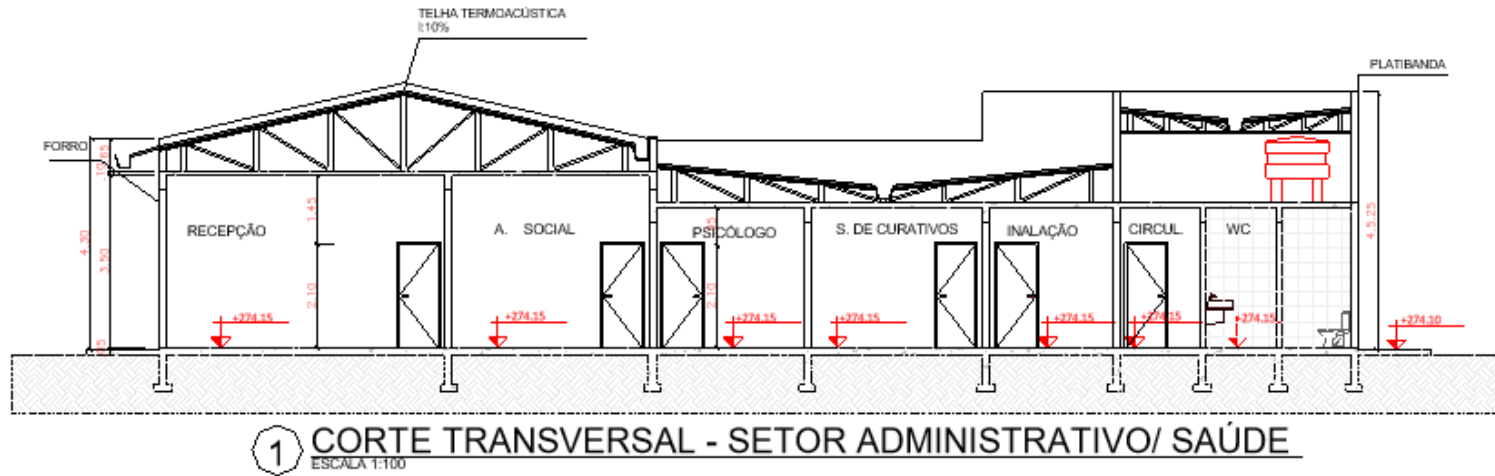
Na fachada há presença de brises horizontais fixos, proporcionando uma qualidade ao ambiente interno, evitando a incidência solar direta no ambiente e ajudando a reduzir o consumo de energia elétrica.

Figura 49: Setor ADM/ Saúde



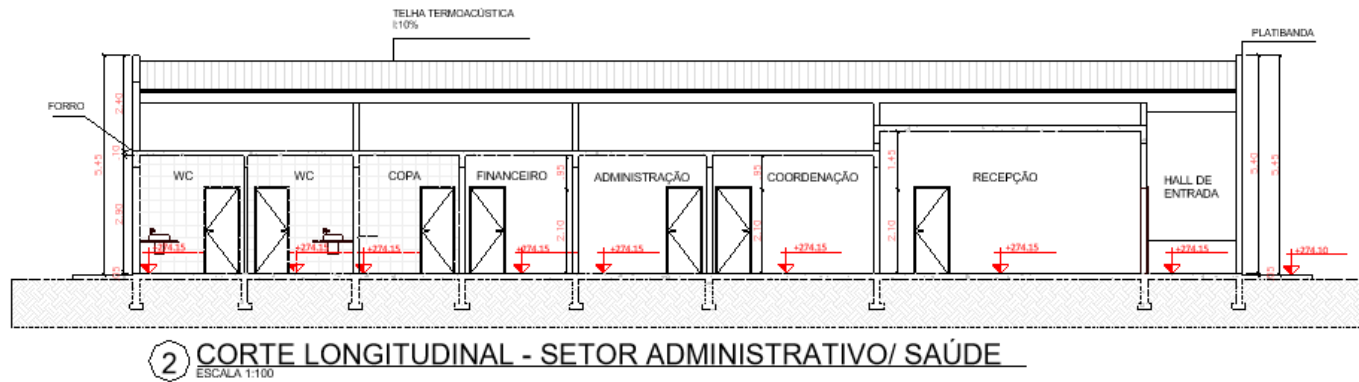
Fonte: Acervo Pessoal, 2019

Figura 51: Corte AA - Setor ADM/ /saúde



Fonte: Acervo Pessoal, 2019

Figura 52: Corte BB - Setor ADM/ /saúde



Fonte: Acervo Pessoal, 2019

8.1.2 SETOR PEDAGÓGICO

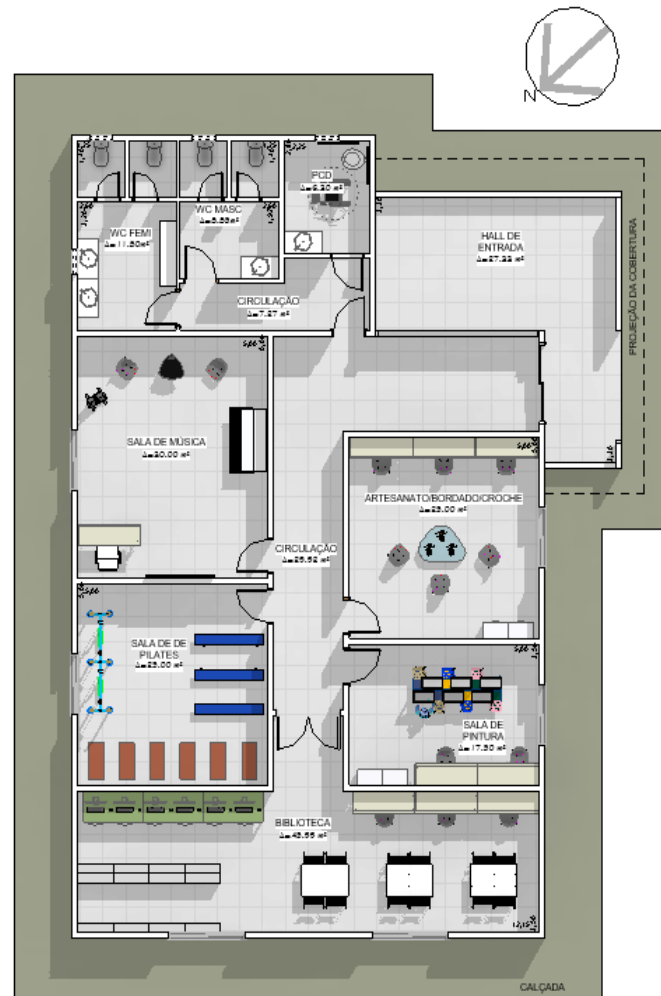
O setor pedagógico possui atividades complementares para auxiliar no desempenho de crianças e adolescente, além disso, as salas implantadas nesse setor têm o objetivo de ajudar no ensino, o setor possui biblioteca, sala de pilates, sala de pintura, sala de música, artesanato, bordado, crochê, sala de música e banheiros.

Figura 53: Setor Pedagógico



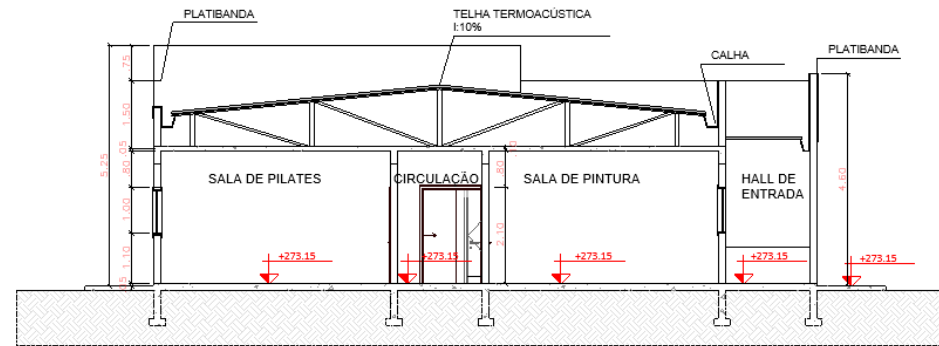
Fonte: Acervo Pessoal, 2019

Figura 54: Layout - Setor Pedagógico



Fonte: Acervo Pessoal, 2019

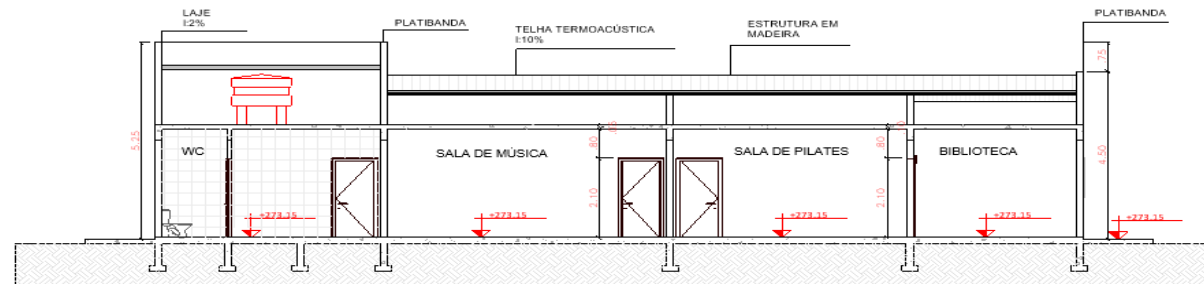
Figura 55: Corte AA - Setor Pedagógico



1 CORTE TRANSVERSAL - SETOR PEDAGÓGICO
ESCALA 1:100

Fonte: Acervo Pessoal, 2019

Figura 56: Corte BB - Setor Pedagógico



2 CORTE LONGITUDINAL - SETOR PEDAGÓGICO
ESCALA 1:100

Fonte: Acervo Pessoal, 2019

8.1.3 SETOR PROFISSIONALIZANTE

O setor profissionalizante tem o objetivo de contribuir no futuro daqueles que estão prestes a completar a maior idade, o setor conta com diversas salas como laboratório de informática, cozinha experimental, diversas salas de aulas multiuso para implantação de diferentes cursos no abrigo institucional e banheiros, para melhor preparar os jovens para o futuro e mercado de trabalho.

Figura 57: Setor Profissionalizante



Fonte: Acervo Pessoal, 2019

Figura 58: Laboratório de informática

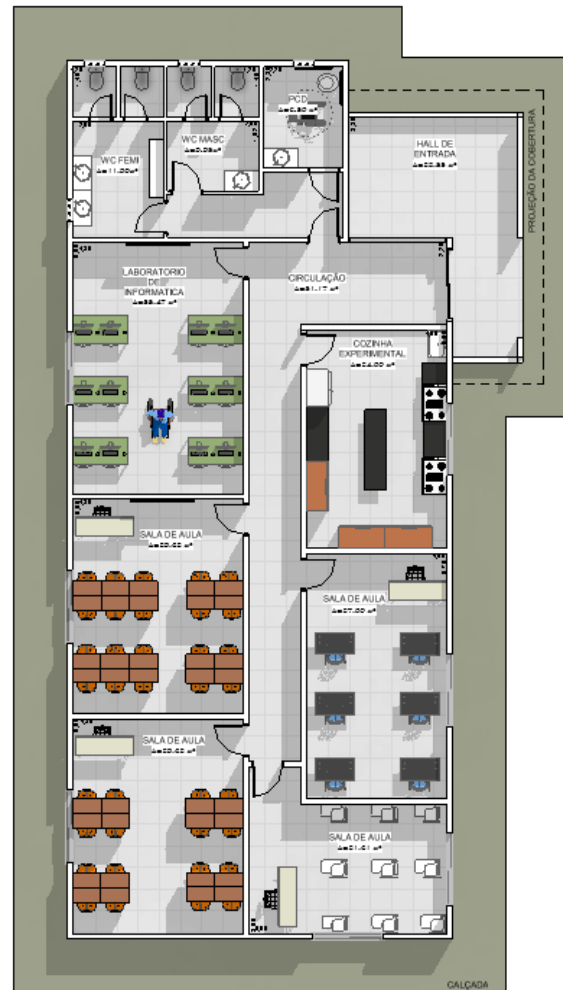


Fonte: Acervo Pessoal, 2019

Figura 59: Laboratório de informática

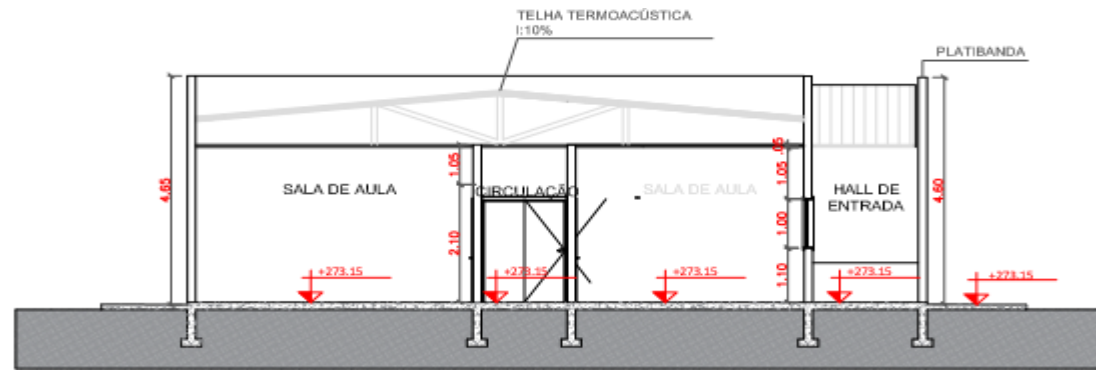


Fonte: Acervo Pessoal, 2019

Figura 60: Layout - Setor Profissionalizante

Fonte: Acervo Pessoal, 2019

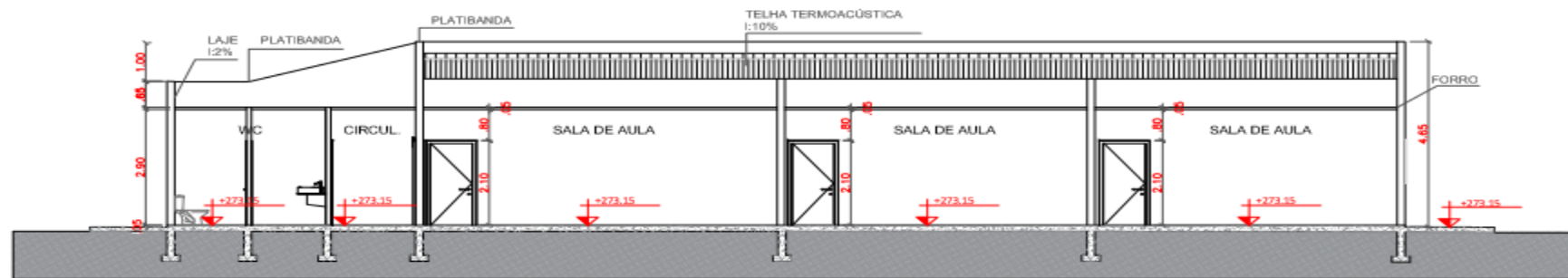
Figura 61: Corte AA - Setor Profissionalizante



1 Corte AA - Setor Profissionalizante
ESCALA 1:100

Fonte: Acervo Pessoal, 2019

Figura 62: Corte BB - Setor Profissionalizante



2 Corte BB - Setor Profissionalizante
ESCALA 1:100

Fonte: Acervo Pessoal, 2019

8.1.4 SETOR SERVIÇO/ RESTAURANTE

O setor de serviço é responsável pela manutenção do abrigo institucional, nesse setor está localizado lavanderia, cozinha, DML, depósito de alimentos, espaço de higienização e área de carga e descarga. Acoplado a esse setor, para maior funcionalidade dos ambientes está situado o restaurante.

Figura 63: Setor Serviço/ Restaurante



Fonte: Acervo Pessoal, 2019

Figura 64: Refeitório

Fonte: Acervo Pessoal, 2019

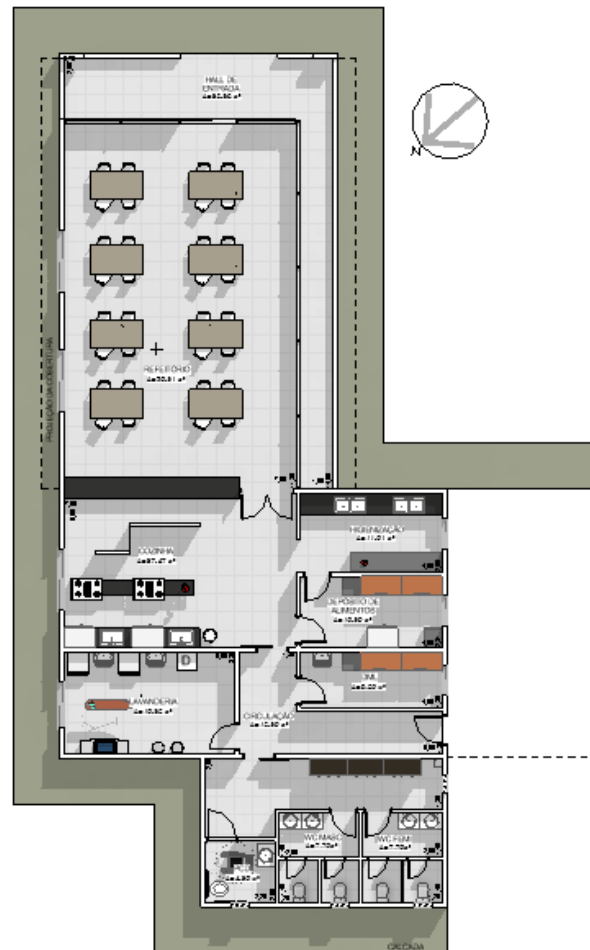
Figura 65: Refeitório

Fonte: Acervo Pessoal, 2019

Figura 66: Refeitório

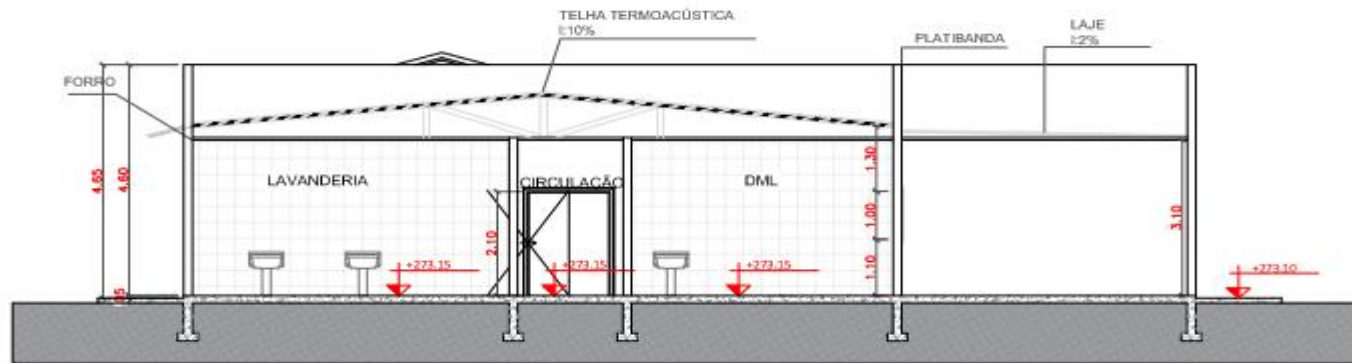
Fonte: Acervo Pessoal, 2019

Figura 67: Layout - Setor de Serviço/ Restaurante



Fonte: Acervo Pessoal, 2019

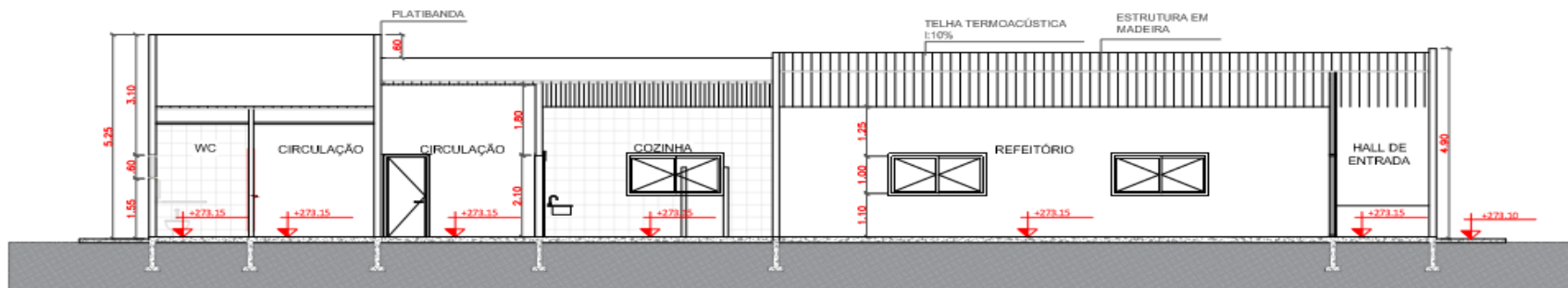
Figura 68: Corte AA - Setor de Serviço/ Restaurante



1 Corte AA - Setor de Serviço/Restaurante
ESCALA 1:100

Fonte: Acervo Pessoal, 2019

Figura 69: Corte BB- Setor de Serviço/ Restaurante



2 Corte BB- Setor de Serviço/Restaurante
ESCALA 1:100

Fonte: Acervo Pessoal, 2019

8.1.5 UNIDADES HABITACIONAIS INFANTIL

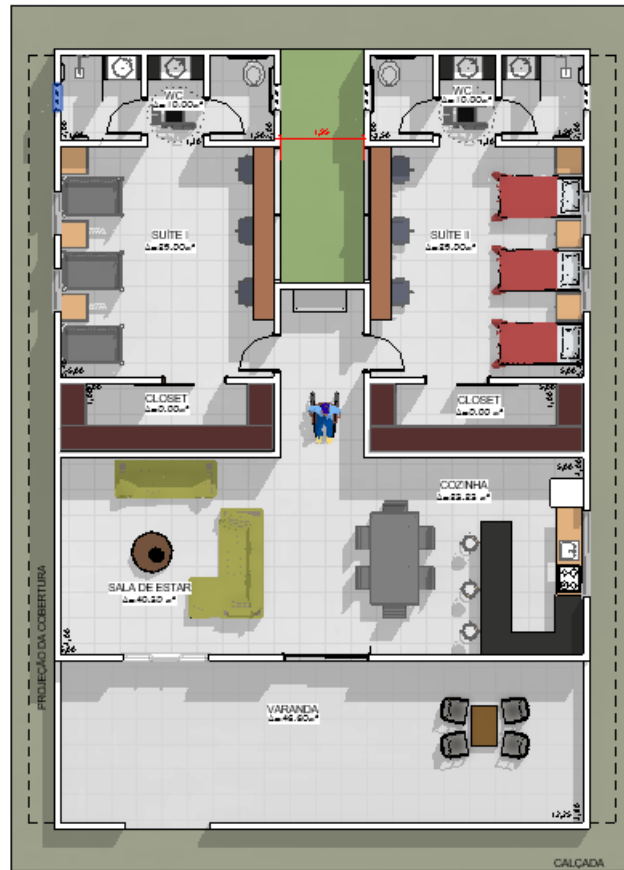
O setor de habitação infantil, foram dividido em dois blocos, sendo uma para crianças até 07 anos de idade e outro para atender até os 10 anos de idade, os blocos foram separados dessa maneira para auxiliar o cuidado com os mesmos. As unidades habitacionais infantis possuem 02 quartos, 02 closets, sala de estar, cozinha e varanda. a locação e os ambientes proposto são bem semelhantes ao de uma residência familiar, para que os jovens se sintam mais confortável e acolhidos. Essas unidades possuem acesso restrito apenas para os cuidadores e crianças sob medida

Figura 70: Unidade Habitacional Infantil



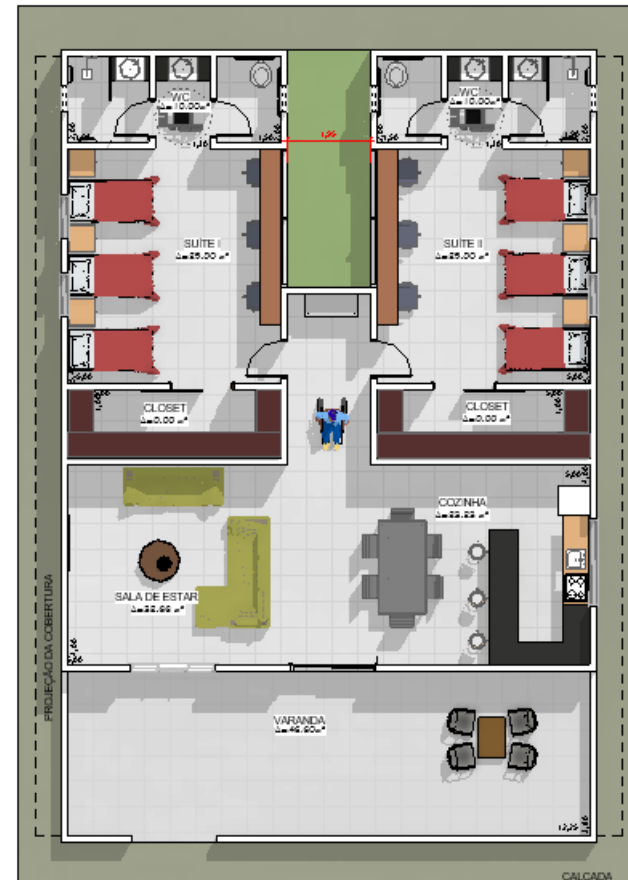
Fonte: Acervo Pessoal, 2019

Figura 71: Layout - Unidade Habitacional – até 07 anos



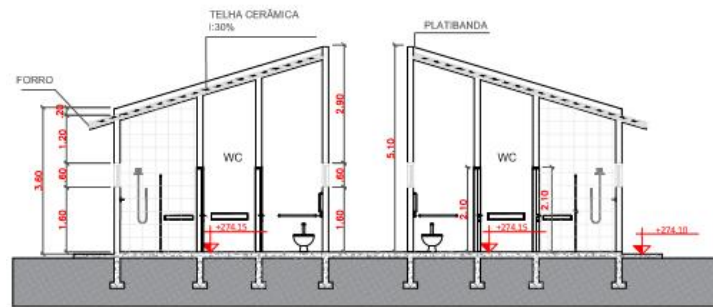
Fonte: Acervo Pessoal, 2019

Figura 72: Layout - Unidade Habitacional - até 10 anos



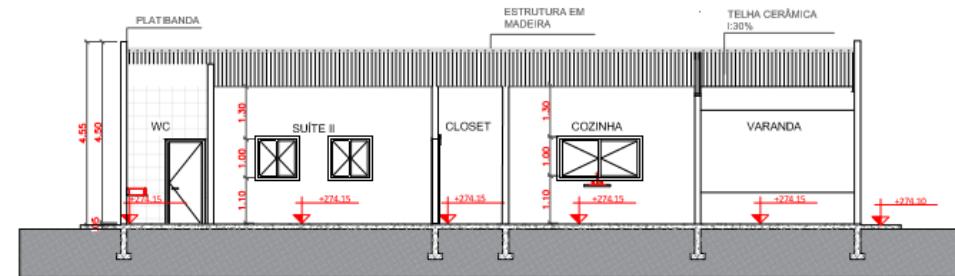
Fonte: Acervo Pessoal, 2019

Figura 73: Corte AA - Unidade Habitacional Infantil

① Corte AA - Unidade habitacional
ESCALA 1:100

Fonte: Acervo Pessoal, 2019

Figura 74: Corte BB- Unidade Habitacional Infantil

② Corte BB - Unidade habitacional
ESCALA 1:100

Fonte: Acervo Pessoal, 2019

8.1.6 UNIDADES HABITACIONAIS MASCULINA/ FEMININA

As unidades habitacionais para os jovens de 12 a 17 anos, forma separadas por sexo, para facilitar os cuidados com os mesmos, as unidades masculinas e feminina apesar de distintas ficam próximas uma da outra, pois perante lei, familiares não podem ser separados um dos outros no abrigo institucional. Essas unidades contam com 02 suítes com espaço de estudo no seu interior, 02 closets, sala de estar, cozinha e varanda, a locação e os ambientes proposto são bem semelhantes ao de uma residência familiar, para que os jovens se sintam mais confortável e acolhidos. Essas unidades possuem acesso restrito apenas para os cuidadores e crianças sob medida.

Figura 75: Unidade Habitacional Masculina/ Feminina



Fonte: Acervo Pessoal, 2019

Figura 76: Suíte

Fonte: Acervo Pessoal, 2019

Figura 78: Cozinha

Fonte: Acervo Pessoal, 2019

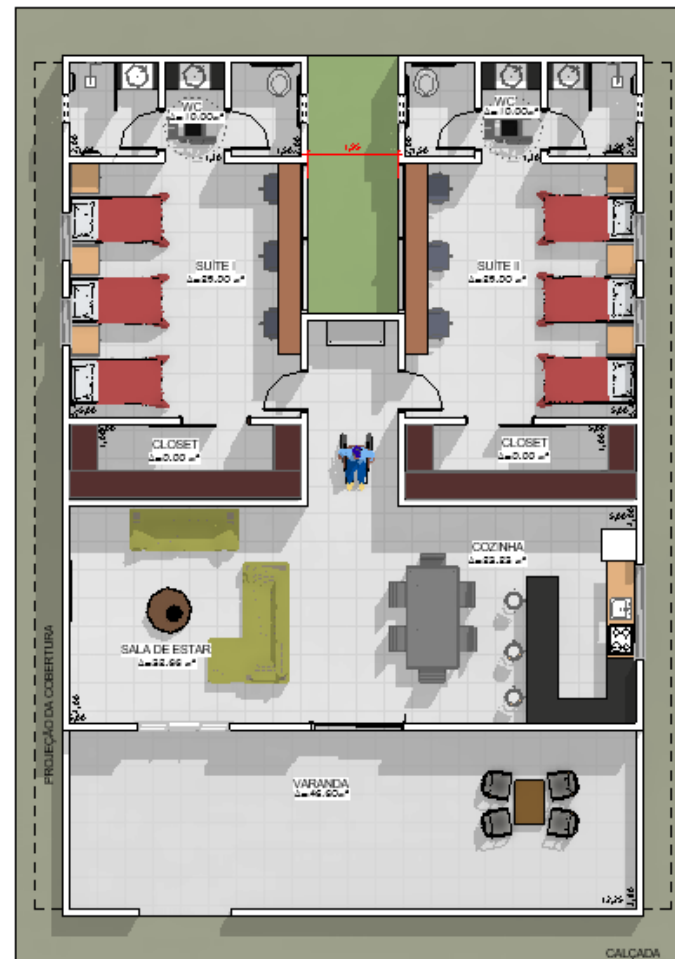
Figura 77: Espaço de Estudo - Suíte

Fonte: Acervo Pessoal, 2019

Figura 79: Sala de estar

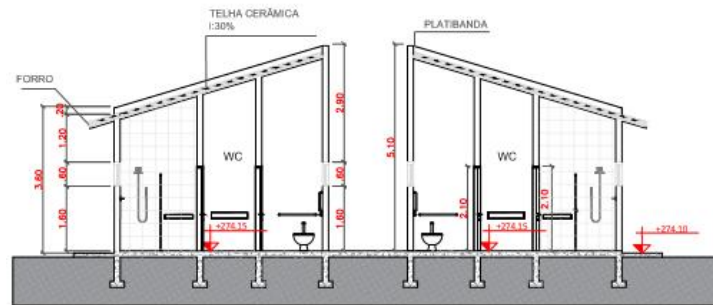
Fonte: Acervo Pessoal, 2019

Figura 80: Layout - Unidade Habitacional



Fonte: Acervo Pessoal, 2019

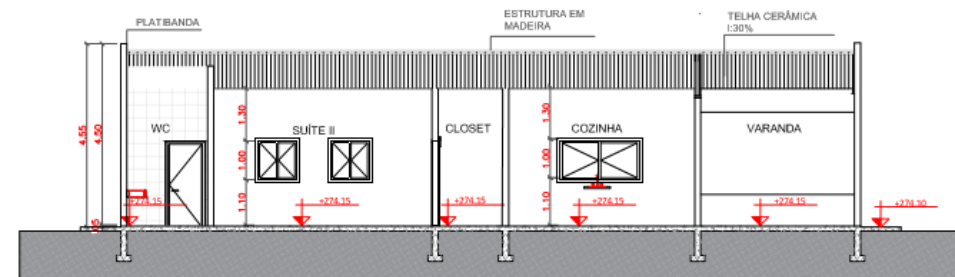
Figura 81: Corte AA - Unidade Habitacional



① Corte AA - Unidade habitacional
ESCALA 1:100

Fonte: Acervo Pessoal, 2019

Figura 82: Corte BB - Unidade Habitacional



② Corte BB - Unidade habitacional
ESCALA 1:100

Fonte: Acervo Pessoal, 2019

8.1.7 UNIDADES HABITACIONAL - REPÚBLICA/ CUIDADORES

As republicas são separadas por sexo, dessa forma o local proporciona mais privacidade aos moradores e mais fácil para cuidado com os jovens. Essa unidade está destinada a jovens que completaram a maior idade e não possuem outro local para moradia e profissionalização. Nesse período no abrigo os jovens são capacitados para o mercado de trabalho. Essa unidade possui uma suíte para abrigar três pessoas, sala de estar, cozinha e varanda. Essa unidade também possui a locação dos ambientes bem semelhantes a uma residência e acesso restrito apenas para os cuidadores e crianças sob medida.

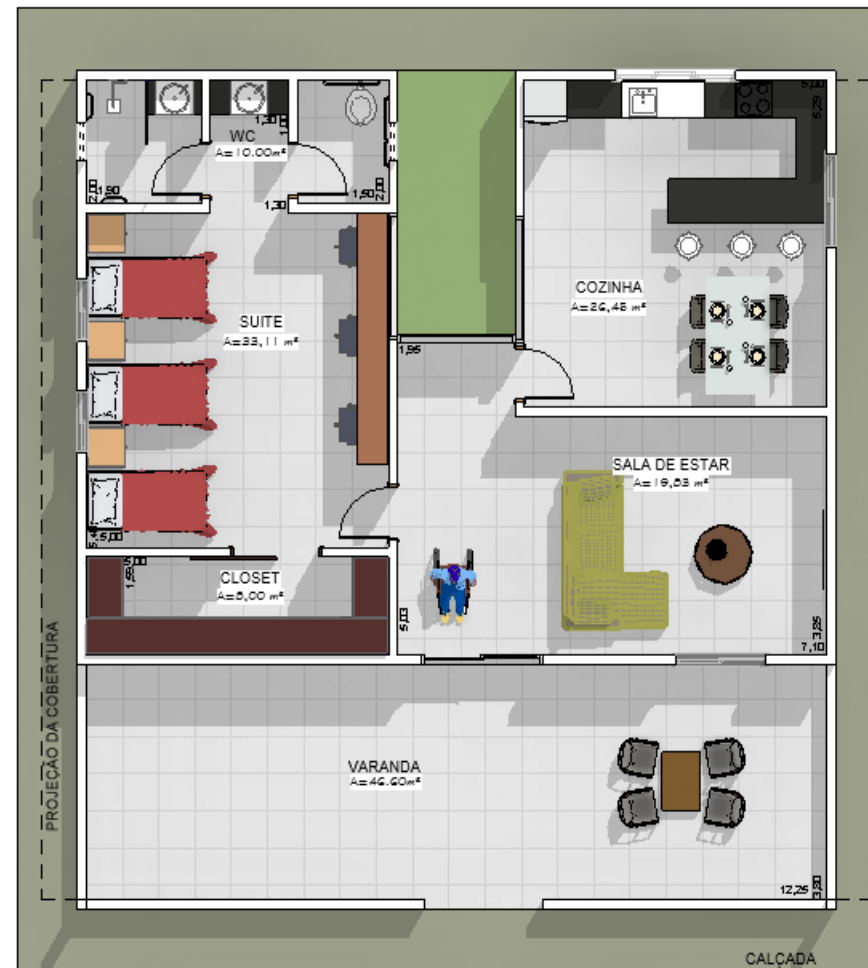
A unidade habitacional destinada aos cuidadores, foi locada de forma que facilite a visão de todas outras unidades habitacionais e áreas de vivência. O local possui suíte para abrigar três pessoas, sala de estar, cozinha e varanda. Com acesso restrito apenas para os moradores.

Figura 83: Unidade Habitacional República/ Cuidadores



Fonte: Acervo Pessoal, 2019

Figura 84: Layout – Unidade Habitacional República/ Cuidadores



Fonte: Acervo Pessoal, 2019

Figura 87: Espaço de reflexão



Fonte: Acervo Pessoal, 2019

Figura 88: Fachada Sul - Espaço de Reflexão



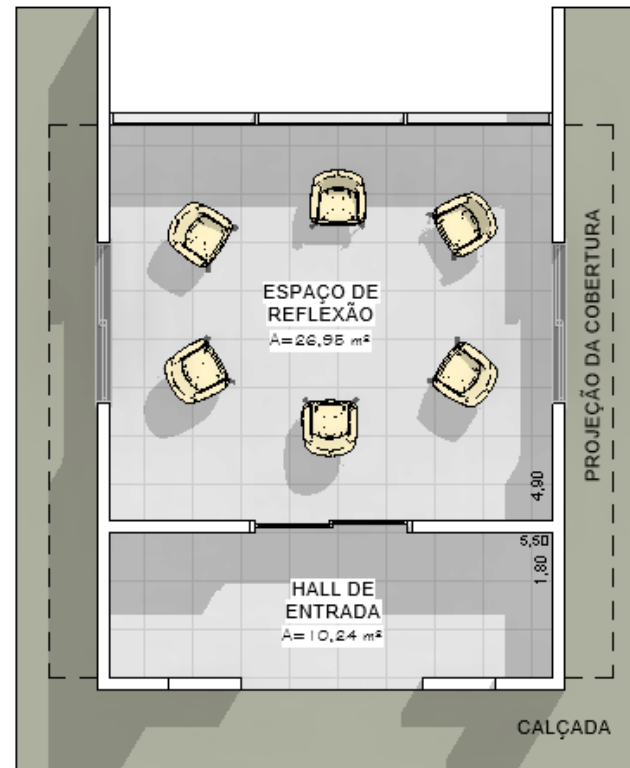
Fonte: Acervo Pessoal, 2019

Figura 89: Interior - Espaço de Reflexão



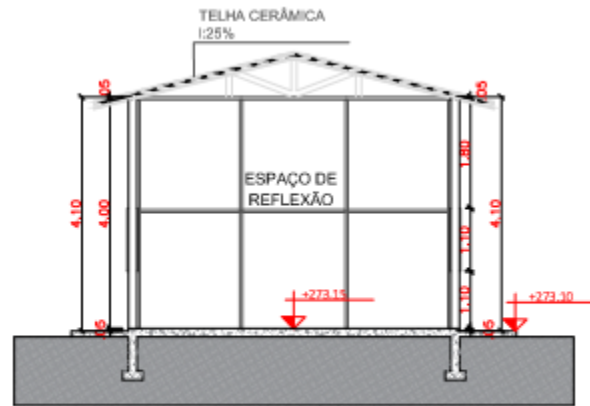
Fonte: Acervo Pessoal, 2019

Figura 90: Layout - Espaço de Reflexão



Fonte: Acervo Pessoal, 2019

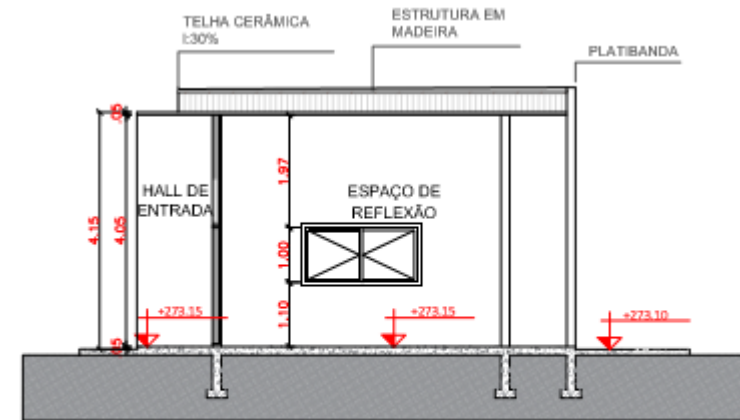
Figura 91: Corte AA - Espaço de Reflexão



1 Corte AA - Espaço Reflexão
ESCALA 1:100

Fonte: Acervo Pessoal, 2019

Figura 92: Corte BB - Espaço de Reflexão



2 Corte BB- Espaço Reflexão
ESCALA 1:100

Fonte: Acervo Pessoal, 2019

8.1.9 ÁREA DE LAZER

Local para realizar comemorações e facilitar a interação entre os membros do abrigo e comunidade. No local há churrasqueira, forno, sanitário e mesas para garantir o lazer de todos.

Figura 93: Área de Lazer



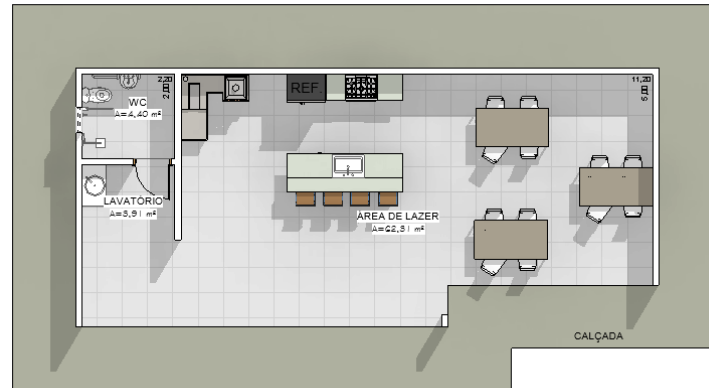
Fonte: Acervo Pessoal, 2019

Figura 94: Interior - Área de Lazer



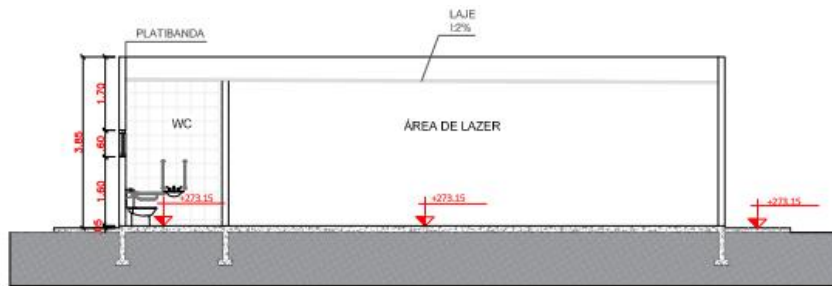
Fonte: Acervo Pessoal, 2019

Figura 95: Layout - Área de Lazer



Fonte: Acervo Pessoal, 2019

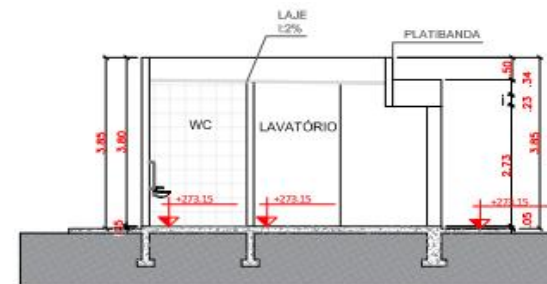
Figura 96: Corte AA - Área de Lazer



① Corte AA - Área de Lazer
ESCALA 1:100

Fonte: Acervo Pessoal, 2019

Figura 97: Corte BB - Área de Lazer



② Corte BB - Área de Lazer
ESCALA 1:100

Fonte: Acervo Pessoal, 2019

8.1.9 GUARITA

Com a presença de duas guaritas no local, para garantir a segurança e a entrada e saída no abrigo, uma delas é responsável pelo controle de veículos a outra fica responsável pelos pedestres.

Figura 98: Guarita - Acesso pedestres



Fonte: Acervo Pessoal, 2019

Figura 99: Guarita - Acesso de veículos



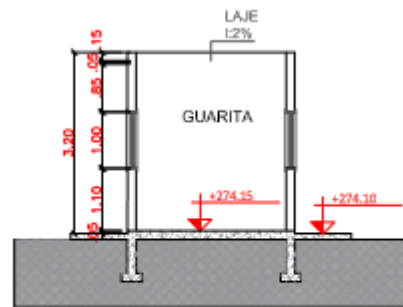
Fonte: Acervo Pessoal, 2019

Figura 100: Layout - Guarita



Fonte: Acervo Pessoal, 2019

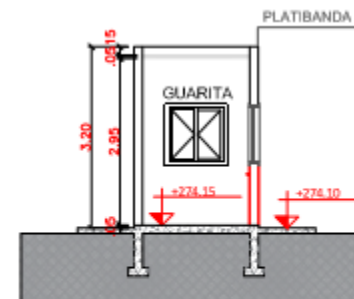
Figura 101: Corte AA – Guarita



1 Corte AA - Guarita
ESCALA 1:100

Fonte: Acervo Pessoal, 2019

Figura 102: Corte BB - Guarita



2 Corte BB - Guarita
ESCALA 1:100

Fonte: Acervo Pessoal, 2019

8.1.10 SETOR DE VIVÊNCIA

Todo o setor de vivencia é destinado para a interação entres as crianças e adolescentes, o setor é rodeado pela natureza, para melhoria do clima, já que a cidade possui um clima predominantemente quente.

Figura 103: Setor de Vivência



Fonte: Acervo Pessoal, 2019

Figura 104: Setor de Vivência



Fonte: Acervo Pessoal, 2019

Figura 105: Setor de Vivência

Fonte: Acervo Pessoal, 2019

Figura 106: Setor de Vivência

Fonte: Acervo Pessoal, 2019

Figura 107: Setor de Vivência



Fonte: Acervo Pessoal, 2019

8.2 CIRCULAÇÃO EXTERNA

O acesso de veículos é feito pela Avenida Ayrton Senna, para facilitar o fluxo de entrada e saída. A circulação de pedestre também é realizada pela Avenida Ayrton Senna, pelo fato de facilitar a interação da sociedade, já que é considerada a rua de melhor fluxo e segurança.



8.3 CIRCULAÇÃO INTERNA




As circulações internas, são dispostas na forma horizontal e vertical e foram locadas de forma a facilitar a locomoção no abrigo, dando acesso a todos os setores e área de vivencia.

8.4 COMPOSIÇÃO PAISAGÍSTICA

O terreno não possui vegetação arbórea nativa, somente vegetação rasteira. Dessa forma, por esta trabalhando com uma cidade com clima predominantemente quente, a implantação de vegetações arbóreas irá contribuir com a qualidade do ambiente e aspectos estéticos, foi proposto a implantação de vegetação arbórea de grande e médio porte. As arvores implantadas no local foram: *Tabebuia*, conhecido como *Ipê Amarelo*; *Aspidosperma*, conhecida como *Peroba do Cerrado*; *Mangifera*, conhecida como *Mangueira*; *Morus Nigra*, conhecida como *Amoreira*; *Persea Americana Mill*, conhecida com *Abacateiro*.

Tabela 2: Espécie Arbórea utilizadas no projeto

<i>Espécie</i>	<i>Fotos</i>	<i>Características</i>
Tabebuia Popular: <i>Ipê Amarelo</i>		Tamanho: 10 a 35 metros
Persea Americana Mill Popular: <i>Abacateiro</i>		Tamanho: Pode chegar até 30 metros.

<p>Mangifera</p> <p>Popular: <i>Mangueira</i></p>		<p>Tamanho: 35 a 40 metros</p>
<p>Morus Nigra</p> <p>Popular: <i>Amoreira</i></p>		<p>Tamanho: 04 a 12 metros</p>
<p>Aspidosperma</p> <p>Popular: <i>Peroba do cerrado</i></p>		<p>Tamanho: 20 a 30 metros</p>

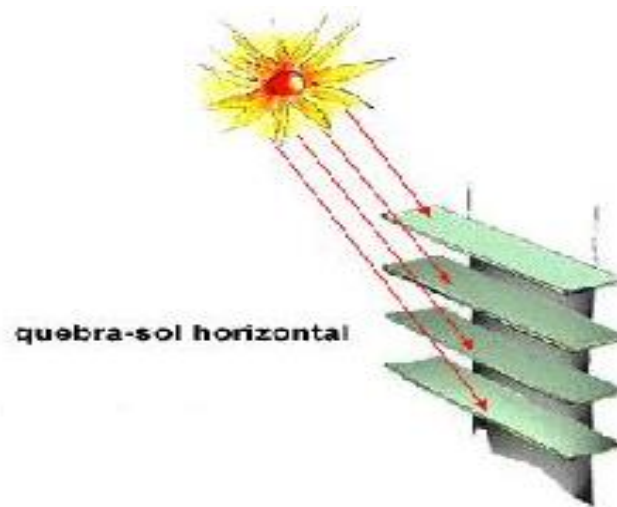
Além da vegetação arbórea de grande e médio porte foram utilizadas vegetação rasteira, vegetação arbórea de pequeno porte, arbustos e flores para compor as praças, jardins e elementos estéticos.

9 TÉCNICAS E MATERIAIS CONSTRUTIVOS

9.1 BRISES

Devido ao clima predominantemente quente no município de Pontes e Lacerda – MT, e possuir uma fachada voltada ao norte do projeto, fazendo com que a mesma receba sol durante todo o dia, um dos métodos utilizado para evitar a incidência solar direta no ambiente, e reduzir a utilização de energia elétrica em relação a questões climáticas foi a utilização de brises horizontais fixos.

Figura 108: Demonstração do funcionamento do brise horizontal fixo



Fonte: ConstruindoDecor

9.2 ASFALTO BORRACHA

O asfalto borracho foi escolhido como um método de medida sustentável, o mesmo será aplicado no estacionamento e locais de circulações de veículos no projeto. Além de ser fabricado com uma porcentagem de materiais reciclados, ele proporciona mais segurança e durabilidade para o asfalto.

Figura 109: Asfalto Borracha



Fonte: Acervo Pessoal, 2019

9.3 PISO DRENANTE INTERTRAVADO

Outro método sustentável a ser utilizado no projeto será o piso drenante intertravado, será aplicado nas calçadas externas da edificação, pois além de contribuir com a estética pode proporcionar diversos benéficos ao usuário e a ao meio ambiente, o mesmo contribuirá com segurança, resistência, sustentabilidade, permeabilidade e economia

Figura 110: Piso drenante Inter travado



Fonte: Acervo Pessoal, 2019

10 DEFINIÇÃO DE TIPOLOGIAS

Figura 111: Espaço de Reflexão



Fonte: Acervo Pessoal, 2019

Figura 112: Setor de Serviço/ Restaurante



Fonte: Acervo Pessoal, 2019

Figura 113: Setor ADM/ Saúde



Fonte: Acervo Pessoal, 2019

Figura 114: Setor Profissionalizante



Fonte: Acervo Pessoal, 2019

Figura 115: Área de Lazer



Fonte: Acervo Pessoal, 2019

Figura 116: Unidades Habitacional



Fonte: Acervo Pessoal, 2019

Figura 117: Setor de Vivência



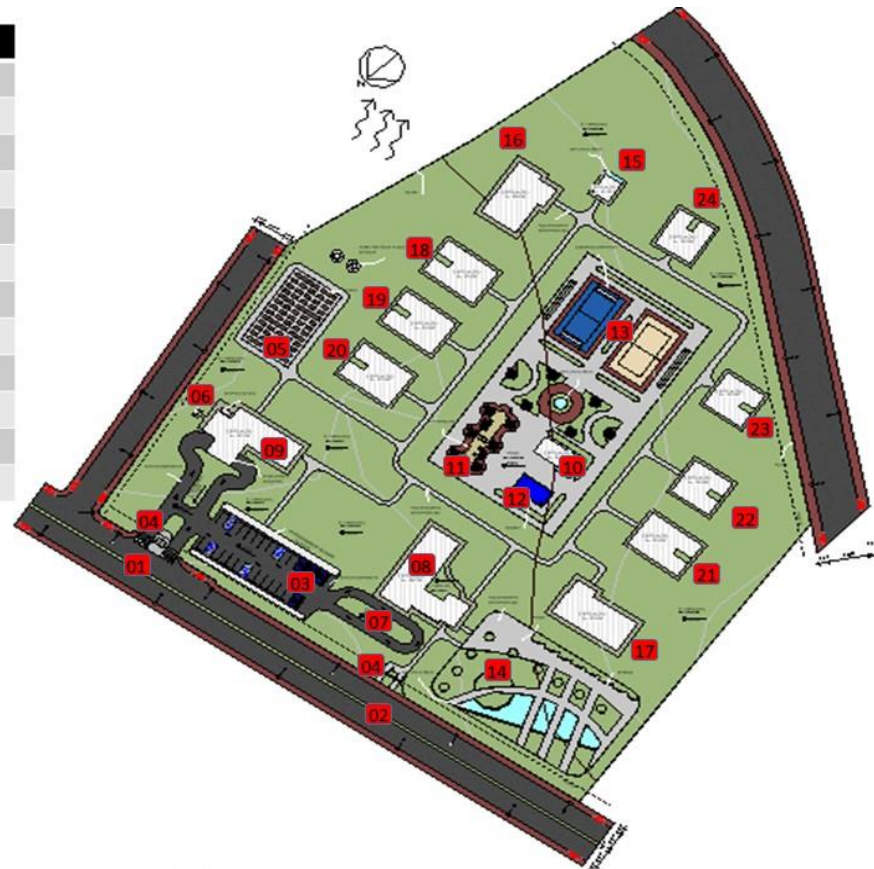
Fonte: Acervo Pessoal, 2019

11 PROPOSTA FINAL

A proposta final embasa a união de todos os setores através das circulações, praças e áreas de lazer.

Figura 118: Proposta Final

Legenda		Legenda	
01	Entrada e saída de veículos	13	Quadras
02	Entrada e saída de pedestre	14	Praça
03	Estacionamento	15	Espaço de Reflexão
04	Guarita	16	Setor Pedagógico
05	Horta	17	Setor Profissionalizante
06	Dep. Lixo/ Central de gás	18	Habitação Infantil
07	Parada Rápida	19	Habitação Infantil
08	Setor ADM/Saúde	20	Habitação Feminina
09	Setor Serviço/ Restaurante	21	Habitação Masculina
10	Área de Lazer	22	República Masculina
11	Play Ground	23	República Feminina
12	Piscina	24	Habitação Tutor



Fonte: Acervo Pessoal, 2019

12 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para elaboração desse projeto se fez necessário analisar, o papel de cada um dos integrantes de um abrigo institucional, e cada setor necessário para o funcionamento, analisar o dia a dia da crianças e adolescentes, os problemas gerados por terem tido seus direitos violados, as necessidades para qualidade de vida de todos e analisar e seguir as normativas que defendem e protegem os direitos da criança e das adolescentes.

Diante do estudo realizado para a elaboração desse projeto, podemos perceber a grande importância de um local adequado par abrigar as crianças e adolescentes, de forma, que se sintam acolhidos e presentes no meio social. A elaboração de um local adequado para abrigar essas crianças e adolescentes pode ajudar a amenizas os impactos dos problemas decorrentes na vida dessas crianças e adolescentes.

Através das pesquisas realizadas, pode se observar claramente a contribuição da arquitetura na vida das crianças e adolescentes com vulnerabilidade social, a arquitetura é o um elemento de fundamental importância para que as crianças e adolescentes se sintam bem com o ambiente, onde ficarão por tempo indeterminado, e estar bem com esse ambiente significa melhora no desempenho e amenização dos problemas advindos do âmbito família.

A arquitetura além de estar ligada as características estéticas do Abrigo para crianças e adolescentes em vulnerabilidade social, também está ligada diretamente a questões afetivas em relações aos usuários, onde ambientes projetados de forma adequada podem proporcionar prazer, satisfação, conforto e estar o mais perto de se referenciar a um “lar”.

13 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

13.1 REFERÊNCIAS CITADAS

ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira. Capacitação solidária: um olhar sobre os jovens e sua vulnerabilidade social. [S.l: s.n.], 2001.

BRUSEKE, F. J. Risco e Contingência. Os paradigmas da modernidade e sua contestação. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 1 ed. Florianópolis: Editora Insular, 2006, 69-80 pp.

FREITAS, M. C. (Org.). História social da infância no Brasil. 5. ed., rev. e ampl São Paulo: Cortez, 2003. 334 p.

LIMA, M. W. S. Arquitetura e educação. São Paulo, Studio Nobel, p.187, 1995.

OKAMOTO, Jun. **PERCEPÇÃO AMBIENTAL E COMPORTAMENTO: VISÃO HOLÍSTICA DA PERCEPÇÃO AMBIENTAL NA ARQUITETURA E NA COMUNICAÇÃO**. São Paulo: Ed. Mackenzie, 1999.

OLIVEIRA, Elena Maria Duarte de. **Por uma Arquitetura Socioeducativa para Adolescentes em Conflito com a Lei: uma abordagem simbólica da relação pessoambiente**. Florianópolis, SC, 30 de Junho de 2008. 149p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-Graduação, UFSC, 2008.

RIZZINI, I; RIZZINI, I. A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: Ed. PUCRio; São Paulo: Loyola, 2004, p.88.

SADER, Emir; BIERRENBACH, M I; FIGUEIREDO, C P. Fogo no pavilhao: uma proposta de liberdade para o menor. [S.l: s.n.], 1987.

STOKOLS, Daniel; ALTMAN, Irwin (eds.). **HANDBOOK OF ENVIRONMENTAL PSYCHOLOGY**. 2 v.New York: Wiley, 1987.

13.2 REFERÊNCIAS CONSULTADAS

<<http://app1.sefaz.mt.gov.br/Sistema/legislacao/constituicaoof.nsf/9e97251be30935ed03256727003d2d92/8023486e8529f36a0325675400677702>>.

Acesso em: 09 de abr de 2019.

12 Benefícios do Pilates que você precisa saber! BlogPilates. 02 de ago de 2016. Disponível em:< <https://blogpilates.com.br/12-beneficios-do-pilates/>>. Acesso em: 20 de mai de 2019.

77,2 mil crianças estão em situação de vulnerabilidade social em SP. Observatório do terceiro setor. 12 de dez de 2017. Disponível em:< <https://observatorio3setor.org.br/carrossel/77-mil-criancas-estao-em-situacao-de-vulnerabilidade-social-em-sp/>>. Acesso em: 10 de nov de 2019.

BARBOSA, Ligia da Silva; BOLETTI, Luciana Ribeiro; DAVID, Mônica Cristiane; KELLERMANN, Maria do Rosario. **VULNERABILIDADE SOCIAL: PROJETO BOM DIA TODAS AS CORES.** São Paulo, 2013. Disponível em:< <http://www.opet.com.br/faculdade/revista-praxis/pdf/n7/VULNERABILIDADE-SOCIAL-PROJETO-BOM-DIA-TODAS-AS-CORES.pdf>>. Acesso em: 03 de jun de 2019.

BRASIL. **LEI nº 13.431, de 04 de abr de 2017. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069,** de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Planalto.gov, Brasília, 04 de abr de 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2015-2018/2017/Lei/L13431.htm> Acesso em: 20 de mai de 2019.

BRASIL. **LEI nº 8.069, de 13 de jul de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.** Planalto.gov, Brasília, 13 de jul de 1990. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm> Acesso em: 17 de mai de 2019.

Brisas para controle de insolação. Construindo Decor. Disponível em<http://construindodecor.com.br/brises/>>. Acesso em: 07 de nov de 2019.

BUENO, Patrícia. Pilates: **A conexão entre corpo e mente.** São Paulo, 03 de mar de 2016. Disponível em: <<https://revistapilates.com.br/pilates-a-conexao-entre-corpo-e-mente/>> Acesso em: 20 de mai de 2019.

C. Cristiano. **POR QUE UTILIZAR O PISO DRENANTE? CONHEÇA 6 VANTAGENS.** CRISTIANO CASA E CONTRUÇÃO. Disponível em:< <https://blog.cristianocec.com.br/por-que-utilizar-o-piso-drenante-conheca-6-vantagens/>>. Acesso em: 10 de nov de 2019

Câmara dos deputados. **O que é Legislação**. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms/normativas/oqueelegislacao.html>>. Acesso em: 06 de jun de 2019.

CANÇADO, Taynara; SOUZA, Rayssa; CARDOSO, Cauan.. Trabalhando o conceito de Vulnerabilidade Social. Disponível em:< http://www.abep.org.br/~abeporgb/abep.info/files/trabalhos/trabalho_completo/TC-10-45-499-410.pdf>. Acesso em: 08 de nov de 2019.

Canuanã, TO. **Fundação Bradesco**. Disponível em:< Disponível em:< <https://blogpilates.com.br/12-beneficios-do-pilates/>>. Acesso em: 01 de jun de 2019. >. Acesso em: 04 de jun de 2019.

CASTRO, Fernanda. **Centro Infantil UTS Blackfriars / DJRD + Lacoste + Stevenson**. ArchDaily. 17 de set de 2018. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/902182/centro-infantil-uts-blackfriars-djrd-plus-lacoste-plus-stevenson>>. Acesso em: 06 de jun de 2019.

CAVALCANTE, Lilia; MAGALHÃES, Celina; PONTES, Fernando. **Abrigo para crianças de 0 a 6 anos: um olhar sobre as diferentes concepções e suas interfaces** . Fortaleza, set de 2007. Disponível em:< http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482007000200006>. Acesso em: 06 de nov de 2019

Dia as Crianças: 34 benefícios do Pilates para Crianças. BlogPilates. 12 de out de 2016. Disponível em: < <https://blogpilates.com.br/dia-das-criancas/>>. Acesso em: 20 de mai de 2019.

DISCHINGER, Marta; SAVI, Aline Eyng. **Condições Espaciais e a Socialização de Crianças e Adolescentes em Situação de Risco – Estudo de Caso num Abrigo Institucional**. Disponível em: < <https://www.usp.br/nutau/CD/60.pdf>>. Acesso em: 29 de abr de 2019.

DRUMOND, Fernanda. **Escola da Fazenda Canuanã é nomeada como melhor projeto do mundo pelo RIBA**. Casa Cor. 21 de nov de 2018 Disponível em:< <https://casacor.abril.com.br/arquitetura/escola-da-fazenda-canuanã-e-nomeada-como-melhor-projeto-do-mundo-pelo-riba/>>. Acesso em: 01 de jun de 2019.

FILGUEIRA, Mara R. T. **Atendimento a crianças e adolescentes em abrigos: Proteção Integral**. Nova Venécia/ES, cricaré, 2002. Disponível em: <http://www.mpggo.mp.br/portal/arquivos/2013/07/15/13_24_37_815_Orienta%C3%A7%C3%B5es_sobre_Acolhimento_Institucional.pdf>. Acesso em: 08 de abr de 2019.

GARBELOTTI, Tais. **Projeto de Escola Infantil Sustentável em Bauru**. Bauru, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/119201/garbelotti_t_tcc_bauru.pdf?sequence=1>. Acesso em: 06 de mai de 2019.

GASPAR, Tânia; MATOS, Margarida. **Qualidade de Vida em Crianças e Adolescente**. Lisboa, 2005. Disponível em: <<http://www.fmh.utl.pt/aventurasocial/pdf/Kids2006.pdf>>. Acesso em: 17 de mai de 2019.

GRUNOW, Evelise. **Moradias estudantis, Formoso do Araguaia, TO**. Arco projeto Designer. Disponível em: <<https://www.arcoweb.com.br/projetodesign/arquitetura/rosenbaum-e-aleph-zero-moradias-estudantis-formoso-do-araguaia-to/>>. Acesso em: 01 de jun de 2019.

LIMA, M. W. de S. **A construção do espaço para a educação. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)**- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp094934.pdf>>. Acesso em: 03 jul 2019.

MATO GROSSO. Lei 5.892, de 11 dez de 1991. **Dispõe sobre o Código Estadual de Proteção à Infância e à Juventude e dá outras providências**. Cuiabá, 11 dez de 1991. Disponível em: <<http://app1.sefaz.mt.gov.br/Sistema/Legislacao/legislacaotribut.nsf/07fa81bed2760c6b84256710004d3940/275a28a299c0bd9f84257af60060b541?OpenDocument>>. Acesso em: 20 de mai de 2019.

Moradias Infantis / Rosenbaum® + Aleph Zero. ArchDaily. 20 de set de 2017. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/879961/moradias-infantis-rosenbaum-r-plus-aleph-zero>>. Acesso em: 06 de jun de 2019.

MORÉ, Carmen; SPERANCETTA, Andressa. **Práticas de pais sociais em instituições de acolhimento de crianças e adolescentes**. Florianópolis, 19 mai de 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822010000300012&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 04 de mai de 2019.

MOREIRA, Gláucia. **CASA ABRIGO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES. Araçatuba, 2017.** Disponível em:

<<https://servicos.toledo.br/repositorio/bitstream/7574/986/7/TFG%20DEZEMBRO%20finalmente%20em%20nome%20de%20Jesus1%20PDF.pdf>>.

Acesso em: 03 de jul de 2019.

O Código de Menores e o Surgimento da FEBEM. Portal Educação. Disponível em:<<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/educacao/o-codigo-de-menores-e-o-surgimento-da-febem/43795>>. Acesso em: 17 de nov de 2019

O que é Qualidade de Vida para você?. Menthes Método Augusto Cury. Disponível em: <<https://menthes.com.br/o-que-e-qualidade-de-vida-para-voce/>>. Acesso em: 06 de jun de 2019.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Relações Exteriores. Disponível em:<<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/desenvolvimento-sustentavel-e-meio-ambiente/134-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods>>. Acesso em: 10 de nov de 2019

OLIVEIRA, Elena. **Por uma arquitetura socioeducativa para adolescente em conflito com a lei: uma abordagem simbólica da relação pessoa-ambiente.** Florianópolis, 2008. Disponível em:<<https://core.ac.uk/download/pdf/30373240.pdf>>. Acesso em: 03 jul 2019.

Orientações Sobre Acolhimento Institucional. 2009. Disponível em:<www.mpggo.mp.br/portal/arquivos/2013/07/15/13-24-37-815-Orientacoes-sobre-acolhimento-Institucional.pdf, > Acesso em: 20 de mai de 2019.

Orientações Técnicas: Serviços de acolhimento para criança e adolescentes. Brasília, jun 2009. Disponível em: <<http://www.larcriancafeliz.org.br/index.php/o-acolhimento>>. Acesso em: 08 de abr de 2019.

Pilates Kids – tudo que você precisa saber!. BlogPilates. 30 de abr de 2017. Disponível em:<<https://blogpilates.com.br/pilates-kids/>>. Acesso em: 20 de mai. 2019.

Pontes e Lacerda. Wikipédia. 03 de out de 2019. Disponível em:<https://pt.wikipedia.org/wiki/Pontes_e_Lacerda>. Acesso em: 17 de nov de 2019

PRADA, Cynthia Granja; CAVALCANTE, Lucia Willians; WEBER, Lúcia Natalia. **Abrigos para crianças vítimas de violência doméstica: funcionamento relatado pelas crianças e pelos dirigentes**. São Paulo, jun 2007. Disponível em: < <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/ptp/article/view/695/414>>. Acesso em: 20 de abr de 2019.

SANTANA, Sandra, **ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: o Abrigo Ronaldo Araújo como espaço de contradições da execução da política de acolhimento**. 2013. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo8direitosepoliticaspUBLICAS/pdf/acolhimentoinstitucionaldecriancaseadolescentes-oabrigoronaldoaraujo.pdf>>. Acesso em: 08 de abr de 2019.

SANTOS, Maria. **Casa Lar para Meninas**. Issu. Uberaba, 07 de dez de 2016. Disponível em: <https://issuu.com/mariathereza22/docs/caderno_tfg_final_maria_thereza>. Acesso em: 12 de jun de 2019.

SANTOS, Patrícia; FACUNDES, Vera. **VULNERABILIDADE SOCIAL E SUAS IMPLICAÇÕES NA QUALIDADE DE VIDA NA ADOLESCÊNCIA: CONCEPÇÕES DE MONITORES DE UM PROGRAMA SOCIAL DE ESPORTE EDUCACIONAL**. Lisboa, 2005. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/616030/885854/Vulnerabilidade_social_e_suas_implica%C3%A7oes_na_qualidade_de_vida_na_adolencia.pdf>. Acesso em: 17 de mai de 2019.

SAVI, Aline. **ABRIGO OU LAR? UM OLHAR ARQUITETÔNICO SOBRE OS ABRIGOS DE PERMANÊNCIA CONTINUADA PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL**. Florianópolis, 2008. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp064169.pdf>>. Acesso em: 20 de mai de 2019.

SBEGHEN, Camilla. **Casa de Acolhimento para Menores / CEBRA**. Archdaily. 18 de jan de 2015. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/760562/casa-de-acolhimento-para-menores-cebra>>. Acesso em: 12 de jun de 2019.

SefazMT. **DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DO JOVEM E DO IDOSO**. Brasília. Disponível em:

Serviço de Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens. **Secretária Especial do Desenvolvimento Social**. Brasil, 07 de ago de 2015. Disponível em: < <https://blogpilates.com.br/12-beneficios-do-pilates/>>. Acesso em: 01 de jun de 2019.

SILVA, Joelma. **Crianças em situação de vulnerabilidade e risco social**. Betim, 2016. Disponível em: < <https://www.passeidireto.com/arquivo/35764254/criancas-em-situacao-de-vulnerabilidade-social>>. Acesso em: 03 de jun de 2019.

UNICEF Fundo das nações unidas para a infância. Nações unidas.org, 2019 Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/agencia/unicef/>>. Acesso em: 17 de mai de 2019.

VIEGAS, Cláudia Mara de Almeida Rabelo; RABELO, Cesar Leandro de Almeida. **Principais considerações sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente**. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIV, n. 94, nov 2011. Disponível em: <http://ambito-juridico.com.br/site/?artigo_id=10593&n_link=revista_artigos_leitura>. Acesso em: 08 de abr de 2019.

APÊNDICES

QUESTIONÁRIO

Nome do entrevistado:

Cargo / Função do entrevistado:

1) Qual a quantidade de crianças e adolescentes abrigadas atualmente?

- Entre 0 a 7 anos

Meninas:

Meninos:

- Entre 8 a 10 anos

Meninas:

Meninos:

- Entre 11 a 17 anos

Meninas:

Meninos:

- Entre 18 a 21 anos

Meninas:

Meninos:

- 2) Quantas intuições de acolhimento para crianças e adolescentes existem atualmente no município de Pontes e Lacerda – MT?
- 3) Qual a quantidade de funcionários necessária para suprir as necessidades e cuidar das crianças e adolescentes no Lac e na Casa Lar?
- 4) Quais são os profissionais necessários para o funcionamento da instituição?
- 5) Como funciona a participação das crianças e adolescentes com a comunidade, em atividades culturais, esportivas e educacionais?
- 6) Como funciona a locomoção das crianças e adolescentes para escola e atividades no exterior do abrigo?
- 7) Quais são as atividades complementares proposta nos abrigos para crianças e adolescentes?
- 8) Quais as atividades profissionalizantes para aqueles que estão prestes a completar maior idade?
- 9) Descreva resumidamente a rotina das crianças/ adolescentes / jovens durante a semana
- 10) Descreva resumidamente a rotina das crianças/ adolescentes / jovens durante o final de semana
- 11) Quais são os espaços destinados as crianças/ adolescentes / jovens no abrigo?
- 12) Quais os espaços destinados aos funcionários da administração do abrigo e aos voltados para o atendimento do menor?
- 13) Existem visitas aos menores, como é feita?
- 14) Nos abrigos é realizada alguma atividade ou cerimônia religiosa? Tem espaço específico para esses eventos?
- 15) Nos abrigos é realizada alguma atividade profissionalizante? Tem espaço específico?
- 15) Nos abrigos é realizada alguma prática esportiva? Qual (Quais)? Tem espaço específico para essas atividades?
- 16) Nos abrigos é realizada alguma atividade artística? Qual (quais)? Tem espaço específico para essas práticas?
- 17) Nos abrigos é realizada alguma atividade escolar, ou de ensino? Qual (Quais)? Tem espaço específico para essas atividades?
- 18) Como são feitas as refeições, dos funcionários e dos menores?
- 19) Como é feita a higiene dos menores?
- 20) Como é o repouso dos menores, existe algum monitoramento durante o repouso?
- 21) Na instituição é feita a separação por sexo? Se sim, como é feita? A partir de que idade?
- 22)Quais as maiores necessidades materiais, afetivas e morais que enfrentam?
- 23) Existe espaço para TV, TV a cabo, Internet, etc?
- 24) Tem espaço para cuidados Médicos, odontológicos, psicológico? Ambulatório?
- 25)O que falta para que o atendimento possa melhorar? Qual seu sonho em relação ao futuro dos abrigos de menores na cidade?

FORMULÁRIO

1) Você gostaria de fazer atividades artísticas? Se sim, marque com um “X” as que gostaria

Dança

Música Qual (quais) instrumento

Artesanatos

Pintura

Escultura

Outro Especifica:

2) Você gostaria de fazer alguma prática de lazer ou esportiva? Se sim, marque com “X” as que gostaria

Futebol

Vôlei

Basquete

Natação

Queimada

Esconde-esconde

pular-corda

Outros:

3) Você acredita em Deus? sim não

4) Você tem alguma religião? Se sim marque com um “X” a sua

Católico

Evangélico

Espírita

Outra

5) Você gostaria de ter alguma atividade profissionalizante? Se sim, marque com um “X” quais.

Práticas agrícolas

Mestre de obras

Eletricista e bombeiro.

Vaqueiro

Manicure

Costura

Técnico em Informática

outro

6) Qual desses equipamentos gostaria de poder ter acesso?

Celular

internet

TV

TV a cabo

Computador

Livros

Outros

7) O que gostaria de ter no abrigo?

Escola

Biblioteca

Teatro

Piscina

() Praça

() Parquinho

() outro:

8). Seria interessante a participação das comunidades nessas atividades? Você tem alguma sugestão?

9). Qual os maiores problemas no abrigo hoje?

10). Qual seu maior sonho?